



MINISTÉRIO DA FAZENDA



**SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

Março/2012



MINISTÉRIO DA FAZENDA



SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011

Brasília, 30 março de 2012

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	3
1.2 - ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS	5
1.3 - ORGANOGRAMA.....	6
2 – A ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA	9
2.1. – MONITORAMENTO DA POLÍTICA ECONÔMICA	16
2.1.1 - <i>Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial</i>	<i>16</i>
2.1.2 - <i>Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros.....</i>	<i>25</i>
2.1.3 - <i>Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar</i>	<i>32</i>
2.1.4 – <i>Coordenação-Geral de Acompanhamento de Políticas Públicas.....</i>	<i>39</i>
2.1.5 – <i>Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária.....</i>	<i>46</i>
2.1.6 – <i>Coordenação-Geral de Meio-Ambiente e Mudanças Climáticas</i>	<i>48</i>
2.1.7 – <i>Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas.....</i>	<i>52</i>
2.1.8 - <i>Coordenação-Geral de Modelagem Econômica</i>	<i>55</i>
2.1.9 - <i>Coordenação-Geral de Política Fiscal</i>	<i>59</i>
2.1.10 – <i>Coordenação-Geral de Acompanhamento de Análise Macroeconômica</i>	<i>71</i>
2.1.11 - <i>Coordenação-Geral de Políticas Sociais</i>	<i>78</i>
3 - PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE	91
3.1 – EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ.....	91
3.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ	91
4 - GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	92
4.1 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA 30	92
4.2 – GESTÃO DOCUMENTAL E PROTOCOLO DA SPE	92
4.3 – GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	93
4.4 – GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)	97
4.4.1 - <i>Infraestrutura tecnológica.....</i>	<i>101</i>
4.4.2 – <i>Gestão da Tecnologia da Informação</i>	<i>103</i>
4.5 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	104
4.5.1 – <i>Desempenho Orçamentário e Financeiro.....</i>	<i>104</i>
4.5.2 – <i>Programação Orçamentária das Despesas</i>	<i>104</i>
4.5.2.1 - <i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....</i>	<i>104</i>
4.5.3 - <i>Execução Orçamentária das Despesas</i>	<i>104</i>
4.5.3.1 - <i>Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	<i>105</i>
4.5.3.2 - <i>Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....</i>	<i>106</i>
4.5.4 – <i>Indicadores Institucionais</i>	<i>106</i>
4.5.5 – <i>Considerações Gerais.....</i>	<i>106</i>
5 - ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ.....	107
6 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS.	108
ANEXO I – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU.....	109
ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO ÓRGÃO.....	110



1 – INTRODUÇÃO

Durante o ano de 2011, o Governo Federal empreendeu esforços para a estabilização dos mercados e a consolidação das políticas adotadas no país. Em especial, destacam-se o importante empenho no controle da inflação e a busca pelo crescimento econômico sustentado e de longo prazo. A estratégia é garantir mais emprego, mais renda e mais produção ao país, promovendo a justiça social à população.

Nesse contexto, a Secretaria de Política Econômica (SPE) é responsável pela formulação de propostas sustentáveis de política econômica, visando à distribuição de renda, à inclusão social e ao crescimento econômico do país.

A instituição atua no sentido de colaborar no planejamento e na definição de políticas mais eficazes para a continuidade da visão estratégica do Governo Federal. Seu papel insere-se nas diferentes etapas do processo decisório do Ministério da Fazenda: elaboração e preparação da decisão política; desenho de programa/política a ser adotado; formulação e implementação das ações governamentais. Em alguns casos, a Secretaria ainda atua no monitoramento e na avaliação das políticas adotadas.

A participação dos servidores da SPE gira em torno do desenvolvimento de ações governamentais pertinentes. Por meio de pesquisas diagnósticas e intervenções essenciais, o papel da Secretaria consiste no levantamento e na análise do problema, além da identificação e desenvolvimento de alternativas. É nesse momento da formulação do programa/política que os diversos atores se mobilizam para a formação de compromisso, negociação e decisão, e preparam o ambiente econômico e técnico favorável para que o programa/política saia do papel e funcione efetivamente, construindo uma consciência coletiva sobre sua necessidade.

Em suma, é preciso interpretar o ambiente para planejar e organizar as ações, decidir sobre quais as etapas que se pretende adotar, avaliar seus impactos, e de onde serão extraídos os recursos para sua implementação. Na seqüência, durante o monitoramento, abre-se a possibilidade de se corrigir os rumos da implementação para que o resultado das ações seja maximizado e para que as metas previamente propostas tenham, de fato, efetividade. Por fim, a atividade de avaliação dos resultados do programa/política concentra-se nos efeitos gerados, além de oferecer subsídios que possibilitem perceber em que medida as metas foram, de fato, atingidas e de orientar a tomada de decisões sobre o futuro dessas ações. A avaliação consiste, portanto, numa análise *a posteriori* dos efeitos produzidos pelas políticas públicas.

Para tanto, a Secretaria conta com qualificado corpo técnico de cerca de 100 servidores para a formulação de políticas estratégicas. De fato, inúmeras políticas do Governo Federal foram gestadas e elaboradas diretamente pelos técnicos da SPE, envolvidos tanto com a participação de outros órgãos e ministérios, como com equipes internas do Ministério da Fazenda. As políticas foram minuciosamente analisadas e seus impactos considerados, condizentes com a visão estratégica do Governo.



1.1 - Informações de Identificação

Tabela I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual		
Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda	Código SIORG: 1929	
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Secretaria de Política Econômica		
Denominação abreviada: SPE		
Código SIORG: 1987	Código LOA: não se aplica	Código SIAFI: 170250/00001
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Atividade meio, no âmbito da administração pública federal. Atividades finalísticas da SPE: formulação, coordenação, acompanhamento e proposição de medidas de política monetária, política fiscal, setor externo, mercado de trabalho, mercado de capitais, política industrial, política tarifária, observando os macro-objetivos do governo.		Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-2322	(061) 3412-1793
E-mail: institucional.df.spe@fazenda.gov.br		
Página na Internet: http://www.fazenda.gov.br/spe		
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios – Bloco P – sala 324 CEP: 70.048-902 Brasília – DF - Brasil		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2011. Alterado pelo Decreto nº 7.696 de 06 de março de 2012, publicado no D.O.U. de 07 de março de 2012.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Regimento Interno, Portaria MF nº 116, de 17 de maio de 1996, publicada no D.O.U. de 20 de maio de 1996, com dispositivos alterados pela Portaria MF nº 304, de 30 de dezembro de 1996		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		

1.2 - Atribuições Institucionais

À SPE são conferidas atribuições institucionais, conforme disposto no Decreto de Estrutura Regimental nº 7.482, de 16 de maio de 2011, alterado pelo Decreto nº 7.696 de 06 de março de 2012, o qual aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências:

Art. 28 À Secretaria de Política Econômica compete:

I - assessorar o Ministro de Estado na formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica;

II - propor diretrizes de curto, médio e longo prazo para a política fiscal e acompanhar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, a sua evolução, propondo mudanças de alinhamento à política macroeconômica, quando adequado;

III - elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, novas políticas e propostas de aperfeiçoamento de políticas públicas vigentes, visando o equilíbrio fiscal, a eficiência econômica, o crescimento da economia, o desenvolvimento de longo prazo, o emprego, a inclusão social e a melhoria da distribuição de renda;

IV - analisar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de aperfeiçoamento da legislação tributária e orçamentária e avaliar os seus impactos de longo prazo sobre a economia;

V - definir anualmente o conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração do Orçamento Geral da União;

VI - avaliar e elaborar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, propostas de políticas relativas ao setor produtivo, incluindo políticas tributária, cambial, comercial, tarifária e de crédito, previdência complementar, seguros, níveis de emprego e renda;

VII - acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, em articulação com os demais órgãos envolvidos, e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da economia, com foco na eficiência da administração pública e na qualidade dos impactos sobre a economia e a população;

VIII - contribuir, em articulação com os demais órgãos envolvidos, para o aperfeiçoamento e a regulação, expansão e ampliação do acesso ao crédito no âmbito do Sistema Financeiro Nacional;

IX - formular e avaliar medidas para o desenvolvimento dos setores de previdência complementar, seguros e capitalização;

X - avaliar e propor medidas para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e exercer a função de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de Mercado de Capitais;

XI - propor alternativas e avaliar, em articulação com demais órgãos envolvidos, as políticas públicas para o sistema habitacional, visando ao aprimoramento dos mecanismos regulatórios, de concessão de crédito e financiamento e operacionais;

XII - propor, avaliar e acompanhar a formulação e a implementação de normativos e de instrumentos de políticas públicas para os setores agrícola, agroindustrial,

microcrédito e cooperativas, especialmente no que diz respeito ao crédito, aos mecanismos de proteção da produção e de preços, à comercialização, ao processamento e ao abastecimento do mercado;

XIII - apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação em sua área de atuação, emitindo pareceres técnicos;

XIV - assessorar o Ministro de Estado, nos aspectos econômicos e financeiros, na política de relacionamento com organismos e entes internacionais de financiamento e de comércio;

XV - assessorar o Ministro de Estado no Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e representar o Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social (CNPIC);

XVI - participar da Comissão Técnica da Moeda e do Crédito e assessorar o Ministro de Estado no Conselho Monetário Nacional;

XVII - elaborar o demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União, para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual;

XVIII - apurar o valor efetivo anual, para subsidiar o relatório sobre as contas do Governo da República, e avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XIX - elaborar anualmente o cálculo de benefícios financeiros e creditícios e encaminhar ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março de cada ano, para compor o relatório sobre as contas do Governo da República;

XX - avaliar o impacto e a efetividade de programas do governo federal associados à concessão de benefícios financeiros e creditícios da União;

XXI - acompanhar e analisar o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e formular diretrizes voltadas à alocação equitativa do gasto público, à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social;

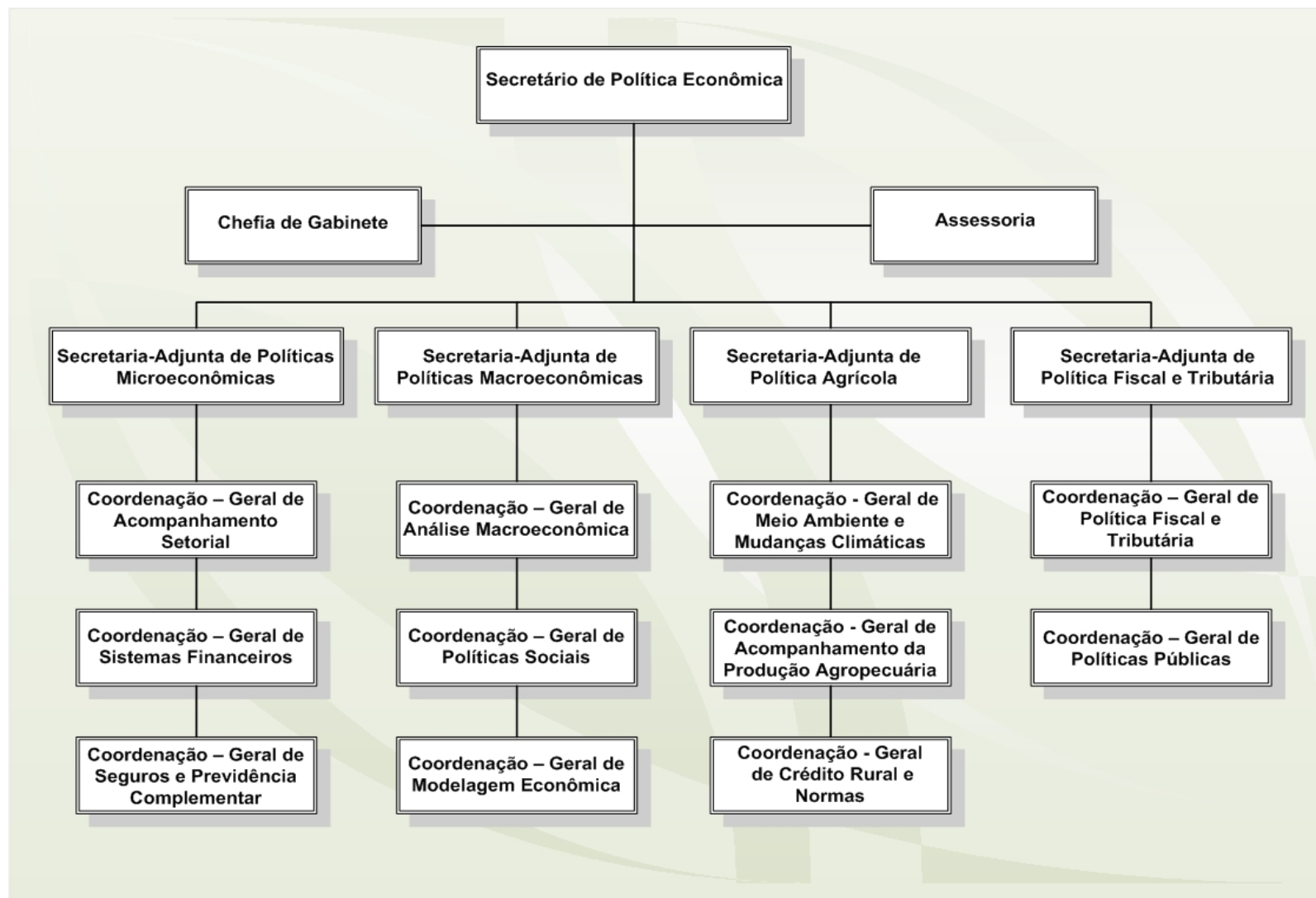
XXII - desenvolver atividades voltadas à apuração do custo de oportunidade dos recursos associados a diferentes alternativas de políticas públicas e formular diretrizes para promover o aumento da efetividade e a melhoria da qualidade dos gastos públicos; e

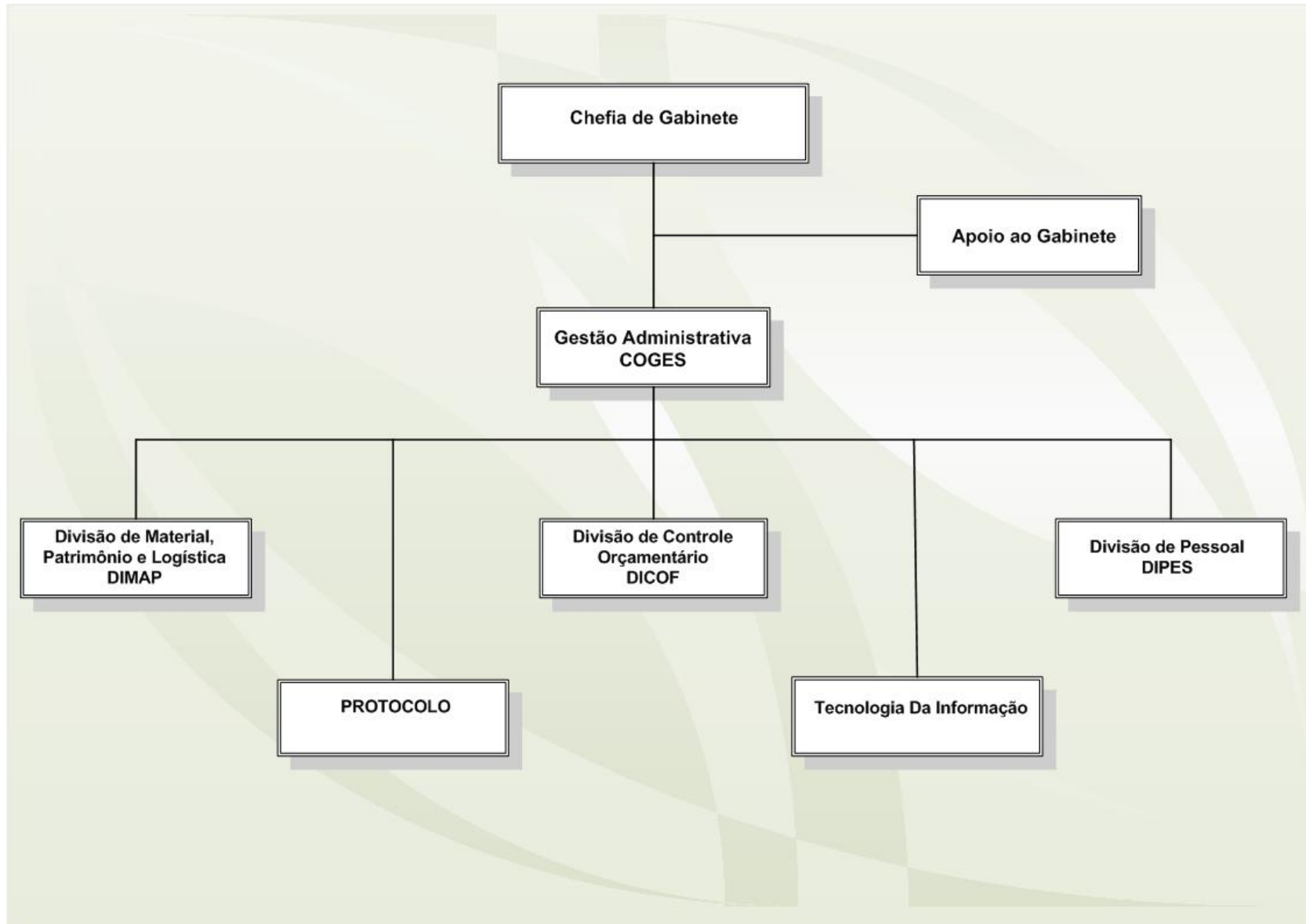
XXIII - elaborar estudos sobre a composição e evolução dos gastos públicos e propor reformas e políticas para melhorar a eficiência e a efetividade dos programas e ações governamentais.

1.3 - Organograma

A Secretaria de Política Econômica está organizada em quatro grandes macroprocessos: política macroeconômica, política microeconômica, política agrícola e política fiscal e tributária. Cada macroprocesso está vinculado a uma Secretaria-adjunta estruturada com coordenações gerais, coordenações e, algumas, com divisões, de acordo com a necessidade, capilaridade e criticidade da política econômica a ser monitorada.

O Decreto nº 7.696 de 06 de março de 2012, que altera o Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, estabeleceu a seguinte estrutura para a Secretaria de Política Econômica:





2 – A ATUAÇÃO DA SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

A política macroeconômica

A formulação da política econômica necessita de parâmetros consistentes de modo a subsidiar a tomada de decisão. O acompanhamento do comportamento agregado das variáveis econômicas e a construção de cenários múltiplos permitem que o Governo possa explorar, sistematicamente, as possíveis conseqüências de suas opções estratégicas.

Os estudos macroeconômicos e a análise prospectiva são algumas das ferramentas mais adequadas para a definição de estratégias, uma vez que consideram a interação das diversas variáveis e de elementos de incerteza para possibilitar tomadas de decisão fundamentadas. A maioria dos trabalhos desenvolvidos por esta SPE encontra-se na forma de pareceres, notas técnicas e estudos internos.

No âmbito do Governo Federal, a Secretaria desempenha a função de acompanhar e projetar cenários, elaborando e aprimorando modelos econométricos. Estes modelos desenvolvidos pela SPE permitem o acompanhamento e a previsão dos impactos das medidas adotadas nas contas públicas, com a finalidade de assessorar as demais secretarias do Ministério e subsidiar o Senhor Ministro de Estado da Fazenda na correção de rumos da política econômica do Governo.

Cabe à SPE a elaboração da grade de parâmetros utilizada para corrigir e balizar todo o Orçamento Geral da União, utilizado pelo Ministério do Planejamento. A grade de parâmetros adotada no estabelecimento das metas fiscais fornece os parâmetros básicos com que o Governo trabalha nos períodos subseqüentes, principalmente no que se refere às premissas estruturais para as trajetórias de variáveis como a taxa de câmbio e a taxa de juros. É importante enfatizar que são hipóteses, e não de objetivos ou compromissos da política econômica.

Em 2011, a SPE passou a produzir, em conjunto com a Assessoria de Assuntos Econômicos do Gabinete do Ministro da Fazenda, a publicação “Economia Brasileira em Perspectiva”, que é direcionada para a alta burocracia federal e visa atingir público virtual superior a 5 mil pessoas. Esta publicação consolida e atualiza as principais variáveis macroeconômicas resultantes da condução da política econômica, conseqüência do trabalho conjunto das secretarias que compõem o Ministério da Fazenda.

As atividades da Secretaria envolvem ainda a assessoria e a produção de textos e informações para balanços dos programas do Governo Federal, bem como a elaboração de cálculos de impactos econômico-fiscais de operações, programas e políticas desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Portanto, os resultados dos trabalhos desenvolvidos pela SPE estão diretamente ligados à condução da economia brasileira.

No ano de 2011, a política econômica brasileira pode ser dividida em duas etapas.

A primeira se estende do início do ano até julho quando todas as medidas econômicas buscavam diminuir o ritmo da atividade econômica de modo a levar o crescimento econômico para uma trajetória sustentável. Medidas de cunho contracionista foram tomadas no sentido de moderar o crescimento da oferta de crédito, diminuir a alavancagem das firmas, diminuir o influxo de capital estrangeiro, reduzir os gastos governamentais e elevar a taxa básica de juros.

A segunda etapa teve início em agosto. Naquela época, a desconfiança relacionada à solvência da dívida soberana de países periféricos da Zona do Euro passou a ficar mais aguda e esse problema, até então percebido pelo mercado como uma crise circunscrita a tais países, passou a ganhar contornos de uma crise contagiosa que poderia abalar significativamente as economias mais fortes do bloco europeu. Daí por diante, o Governo decidiu iniciar o ciclo de afrouxamento monetário, adotou medidas de desoneração tributária e desmontou parcialmente as medidas macroprudenciais estabelecidas desde o final do ano anterior.

As medidas adotadas no primeiro semestre foram exitosas e o crescimento do PIB, acumulado em quatro trimestres, foi de 6,3% no primeiro trimestre de 2011 para 4,9% no segundo trimestre.

Em 2011, o Governo Federal deu mais um passo de grande importância ao alterar o mix de política macroeconômica. Desde então, um programa de consolidação fiscal abriu espaço para a flexibilização da política monetária. Não somente as metas fiscais anunciadas foram cumpridas, como a taxa Selic caiu de 12,5% a.a. para 11% a.a.

Além do acompanhamento das medidas tomadas na política macroeconômica do Governo, esta SPE esteve presente também na condução de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento humano. Medidas de inclusão social, como o “FIES-Empresa”, o “Pronatec” (amplo programa de qualificação técnico-profissional de trabalhadores), o “Plano Viver sem Limites” (autonomia para a pessoa deficiente), o “Programa Nacional de Educação” e o “Plano Nacional do Direito da Pessoa com Deficiência”, avançaram de forma progressiva durante o ano inteiro. Estes dois últimos encontram-se ainda em fase de negociação.

Os resultados esperados dessas políticas nos próximos anos fortalecerão a demanda interna por conta da inserção de mais brasileiros no mercado de consumo. Além disso, aumentarão a capacidade produtiva tanto em virtude da maior capacitação profissional dos brasileiros como pela melhora do ambiente econômico. Os progressos na área social têm o condão de melhorar o ambiente econômico, o que fomenta o surgimento de novos empreendimentos ou a ampliação dos já existentes.

Em 2011, o sucesso do modelo de crescimento do Governo Federal contemplou, ainda, outras medidas econômicas, nas quais os técnicos da área de política macroeconômica da SPE participaram diretamente de sua implementação, quais sejam: novas versões do “PAC” e do Programa “Minha Casa Minha Vida”, e a ampliação do Programa “Bolsa Família” com o Plano “Brasil sem Miséria”.

Vale destacar ainda os esforços desta Secretaria para a consolidação da política de valorização de longo prazo do salário mínimo, determinada por meio da Lei nº 12.382/2011, e seu reajuste de R\$545 para R\$622,00, já a partir 1/1/2012. Além disso, em 2012, a valorização real do salário mínimo excederá significativamente a média dos anos anteriores, o que impulsionará ainda mais o consumo das famílias. Desde 2003 até janeiro de 2012, o salário mínimo já subiu mais de 60%, em termos reais.

Os impactos das medidas adotadas no segundo semestre serão mais intensos em 2012. Esses estímulos primários alterarão as expectativas dos agentes econômicos, criando um ambiente propício ao aumento do investimento, da oferta de crédito, das contratações de mão-de-obra e da capacitação dos profissionais. Em razão disso, o crescimento da atividade econômica deve iniciar sua recuperação no final de 2011, ganhando maior tração em 2012.

A política microeconômica

Com o objetivo de se estabelecer uma política econômica que possibilite o desenvolvimento e a estabilidade econômica, é necessária também a visão sistêmica que nos permite identificar fragilidades do mercado interno e do crescimento setorial no médio e longo prazo. Para tanto, esta Secretaria empreendeu o acompanhamento conjuntural e setorial da economia brasileira.

No primeiro semestre de 2011, diante da volatilidade da taxa de câmbio e apreciação da moeda brasileira frente às demais moedas, a Secretaria implementou, em conjunto com outras instituições, medidas de defesa cambial. São elas: recolhimento diário compulsório sobre a posição vendida de câmbio, aumento da exigência de depósito compulsório sobre as posições vendidas de bancos no mercado à vista, e elevação de IOF para operações com derivativos, para operações de câmbio utilizando cartão de crédito, e para valores ingressados por meio de empréstimos externos com prazo médio de até 720 dias.

A SPE trabalhou ativamente, com o apoio de outros Ministérios, no segundo semestre de 2011, em uma série de iniciativas e de medidas de política econômica voltadas ao incentivo da economia. É o caso do Plano “Brasil Maior”, que objetivou estimular a produção, o investimento, a inovação e as exportações, bem como defender a indústria e o mercado interno. O objetivo foi garantir a competitividade da economia brasileira e evitar diversos tipos de contágios oriundos da crise internacional para a economia doméstica. Dentre os setores produtivos atingidos, destacam-se: automotivo, moveleiro, construção civil, bens de capital e de tecnologia.

A formulação da política econômica é voltada tanto para o setor privado como para o próprio setor público. No público, em especial, a SPE esteve dedicada à formulação de política de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais.

Outro destaque na política de fomento ao setor produtivo foi a desoneração da folha de pagamentos, elaborada com os objetivos fundamentais de incentivar a formalização laboral, estimular a geração de emprego e de promoção da distribuição de renda.

O fortalecimento do ambiente de negócios ao longo de 2011 foi outro empreendimento desta SPE, visando à redução dos custos de transação, à eliminação de barreiras a novos investimentos, à elevação da segurança jurídica e à racionalização da execução das garantias. A Secretaria se dedicou também ao desenvolvimento institucional de mercados, como o de seguros e resseguros, previdência e previdência complementar privada.

Em 2011, a Secretaria tratou da regulamentação da desoneração do Imposto de Renda sobre debêntures emitidas por Sociedades de Propósito Específico - SPE para projetos de infraestrutura. O objetivo é fomentar o desenvolvimento de alternativas de *funding* de longo prazo, diante da ausência no país de um mercado privado consolidado de financiamento a longo prazo.

Cabe ressaltar ainda a participação da Secretaria em diversos grupos de trabalho da área ambiental, visando à consolidação do mercado voluntário de carbono.

Outra importante ação de política microeconômica de caráter financeiro desta Secretaria foi a atuação na aprovação da criação do cadastro positivo nas operações de crédito. O cadastro positivo indica os bons pagadores e permite reduzir a informação assimétrica, facilita o

crédito e diminui a inadimplência. Outra vantagem é elevar a competição entre os bancos e baixar os juros.

Em termos de medidas em resposta à crise internacional, os técnicos da SPE trabalharam para a redução do custo financeiro para que as empresas ampliem seus investimentos e os trabalhadores aumentem seu consumo no ano que vem. O Governo reduziu o PIS-Cofins sobre massas, farinha e pão, e também reduziu o IPI sobre geladeiras, fogões e máquinas de lavar barateando de imediato o custo desses produtos de consumo popular. Com menos tributos para o consumidor e para os investidores, a economia brasileira vai crescer mais.

Ainda, a SPE empreendeu esforços para a renovação da redução de IPI sobre materiais de construção, assegurando a implementação do Programa “Minha Casa Minha Vida 2”, que contará com mais recursos para garantir que o setor de construção continue com a forte expansão registrada nos últimos anos. Isto representa financiamento de mais de R\$ 80 bilhões para moradias de todos os brasileiros, somente pela Caixa Econômica Federal.

A política fiscal e tributária

Diante do cenário de uma aceleração excessiva da economia brasileira no início de 2011, o Governo, dentre os quais a equipe técnica da SPE, decidiu adotar medidas econômicas com caráter contracionista, quais sejam corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento Geral da União, as medidas macroprudenciais e o aumento dos juros. Estas medidas consideradas no “Programa de Consolidação Fiscal” tinham como objetivo não gerar gargalos e corrigir o rumo da economia para um patamar mais sustentável.

Ao longo do ano, a atuação da Secretaria na formulação da política fiscal colaborou com a articulação de ações fundamentais para o Governo Federal, como a negociação da distribuição de *royalties* do petróleo e a reforma tributária (ICMS e fundo de desenvolvimento regional). Estes temas são considerados polêmicos e exigem a tecnicidade da equipe da SPE, em conjunto com outras instituições, para a definição de critérios apropriados.

A Secretaria esteve representada nas discussões que envolvem o tema de investimentos em infraestrutura, com o objetivo de elevar a competitividade e as taxas de crescimento de longo prazo da economia. As inversões em infraestrutura são de grande importância estratégica. Dessa forma, a expectativa de crescimento dos investimentos em setores essenciais de infraestrutura no Brasil é substancial.

A agenda de microreformas da Previdência, elaborada em conjunto com os técnicos da SPE, tratou de considerações relevantes acerca das regras do pagamento de pensões e do fator previdenciário, além do fundo de previdência complementar dos servidores públicos.

Dentre as atividades desta SPE, constaram ainda os esforços para a continuidade do mecanismo de desvinculação das receitas da União até 2015, com o objetivo de se manter a responsabilidade fiscal. O mecanismo, importante instrumento para a condução das políticas públicas, permite ao Governo usar livremente 20% da arrecadação.

Outro tema de fundamental importância que contou com a participação desta Secretaria foi a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, por meio da qual são definidos os percentuais mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde, bem como os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde.

A política agrícola

Um conjunto de ações da Secretaria de Política Econômica é voltado para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção e constitui a base da política agrícola. Por meio de estudos na área de gestão de risco, linhas de créditos, subvenções econômicas e levantamentos de dados, o apoio do Governo acompanha todas as fases do ciclo produtivo.

As ações do Governo Federal voltadas à agricultura familiar têm se concentrado em quatro eixos específicos: a) redução da pobreza rural, por meio da intensificação de articulações entre as atuais políticas; b) segurança e soberania alimentar e nutricional, priorizando a continuidade e o aumento constante da oferta de alimentos de boa qualidade, com valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e organização de sua produção; c) sistemas de produção sustentáveis, tratando de buscar políticas que estimulem mais intensamente a transição para sistemas de produção sustentáveis; e d) geração de renda e agregação de valor, com a preocupação de apoiar a relação da agricultura familiar e o atual mercado, fomentando alianças estratégicas com o objetivo de fortalecer modelos e arranjos produtivos com vistas a viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais.

No âmbito do Plano Safra 2011/2012, os técnicos da SPE consideraram ajustes nas disposições do Programa Nacional Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O plano promove o apoio à comercialização, garantia de preços, crédito em melhores condições, ampliação da assistência técnica e garantia de mais segurança ao agricultor familiar em caso de perdas por problemas climáticos. Neste ano, foram disponibilizados R\$ 16 bilhões para custeio e investimento rural.

Ainda, a equipe avaliou ajustes nas disposições dos créditos de custeio, investimento e comercialização ao amparo de recursos do crédito rural, bem como ajustes nas normas dos programas de investimento do BNDES.

Os setores de abastecimento, armazenagem e comercialização continuam sendo prioridade do Governo Federal na busca da sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas, organização da base produtiva e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, além da formação e manutenção de estoques e produtos agropecuários para regularidade do abastecimento interno. Essas medidas visam ao equilíbrio de preços ao consumidor e à segurança alimentar.

No setor agrícola, as equipes técnicas desta Secretaria realizaram o acompanhamento da produção doméstica e mundial, e estudos que subsidiam as ações do Governo no processo de garantias de preços dos produtos agrícolas, em conjunto com outros Ministérios.

Ao longo de 2011, a Secretaria se dedicou ao aprimoramento das políticas de crédito rural, no que tange à composição de dívidas e à renegociação de operações de cafeicultores, orizicultores e suinocultores, e de agricultores familiares. Linhas emergenciais de crédito também foram consideradas para custeio em favor dos agricultores familiares, cujas culturas foram afetadas por problemas climáticos, e para a recuperação de lavouras de café.

Em termos de subvenção econômica, a SPE analisou o apoio à comercialização dos produtos agropecuários e a subvenção econômica para estocagem de etanol.

Cabe ressaltar que os técnicos da SPE atuaram ativamente na assessoria e no acompanhamento das reuniões do Conselho Monetário Nacional – CMN, subsidiando as decisões tomadas no âmbito da política agrícola.

Um dos destaques nas atividades desta Secretaria foi o lançamento do programa de microcrédito produtivo orientado, Programa “Crescer”, por meio do qual o microcrédito foi ampliado, com redução das taxas de juros de 60% ao ano para 8% ao ano, e redução das taxas de abertura de crédito de 3% para 1%, com o objetivo de estimular o empreendedor brasileiro que necessita de maior acesso ao crédito e desenvolver a bancarização da população.

Agenda de Sustentabilidade

O debate internacional na área ambiental entrou no rol de atividades da Secretaria. É o caso da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, que aborda questões climáticas e estabelece um conjunto de instrumentos, com vistas a preparar a economia para as demandas e padrões futuros de produção e a apoiar projetos e estudos que mitiguem a mudança do clima. A participação da SPE é essencial para avaliar os impactos econômicos do aquecimento global para o país.

Um dos principais instrumentos utilizados para viabilizar a PNMC é o Fundo Nacional de Mudança Climática, criado por meio da Lei nº 12.114/2009, com a finalidade de assegurar recursos para apoio a projetos ou estudos e para financiamento de empreendimentos que visem à mitigação e à adaptação (e efeitos) da mudança do clima. Além de analisar a contratação de projetos no âmbito da Lei, a equipe técnica da SPE atuou na assessoria e no acompanhamento das reuniões do CMN acerca da aprovação de resolução do Fundo.

Dentre as discussões da SPE com outros órgãos, inserem-se as negociações quanto à estratégia nacional a ser adotada para tratar as reduções de emissões de gases de efeito estufa, provenientes do desmatamento e degradação florestal combinadas com práticas de manejo florestal sustentável, conservação e aumento dos estoques de carbono (conhecidos como REDD+).

Outra questão tratada pela Secretaria foi o desenvolvimento de proposta de mercado de carbono, que funciona por meio da comercialização de certificados de emissão de gases do efeito estufa gerados por projetos Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Em síntese, a proposta do MDL consiste em que cada tonelada de CO₂ equivalente que deixar de ser emitida ou for retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento poderá ser negociada no mercado mundial, criando incentivo para a redução das emissões globais. Os projetos de MDL podem ser ligados a reflorestamentos, ao desenvolvimento de energias alternativas, eficiência energética, controle de emissões e outros.

A SPE representa o Ministério da Fazenda na organização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20, a ser realizada em junho de 2012. A Conferência visa discutir o comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes. Os dois temas em foco na Conferência serão: (a) uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e (b) o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Na agenda de sustentabilidade da Secretaria, ressaltaram-se ainda a formulação e o acompanhamento das seguintes políticas ambientais: a) Plano de Ação para a Prevenção e Controle



Relatório de Gestão - 2011

do Desmatamento na Amazônia - PPCDAM; b) Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado; c) condicionantes ambientais para o crédito rural; d) Bolsa Verde, concessão de incentivo financeiro aos proprietários e posseiros; d) Pronaf Sustentável; e) Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA ; f) Protocolo Verde; e g) Acordo TFCA - *Tropical Forest Conservation Act*.

2.1. – Monitoramento da Política Econômica

2.1.1 - Coordenação-Geral de Acompanhamento Setorial

(Coordenadora-Geral responsável: Hébrida Verardo Moreira Fam)

A – Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Compras Públicas

Objetivo geral: coordenar, acompanhar e controlar a implantação do novo modelo de aplicação de margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais e de medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou de acesso a condições vantajosas de financiamento

Objetivos específicos: articular as medidas institucionais necessárias à implementação de projetos que tenham por objetivo aumentar o ritmo de crescimento da economia nacional de forma sustentável.

Beneficiários: Comissão Interministerial de Compras Públicas

Resultados alcançados:

- Coordenação da regulamentação da Lei nº 12.349/2010;
- Elaboração do Decreto nº 7.546/2011 de 02/08/2011, que regulamenta a lei nº 12.349/2010;
- Coordenação da constituição da Comissão Interministerial de Compras Públicas (CI-CP) – Publicação da Portaria MF nº 463, de 21/9/2011;
- Coordenação da elaboração do regimento interno da CI-CP;
- Constituição do Grupo de Apoio Técnico à Comissão Interministerial de Compras Públicas GAT/CI-CP – Publicação da Portaria SPE/MF nº 28, de 10/8/2011;
- Coordenação da elaboração do Roteiro de Estudo para encomenda de estudos;
- Contratação e coordenação do estudo técnico para o setor de confecções, calçados e artefatos;
- Coordenação da elaboração do Decreto nº 7.601/2011, de 07/11/2011, concedendo margem de preferência para o setor de confecções, calçados e artefatos;
- Contratação e coordenação do estudo técnico para o setor de medicamentos, fármacos e material médico de uso e equipamentos médicos;
- Coordenação da 1ª Reunião da CI-CP.

B – Acompanhamento de indicadores econômicos

Objetivo geral: acompanhar indicadores econômicos relativos à produção, comércio, emprego, produtividade, investimentos e comércio exterior, com foco nos setores agroindustriais

Objetivos específicos: análises conjunturais dos indicadores de produção industrial, comércio, balança comercial e preço de *commodities*

Beneficiários: Ministro da Fazenda e seus assessores, Secretário de Política Econômica e demais Secretários, equipe da Secretaria de Política Econômica

C – Informativos mensais

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Pesquisa Industrial Mensal (PIM/IBGE)	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
2. PIM – construção civil	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
3. PIM – Bens de capital	Informativo mensal da produção industrial brasileira	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
4. PIM Regional	Informativo mensal da produção industrial regional	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
5. Balança comercial (MDIC/SECEX)	Informativo mensal das exportações e importações brasileiras por setores econômicos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
6. Balança comercial por setores (MDIC/SECEX)	Informativo mensal das exportações e importações brasileiras por setores econômicos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
7. Balança comercial (FUNCEX)	Informativo mensal dos valores, preço e volume das exportações e importações brasileiras	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
8. Indicadores industriais CNI	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela CNI	Divulgação na primeira quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
9. Indicadores ANFAVEA	Informativo mensal da produção, vendas e exportações de autoveículos	Divulgação na primeira semana de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
10. Índice de Atividade da FIESP	Informativo mensal dos indicadores industriais produzidos pela FIESP	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.
11. Pesquisa Mensal de Comércio (PMC/ IBGE)	Informativo mensal dos	Divulgação na segunda quinzena de cada mês	Foram elaborados doze informativos mensais.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
12. Sondagem do Consumidor e da Indústria da FGV	Informativo Mensal sobre as expectativas de consumidores e da indústria	Divulgação no último decêndio do mês	Manutenção de base de dados atualizada e divulgação interna para equipe da SPE e do Ministério quando solicitado.

D – Informativos semanais

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Balança comercial semanal	Informativo contendo o resultado das exportações e importações semanais para acompanhamento da evolução e saldo comercial	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.
2. Indicadores da balança comercial	Informativo com os principais indicadores da balança comercial	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.
3. Indicadores do nível de atividade	Informativo com os principais indicadores econômicos	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.
4. Indicadores das commodities	Informativo com os principais indicadores do mercado de commodities	Divulgação semanal	Foi elaborado um informativo por semana.

E – Relatório de acompanhamento dos setores industriais

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Anuário	Tabelas de acompanhamento do desempenho dos setores industriais, contendo informações sobre nível de atividade e balança comercial	Divulgação interna e na Internet	Atualização mensal do anuário de nível de atividade e balança comercial

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
2. Estimativa setorial da balança comercial por setores econômicos para o ano de 2011			
	Estimativa do crescimento das exportações e importações em 2010 por setores econômicos	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Uma estimativa anual
3. Monitor de vulnerabilidade externa			
	Consolidação de dados referentes ao desempenho de diversos setores no comércio externo	Ao Secretário, Secretários-Adjuntos e demais Coordenadores-gerais	Em fase final de elaboração do texto de caracterização dos setores

F – Colaboração no Caderno “Economia brasileira em perspectiva”

Atualização das variáveis referentes à produção industrial e balança comercial

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
Caderno “Economia Brasileira em Perspectiva”			
	Relatório em forma de apresentação que consolida e atualiza as principais variáveis econômicas do Brasil.	Divulgação no sítio do Ministério da Fazenda e distribuição para consultorias, jornalistas e investidores (nacionais e internacionais)	Elaboração bimestral: fevereiro/2011, abril/2011, julho/2011 e outubro/2011

G – Medidas de incentivo à economia

Objetivo geral: manutenção de algumas medidas de incentivo à economia em determinados setores

Objetivos específicos: (i) assegurar as condições de competitividade de nossa economia; (ii) incentivar o investimento na produção e na geração de empregos;

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Setor Automotivo	Regulamentação da Lei Nº 12.546, de 14 de dezembro de 2012 (Medida Provisória 540/2011)	Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011. Decreto nº 7.604, de 10 de novembro de 2011.	
2. Desoneração da folha	Simulações de substituição da tributação na Folha de Pagamentos por outra base. Impactos nas receitas e seleção de setores a serem beneficiados.	Aprovação da Medida Provisória nº 540.	Conversão da Medida Provisória em lei (nº 12.546) e vigência da desoneração para alguns setores por um ano.
3. Reintegra	Discussões acerca da desoneração tributária das exportações brasileiras de produtos manufaturados.	Aprovação da Medida Provisória nº 540.	Conversão da Medida Provisória em lei (nº 12.546) e vigência da desoneração para alguns setores por um ano.
4. Máquinas e Equipamentos – ar condicionado	Aumento da alíquota do II		Resolução Camex nº 69
5. Linha Branca	Redução da alíquota do IPI para refrigerador, máquina de lavar e tanquinho com eficiência energética.		Publicação do Decreto nº 7.660.
6. Insumos da Construção Civil	Prorroga a redução da alíquota de IPI para diversos insumos da construção civil		Publicação do Decreto nº 7.394

H – Participação em Comitês e Conselhos

Participação no Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPEs)

Objetivo geral: a proposta da criação de ZPEs foi instituída na Lei 11.508, de 20/07/2007, com o objetivo de reduzir desequilíbrios regionais, fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Objetivos específicos: assessorar o Secretário Executivo-Adjunto que participa do Grupo de Assessoramento Técnico - GAT do CZPE

Beneficiários: as regiões onde serão instaladas as ZPEs e as futuras empresas exportadoras

Resultados alcançados:

- Decreto de 08/07/2011, que cria a Zona de Processamento de Exportação – ZPE de Fernandópolis, no município de Fernandópolis, no Estado de São Paulo (revogado decreto de criação em 2010, em face da mudança do terreno da instalação).

Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Objetivo geral: apoiar a estruturação e implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da articulação dos órgãos e entidades governamentais, de modo a possibilitar o cumprimento das determinações e das metas previstas na Lei nº 12.305, de 2010.

Beneficiários: sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- Coordenação da publicação do Decreto nº 7.619, de 21/11/2011, que prevê a concessão de crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos sólidos;
- participação nos Grupos Técnicos Temáticos Financiamento, Desoneração Tributária e Elaboração de Plano Nacional de Resíduo Sólido

Comitê Orientador para Implantação de Sistemas de Logística Reversa

Objetivo geral: discutir e apresentar proposições relacionadas com metas quantitativas, diretrizes e estratégias por área de atuação estabelecido no artigo 15 da Lei nº 12.305/2010 – órgão colegiado de caráter e consultivo constituído por uma Secretaria Executiva e por um Grupo Técnico de assessoramento.

Beneficiários: setores da cadeia produtiva e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- Participação em 2 Grupos de Trabalho Temáticos (GTT's): GTT Embalagens e GTT Eletroeletrônicos;

Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis

Objetivo geral: apoiar ações de inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação de ações voltadas à população de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações integradas a serem executadas nas municipalidades;

Beneficiários: catadores e sociedade brasileira

Resultados alcançados:

- Coordenação da publicação do Decreto nº 7.619, de 21/11/2011, que prevê a concessão de crédito presumido do IPI na aquisição de resíduos sólidos;

Política Nacional de Mudanças Climáticas

Objetivo geral: colaboração na Coordenação, atribuída ao Ministério da Fazenda, mediante participação no grupo interno criado para ajudar nos trabalhos preparatórios da Rio +20, a se realizar em meados de 2012 no Rio de Janeiro.

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira

Resultados alcançados: elaboração de texto-guia para a Conferência de Mudanças Climáticas Rio +20.

Comitê de Facilitação Turística

Objetivo geral: identificação e a proposição de medidas de interesse comum que contribuam para a promoção do turismo no país

Beneficiários: sociedade brasileira

Resultados alcançados: em 2011, houve a instalação do Comitê Interministerial de Facilitação Turística.

Conselho Nacional de Turismo

Objetivo geral: identificação e a proposição de medidas de interesse comum que contribuam para a promoção do turismo no país

Beneficiários: sociedade brasileira

Resultados alcançados: participação nas reuniões do Conselho

Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Objetivo geral: identificação e a proposição de medidas que contribuam para a atuação coordenada do governo no apoio a arranjos produtivos locais em todo o território nacional.

Beneficiários: setor produtivo e sociedade brasileira.

Resultados alcançados:

- Participação em eventos e reuniões sobre o tema.
- Colaboração com a Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais, órgão do Departamento de Competitividade Industrial do MDIC.

Estratégia Nacional de Defesa

Objetivo geral: Dar cumprimento ao disposto na Lei Complementar 136/2010.

Beneficiários: Ministério da Defesa, as Forças Armadas e a Base Industrial de Defesa.

Resultados alcançados:

- Colaboração com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Ministério da Defesa para a elaboração da Política Nacional de Defesa;

- Participação na regulamentação da Lei Nº 12.598, de 22 de março de 2012 (Medida Provisória 544/2010) que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei Nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

Força Tarefa - Arenas da Copa 2014

Objetivo geral: Acompanhar a evolução das medidas de apoio à consecução das ações destinadas à conclusão da infraestrutura necessária à realização da Copa do Mundo de 2014.

Beneficiários: Casa Civil da Presidência da República e Ministério do Esporte.

Resultados alcançados:

- Atuação junto ao Grupo Executivo – GECOPA 2014;
- Acompanhar a evolução das medidas preparatórias para a construção/reforma dos Estádios de Futebol nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014.

I – Participações da equipe em seminários, exposições, visitas, conferências

Produto	Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
21 e 22 de junho	Royal Tulip Brasília Alvorada – Brasília/DF	Seminário Brasileiro sobre Tecnologias para Veículos Elétricos	Concluído.
11 de agosto	Edifício Sede do MF em São Paulo	Reunião com representantes do MDIC, BNDES, MCTI e ANFAVEA	Concluído.
07-08/11/2011	Rio de Janeiro	World Footwear Congress	Concluído.

J – Pareceres e Notas Técnicas elaborados pela equipe:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
1. Atualização e consolidação das normas sobre a contratação de correspondentes bancários no País, mediante revogação da Resolução nº 3.110, de 31.07.2003	Aperfeiçoamento da regulamentação sobre a contratação de correspondentes bancários no País para maior explicitação da responsabilidade da instituição financeira contratante; aprimoramento dos mecanismos de transparência; capacitação e certificação dos agentes envolvidos no processo; formas de remuneração dos correspondentes; e competências específicas para a atuação do Banco Central, visando com isso a expansão da rede de atendimento bancário em condições mais seguras	Edição da Resolução CMN nº 3.954, de 24.02.2011, que revogou a Resolução nº 3.110, de 3.07.2003.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
2. Aperfeiçoamento das disposições regulamentares sobre o uso de cheques, devolução e oposição ao seu pagamento		
	Adoção de medidas para aumentar a segurança na entrega do cheque ao correntista bem como inibir o uso indevido de cheques, que acarreta custos tanto para o sistema financeiro, em particular, quanto para a economia em geral, inclusive contribuindo para a elevação do spread bancário, visto que os prejuízos causados são repassados aos preços dos bens e serviços consumidos pela população	Edição da Resolução CMN nº 3.972, de 28.04.2011
3. Ampliação do acesso direto ao redesconto do BCB, na modalidade de compra com compromisso de revenda, intradia, de títulos públicos federais, para as instituições financeiras não-bancárias participantes diretas do Sistema de Transferência de Reservas (STR), e não somente para as instituições bancárias		
	A restrição de acesso ao mecanismo de liquidez intradia pelas instituições não bancárias contribuía para diminuir a competição no mercado de pagamentos e favorecia a concentração bancária, reduzindo o fator eficiência, além de configurar tratamento diferenciado aos participantes diretos do STR, obrigados a cumprir as mesmas regras e requerimentos de liquidação do sistema, contrariando o princípio fundamental IV dos Core Principles do BIS, o qual preceitua que os sistemas devem ter critérios objetivos e públicos para os participantes, que permitam acesso justo e amplo	Edição da Resolução CMN nº 4.002, de 25.08.2011

2.1.2 - Coordenação-Geral de Sistemas Financeiros

(Coordenador-Geral responsável: Sérgio Jurandyr Machado)

A – Desenvolvimento e Alongamento do Mercado de Títulos Privados

Objetivo geral: Adoção de medidas de incentivo ao alongamento de prazo na captação de recursos no mercado de títulos privados como meio de financiamento de investimentos de médio e longo prazos, como alternativa às linhas de crédito do BNDES, com vistas a sustentar o forte crescimento do investimento no Brasil.

Objetivo específico: As medidas visam primordialmente a redução dos custos de emissão de títulos privados, a simplificação de procedimentos e o aumento da liquidez no mercado secundário, sendo dada atenção especial ao setor de infra-estrutura devido aos grandes desafios que o Brasil enfrentará nessas áreas nos próximos anos com o desenvolvimento do PAC, do Pré-sal e dos eventos esportivos.

Beneficiários: mercado de capitais brasileiro, investidores de longo prazo no setor produtivo e em infra-estrutura.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Desoneração do Imposto de Renda sobre Títulos Privados de Renda Fixa.			
	Redução a zero a alíquota de IR sobre rendimentos de títulos privados de longo prazo emitidos por pessoas jurídicas (PJ) não financeiras, pagos a não residentes.	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 1º).	Convertida na Lei 12.431 de 24.06.2011.
2. Desoneração do Imposto de Renda sobre debêntures de infra-estrutura.			
	Estende o benefício da alíquota zero de IR às pessoas físicas (PF) e atribui alíquota definitiva de 15% às PJ, ambas residentes, para títulos privados de longo prazo, emitidos por sociedade de propósito específico (SPE) constituída para projetos de investimento na área de infra-estrutura considerados prioritários pelo Governo Federal.	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 2º).	Convertida na Lei 12.431 de 24.06.2011.
3. Desoneração do IR para cotistas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento em debêntures de infraestrutura.			
	Concessão, aos cotistas de fundos de investimento e de cotas de fundos de investimento, com, respectivamente, 85% e 95% das carteiras representadas por debêntures de infra-estrutura, dos mesmos benefícios tributários atribuídos aos adquirentes diretos de tais títulos, a saber: (i) alíquota zero para não residentes e PF; e (ii) alíquota definitiva de 15% para PJ.	Pela Medida Provisória nº 517, de 30.12.2010 (art. 3º).	Convertida na Lei 12.431 de 24.06.2011.
4. Implementação de medidas prudenciais recomendadas pelo Comitê de Basileia.			
	Discussão conjunta com o Banco Central do Brasil para a adequação das medidas prudenciais ao contexto do mercado financeiro nacional.		Edital de Audiência Pública nº 40/2012.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
5. Criação de Fundo de Liquidez para debêntures.	Formatar fundo com objetivo de comprar títulos em reais, especialmente de longo prazo, assim como oferecer ao mercado liquidez temporária para esses títulos, por meio de operações com compromisso de recompra.		Normativos em preparação no âmbito da Secretaria de Política Econômica, Banco Central do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
6. Alteração da regra de remuneração dos depósitos na caderneta de poupança	Dotar a caderneta de poupança de uma regra de remuneração compatível com uma taxa básica de juros abaixo de 9%aa.	Minuta de medida de provisória.	Em análise na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda.

B – Aprimoramento do Marco Legal do Mercado de Crédito Imobiliário

Objetivo geral: fomentar e fortalecer o mercado de crédito imobiliário no Brasil.

Objetivo específico: estimular o desenvolvimento do financiamento privado à construção civil, por meio da introdução e aperfeiçoamento dos instrumentos de crédito e securitização, ampliação da atuação do poder público no fomento à produção e aquisição de habitação popular, melhoria da segurança jurídica para mutuários e financiadores e instituição de um regime tributário mais eficiente.

Beneficiários: Mutuários de financiamentos habitacionais, setores produtivos da cadeia da construção civil, setor bancário, empreendedores da construção civil e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Aperfeiçoamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)	Alteração na Lei no 11.977, de 07.07.2009, que dispõe sobre o PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e nas Leis nos 10.188, de 12.02.2001, 6.015, de 31.12.1973, 6.766, de 19.12.1979, e 4.591, de 16.12.1964	Por meio da Medida Provisória nº 514, de 01.02.2010	Publicada Lei nº 12.424, de 16.06.2011.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
2. Preservação da cobertura dos mutuários segurados pelo Seguro Habitacional do SFH (SH/SFH) quanto à indenização nas ocorrências de morte e invalidez e de responsabilidade civil e na recuperação dos imóveis nas ocorrências de danos físicos			
	Autorização ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) a assumir, na forma disciplinada pelo Conselho Curador do FCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH) e oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, de forma a não prejudicar os mutuários que possuem direito ao pagamento de indenização e permitir a recuperação de direitos do SH/SFH pelo FCVS	Pela Medida Provisória nº 513, de 26.11.2010	Publicada Lei nº 12.409, de 25.05.2011.
3. Construção do índice de valorização dos imóveis			
	Criar um índice para o acompanhamento do crescimento do setor imobiliário e para uma melhor aferição da solidez de tal crescimento.		Publicado no DOU, em 16.09.2011, Decreto nº 7.565, de 15.09.2011, determinando que o IBGE deve adotar providências para a criação e divulgação do índice no Brasil. O índice está sendo criado em parceria com a CAIXA.
4. Concentração dos atos na matrícula do imóvel.			
	A proposta prevê que todas as informações que possam implicar restrições sobre o imóvel devem estar registradas na matrícula do imóvel, cabendo ao demandante de litígio contra o vendedor, averbar na matrícula do imóvel os atos que possam recair sobre este. Sua aprovação simplificará o processo de compra e venda de imóveis, desburocratizando e barateando os custos na verificação da existência de restrições ao imóvel objeto de uma transação comercial, cujo ônus atualmente é do adquirente do imóvel.	Realizadas diversas reuniões com os setores da sociedade e órgãos públicos envolvidos.	O assunto está sendo conduzido pelo Ministério da Justiça.
5. Análise sobre Implantação de Covered Bonds no Brasil.			
	Verificar a viabilidade de implantar no Brasil os Covered Bonds, que constituiriam uma nova fonte de financiamento para o crédito imobiliário.	Realização de estudos que possibilitem a emissão de “covered bonds” no Brasil, em parceria com o Banco Mundial.	Firmado Acordo de Parceria, em 16/03/2011, entre o Ministério da Fazenda e o Banco Mundial.

C – Medidas de Redução do Spread e de Incentivo à Concorrência Bancária

Objetivo geral: ampliar o acesso e reduzir o custo do crédito.

Objetivo específico: estimular a expansão do crédito privado, por meio da criação de ambiente propício para redução do spread bancário e pelo incentivo à concorrência bancária.

Beneficiários: Trabalhadores do setor formal, empresas, tomadores de crédito em geral, rede bancária e investidores.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Proposta de regulamentação da constituição do histórico de crédito, com informações de adimplemento e inadimplemento (cadastro positivo)			
	Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito, de forma a delinear o perfil do comportamento financeiro do consumidor pela valorização do pagamento em dia de seus compromissos	Envio pelo Poder Executivo da Medida Provisória nº 518, de 30.12.2010, convertida na Lei nº 12.414, de 09.06.2011.	Em fase final de regulamentação da Lei nº 12.414/2011 por meio de minuta de Decreto em discussão entre o MF, Ministério da Justiça e o Banco Central do Brasil.
2. Alteração do regime de tributação de Operações Levadas a Prejuízo e Posteriormente Renegociadas referentes a crédito rural e crédito para PF com saldo devedor de até R\$ 30 mil			
	Alterar a metodologia de reconhecimento das receitas para fins tributários (do regime de competência para o regime de caixa) decorrentes de renegociação de dívidas de crédito rural e para PF de até R\$ 30 mil.	Envio pelo Poder Executivo da MP nº 517, de 30.12.2010, convertida na Lei nº 12.431, de 27.06.2011, art. 9º, que alterou o art. 20 da Lei nº 9.430/1996.	

D – Fortalecimento do Ambiente de Negócios

Objetivo geral: reduzir os custos de transação, eliminar barreiras a novos investimentos, elevar a segurança jurídica e racionalizar o processo de execução de garantias.

Objetivo específico:

i) conferir maior segurança jurídica e previsibilidade ao ambiente de negócios; ii) fomentar e ampliar a concorrência econômica; iii) reduzir a burocracia e simplificar procedimentos e exigências legais que afetem a gestão dos negócios; iv) reduzir o custo do capital e do investimento em geral; v) incentivar o uso de procedimentos mais ágeis de resolução de conflitos; vi) tornar juridicamente mais seguras e menos incertas as transações econômicas e o retorno de investimentos; e vii) racionalizar os procedimentos de execução de garantias.

Beneficiários: Setores agrícola, industrial e de serviços; atividade empreendedora em geral, micro e pequena empresa; setores de bens de capital e tecnológico; mercado de capitais e de crédito; mercado de trabalho; setor externo; e investidores, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
1. Atualização e consolidação das normas sobre a contratação de correspondentes bancários no País, mediante revogação da Resolução nº 3.110, de 31.07.2003	Aperfeiçoamento da regulamentação sobre a contratação de correspondentes bancários no País para maior explicitação da responsabilidade da instituição financeira contratante; aprimoramento dos mecanismos de transparência; capacitação e certificação dos agentes envolvidos no processo; formas de remuneração dos correspondentes; e competências específicas para a atuação do Banco Central, visando com isso a expansão da rede de atendimento bancário em condições mais seguras	Edição da Resolução CMN nº 3.954, de 24.02.2011, que revogou a Resolução nº 3.110, de 3.07.2003.
2. Aperfeiçoamento das disposições regulamentares sobre o uso de cheques, devolução e oposição ao seu pagamento	Adoção de medidas para aumentar a segurança na entrega do cheque ao correntista bem como inibir o uso indevido de cheques, que acarreta custos tanto para o sistema financeiro, em particular, quanto para a economia em geral, inclusive contribuindo para a elevação do spread bancário, visto que os prejuízos causados são repassados aos preços dos bens e serviços consumidos pela população	Edição da Resolução CMN nº 3.972, de 28.04.2011
3. Ampliação do acesso direto ao redesconto do BCB, na modalidade de compra com compromisso de revenda, intradia, de títulos públicos federais, para as instituições financeiras não-bancárias participantes diretas do Sistema de Transferência de Reservas (STR), e não somente para as instituições bancárias	A restrição de acesso ao mecanismo de liquidez intradia pelas instituições não bancárias contribuía para diminuir a competição no mercado de pagamentos e favorecia a concentração bancária, reduzindo o fator eficiência, além de configurar tratamento diferenciado aos participantes diretos do STR, obrigados a cumprir as mesmas regras e requerimentos de liquidação do sistema, contrariando o princípio fundamental IV dos Core Principles do BIS, o qual preceitua que os sistemas devem ter critérios objetivos e públicos para os participantes, que permitam acesso justo e amplo	Edição da Resolução CMN nº 4.002, de 25.08.2011

E – Medidas Prudenciais Associadas ao Mercado de Capitais

Objetivo geral: criar as condições necessárias para o desenvolvimento do mercado de capitais, de forma a atuar como fonte efetiva de financiamento e de mitigação de riscos nos diversos setores da economia.

Objetivo específico:

- (i) ampliar as condições de competitividade da economia brasileira;
- (ii) estimular a elevação do investimento privado;
- (iii) incentivar o investimento nas empresas com elevado potencial de crescimento;
- (iv) incentivar a utilização do mercado de derivativos como instrumento de gestão de riscos.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e consumidores, poupadores, investidores, agricultores, setor financeiro e tomadores de crédito, indiretamente.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Redução do IOF - Câmbio sobre as seguintes operações: (i) renda variável; (ii) FIP e FMIEE; e (iii) títulos ou valores mobiliários emitidos na forma dos arts. 1º e 3º da Lei 12.431/11.			
	1. Redução da alíquota do IOF câmbio de 2% para 0% sobre aplicação em renda variável realizada em bolsa de valores ou em bolsa de mercadorias e futuros, na forma regulamentada pelo CMN;	Decreto nº 7.632, de 01 de dezembro de 2011.	
	2. Redução da alíquota do IOF câmbio de 2% para 0% sobre aquisição de ações em oferta pública registrada ou dispensada de registro na CVM ou para subscrição de ações, desde que, nos dois casos, as companhias emissoras tenham registro de negociação das ações em bolsa de valores;		
	3. Redução da alíquota do IOF câmbio de 2% para 0% referente ao cancelamento de depositary receipts para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores;		
	4. Redução da alíquota do IOF câmbio de 2% para 0% sobre operações de mudança de regime do investidor estrangeiro, de investimento direto para investimento em ações negociáveis em bolsa de valores;		
	5. Redução da alíquota do IOF câmbio de 2% para 0% sobre Fundo de Investimento em Participações (FIP) e Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes (FMIEE) de 2% para 0%;		
	6. Redução da alíquota do IOF câmbio de 6% para 0% sobre a aquisição de títulos ou valores mobiliários emitidos na forma dos arts. 1º e 3º da Lei 12.431/11.		
2. Definição da alíquota máxima de IOF câmbio sobre os valores mobiliários referentes a contratos de derivativos.			
	Definição da alíquota máxima de IOF câmbio de 25% sobre os valores mobiliários envolvendo contratos de derivativos.	Medida Provisória nº 539, de 26 de julho de 2011.	Convertida na Lei nº 12.543, de 8 de dezembro de 2011.
3. Definição da alíquota de IOF câmbio sobre a exposição líquida vendida em dólar excessiva.			
	Definição da alíquota de IOF câmbio de 1% sobre exposição líquida vendida em valor superior a US\$ 10.000.000,00.	Decreto nº 7.536, de 26 de julho de 2011.	
4. Elevação do IOF câmbio sobre o pagamento de despesas realizadas no exterior no cartão de crédito.			
	Elevação do IOF câmbio de 2,38% para 6,38% sobre pagamento de despesas feitas no cartão de crédito referentes a aquisição de bens e serviços do exterior.	Decreto nº 7.454, de 25 de março de 2011.	
5. Elevação do IOF câmbio sobre empréstimos externos com prazo até 360 dias.			
	Elevação da alíquota do IOF câmbio de 0% para 6% sobre empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio mínimo de até 360 dias.	Decreto nº 7.456, de 28 de março de 2011.	
6. Elevação do IOF câmbio sobre empréstimos externos com prazo até 720 dias;			
	Elevação da alíquota do IOF câmbio de 0% para 6% sobre empréstimos externos, contratados de forma direta ou mediante emissão de títulos no mercado internacional com prazo médio mínimo de até 720 dias.	Decreto nº 7.457, de 06 de abril de 2011.	

F - Medidas para reduzir os efeitos de mudanças climáticas (participação de grupo de trabalho no âmbito do MF)

Objetivo geral: Implementar políticas e ações para minimizar os efeitos referentes a mudanças climáticas.

Objetivos específicos: (i) Permitir o desenvolvimento econômico-social no País levando em consideração a proteção do sistema climático; (ii) estimular a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima; e (iii) identificar instrumentos de ação governamental já estabelecidos e prontos para contribuir ao sistema climático;

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, acordos internacionais e demais documentos sobre mudança do clima em que o Brasil seja signatário e a sociedade brasileira e mundial, indiretamente;

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
Participação no GT-MF sobre mercado de carbono para subsidiar a posição do Ministério da Fazenda no grupo de trabalho interministerial sobre mercado de carbono.	Participação no GT-MF instituído em 29 de novembro de 2011 para discutir, analisar a proposta de criação de um mercado de carbono.	Portaria de 29 de novembro de 2011.

2.1.3 - Coordenação-Geral de Seguros e Previdência Complementar

(Coordenador-Geral responsável: Flávio Girão Guimarães)

A – Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização

Objetivo geral: acompanhar o mercado de seguros, resseguros, previdência privada aberta e capitalização, bem como auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor.

Objetivos específicos: articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP; e (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de seguros, previdência complementar aberta e capitalização.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e setor regulado, consumidores, sociedade brasileira, indiretamente.

Resultados alcançados: Foram analisados e produzidos diversos normativos que deram ao mercado segurador melhores instrumentos de regulação, permitindo seu desenvolvimento equilibrado. Também foram produzidos pareceres acerca de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional.

No campo das medidas infralegais, destaca-se a edição da Resolução CNSP n.º 232, de 25 de março de 2011, que veda a transferência a empresas ligadas ou pertencentes ao mesmo conglomerado financeiro sediadas no exterior de mais de 20% (vinte por cento) do prêmio correspondente a cada cobertura de seguro contratada, visando a ampliação da retenção nacional de riscos, o incremento da capacidade de subscrição das seguradoras e o aperfeiçoamento qualitativo das instituições e dos agentes econômicos envolvidos no segmento. Isso intensifica o processo de ganhos de eficiência, de aprendizagem e de inovação, essenciais ao desenvolvimento sustentável do mercado securitário nacional.

Destaca-se, também, a emissão da Resolução CNSP n.º 243, de 6 de dezembro de 2011, que dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente, reformulando o marco regulatório e fornecendo à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) os instrumentos necessários para assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento dos mercados sob sua supervisão.

Por fim, destaca-se a edição da Resolução CNSP n.º 244, de 6 de dezembro de 2011, que cria o arcabouço e as condições necessárias para o desenvolvimento e intermediação de produtos destinados à população de baixa renda ou aos microempreendedores individuais, estendendo a esse público carente de proteção securitária contra diversos riscos.

Quanto à totalidade de projetos de resoluções do CNSP, foram publicadas 18 resoluções em 2011, de números 231 a 248, sendo que cinco destas apenas referendaram resoluções adotadas *ad referendum*.

Também foram emitidos diversos pareceres acerca de proposições legislativas que versam sobre os setores de seguros, previdência privada aberta e capitalização que tramitaram no Congresso Nacional.

B - Previdência Complementar Fechada

Objetivo geral: acompanhar a previdência privada operada pelas entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão) e auxiliar na formulação de políticas públicas para o setor, colaborando para que sua atuação seja compatível com o desenvolvimento econômico e social do país (Inciso II, Art. 3º da Lei Complementar n.º 109, de 29 de maio de 2001).

Objetivo específico: Articular as medidas institucionais necessárias para: (i) produção de projetos de lei, de medidas provisórias e de decretos relativos ao tema; (ii) análise de projetos de atos infralegais a serem votados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC; (iii) análise de proposições normativas em trâmite no Congresso Nacional sobre temas relativos ao setor de previdência complementar fechada.

Beneficiários: Secretário de Política Econômica e Ministro da Fazenda, diretamente, e gestores dos fundos de pensão e beneficiários participantes dos fundos de pensão, indiretamente.

Resultados alcançados: em 2011 foi elaborado pela Coordenação-Geral, em conjunto com diversas áreas do Ministério da Fazenda e Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPC, do Ministério da Previdência Social, a reestruturação do projeto de lei que trata do regime de previdência complementar para os servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - Funpresp.

O novo texto institui um teto para o recebimento de aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que será idêntico ao limite hoje estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), tornando isonômico o tratamento entre os servidores do setor público federal e aqueles que trabalham na iniciativa privada.

Espera-se, também, a recomposição do equilíbrio da previdência pública, garantindo sua solvência no longo prazo e, desta forma, recompondo a capacidade do gasto público em áreas essenciais ao estímulo do crescimento sustentável e em programas sociais.

Com a criação do Funpresp, surge um novo investidor institucional, que aumentará a demanda por ativos no mercado financeiro e de capitais, tornando viável os investimentos em infraestrutura e viabilizando o fortalecimento do mercado secundário de títulos públicos e privados.

Quanto à análise de projetos de resoluções do CNPC, foram publicadas as oito primeiras resoluções em 2011, sendo que duas foram revogadas no próprio ano.

C – Quadro resumo

Por fim, apresenta-se tabela com os produtos, de todas as áreas, produzidas por esta Coordenação-Geral no ano de 2011.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Parecer			
1)	Projeto de Lei nº 1.156/2011 que dispõe sobre a divulgação, nos locais que especifica, de informações sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não – DPVAT..	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
2)	Projeto de Lei nº 1.227/2011, que altera a alínea “c”, do art. 36, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
3)	Exposição de Motivos nº 31, de 16 de novembro de 2011, por meio da qual o Ministro da Previdência Social encaminha minuta de Decreto visando à alteração do art. 24 do Decreto nº 7.123/2010, que disciplina a organização e funcionamento do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, de forma a permitir que quaisquer dos seus membros, individual ou coletivamente, apresentem propostas de Resolução ou Recomendação.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
4)	Projeto de Lei nº 716/2011 que dispõe sobre o pagamento do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não – DPVAT.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
5)	Projeto de Lei nº 792/2011 que visa o fim da obrigatoriedade do pagamento do DPVAT, para aqueles que comprovem a contratação e a quitação integral de seguro facultativo que possua cobertura que abranja a específica do seguro obrigatório.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
6)	Projeto de Lei nº 7.180, de 2010, que dispõe sobre a transferência de propriedade de veículo segurado, em caso de roubo ou furto.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
7)	Projeto de Lei do Senado nº 179/2011 – que acrescenta artigo 14-A ao Decreto-Lei nº 73 de 21 de novembro de 1966, para estabelecer prazo máximo de sessenta dias para o pagamento de indenização pela seguradora no caso de morte ou invalidez permanente do segurado.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
8)	Projeto de Lei do Senado nº 231/2011 – que altera a Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar, para estabelecer a obrigatoriedade de aprovação, pelo Senado Federal, dos nomes dos dirigentes do órgão ou órgãos fiscalizador e regulador das atividades das entidades de previdência complementar.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída

<p>9) Projeto de Lei do Senado nº 340/2011 – que altera a Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga - DPVAT, a pessoas transportadas ou não, para permitir o ressarcimento ao correspondente fundo municipal ou estadual de saúde quando o atendimento da vítima for realizado por serviço próprio, contratado ou conveniado do Sistema Único de Saúde.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>10) Requerimento de informação C-2011/0692 sobre Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar nº 26, de 2008, e seu impacto na Entidade Fechada de Previdência Complementar do Banco do Brasil.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>11) Projeto de Lei nº 7.087, de 2010 que institui isenção de cobrança de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT para os veículos que especifica.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>12) Proposta de Portaria Interministerial referente à operacionalização dos repasses das parcelas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, encaminhada pelo Senhor Ministro de Estado das Cidades.</p>	<p>Secretaria Executiva/MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>13) Projeto de Lei nº 482/2011 que altera dispositivos da Lei nº 6.194, de 1974, para facultar o não pagamento de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT quando o segurado já houver contratado seguro equivalente.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>14) Projeto de Lei do Senado nº 154/2010 – que altera dispositivos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>15) Projeto de Lei nº 7.646/2010 – que estabelece a contratação obrigatória de seguro de responsabilidade civil por danos materiais causados a terceiros pelos transportadores rodoviários de carga.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>16) Projeto de Lei nº 7.488, de 2010, que altera a Lei nº 6.194, de 1974, que “dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não”, para tratar de seguro de responsabilidade civil.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>
<p>17) Projeto de Lei nº 7.362, de 2010, que dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, para incluir “bônus” tarifário para motocicletas.</p>	<p>Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF</p>	<p>Concluída</p>

18)	Manifestação da Federação Europeia de Seguradoras e Resseguradores – CEA – sobre as Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 224 e nº 225, editadas em 2010.	Casa Civil/PR	Concluída
19)	Projeto de Lei do Senado nº 147/2010 – que autoriza a União a indenizar os aposentados e pensionistas vinculados a entidades fechadas de previdência complementar de planos de benefícios patrocinados por empresas aéreas; altera a Lei nº 11.101, de 2005, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
20)	Projeto de Lei nº 234/2011 – que inclui os parágrafos primeiro e segundo ao art. 781 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002- Código Civil, de modo a estabelecer normas sobre indenização para os contratos de seguro de veículos automotores.	Assessoria para Assuntos Parlamentares /GM-MF	Concluída
2. Resolução			
1)	CNSP nº 248 – Altera o art. 7º da Resolução CNSP nº 173, de 2007, que dispõe sobre a atividade de corretagem de resseguros, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
2)	CNSP nº 247 – Revoga dispositivos das Resoluções nº 182, 183, 184, 219, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
3)	CNSP nº 246 – Dispõe sobre a comercialização de planos de seguro por meio de bilhete.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
4)	CNSP nº 245 – Revoga o § 2º do artigo 14 da Resolução CNSP nº 168, de 2007, que dispõe sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
5)	CNSP nº 244 – Dispõe sobre as operações de microsseguro, os corretores e os correspondentes de microsseguro e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
6)	CNSP nº 243 – Dispõe sobre sanções administrativas no âmbito das atividades de seguro, cosseguro, resseguro, retrocessão, capitalização, previdência complementar aberta, de corretagem e auditoria independente; disciplina o inquérito e o processo administrativo sancionador no âmbito da SUSEP e das entidades autorreguladoras do mercado de corretagem e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
7)	CNSP nº 242 – Altera e consolida as regras para o pagamento de indenizações referentes a despesas de assistência médica e suplementares - DAMS cobertas pelo seguro Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
8)	CNSP nº 241 – Dispõe sobre transferências de riscos, em operações de resseguro e de retrocessão, com pessoas não abrangidas pelos incisos I e II do art. 9º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e sobre os critérios para comprovação da insuficiência de oferta de capacidade do mercado ressegurador.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
9)	CNSP nº 240 - Referenda a Resolução CNSP nº 229, de 2010, que dispõe sobre o Regimento Interno da SUSEP.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída

10)	CNSP nº 239 - Referenda a Resolução CNSP nº 234, de 2011.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
11)	CNSP nº 238 - Referenda a Resolução CNSP nº 230, de 2010, que dispõe sobre o prazo de vencimento para o pagamento do prêmio do Consórcio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
12)	CNSP nº 237 - Altera o art. 18 do Anexo I da Resolução CNSP nº 128, de 05 de maio de 2005.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
13)	CNSP nº 236 - Referenda a Resolução CNSP nº 232, de 2011.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
14)	CNSP nº 235 - Referenda a Resolução CNSP nº 231, de 2011.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
15)	CNSP nº 234 - Dispõe sobre as condições, critérios e requisitos para a homologação no âmbito da SUSEP da deliberação da sociedade pela liquidação ordinária e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
16)	CNSP nº 233 - Dispõe sobre as condições de constituição, organização, funcionamento e extinção de entidades autorreguladoras do mercado de corretagem de seguros, resseguros, de capitalização e de previdência complementar aberta, na condição de auxiliares da SUSEP, e dá outras providências.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
17)	CNSP nº 232 - Acrescenta os §§ 4º, 5º, 6º, 7º e 8º ao art. 14 e parágrafo único ao art. 15 da Resolução CNSP nº 168, de 17 de dezembro de 2007, e revoga a Resolução nº 224, de 6 de dezembro de 2010.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
18)	CNSP nº 231 - CNSP - Altera o art. 2º da Resolução CNSP nº 224, de 6/12/2010 que dispõe sobre a atividade de resseguro, retrocessão e sua intermediação.	Conselho Nacional de Seguros Privados	Concluída
19)	CNPC nº 1 - Altera os Anexos B e C da Resolução CGPC nº 28, de 26/01/2009, que dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, revoga a Resolução nº 11, de 30 de novembro de 1995.	Conselho Nacional de Previdência Complementar	Concluída – Revogada pela Resolução CNPC nº 8
20)	CNPC nº 2 - Altera os arts. 3º, 4º e 5º da Resolução CGPC nº 23, de 6/12/2006, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências	Conselho Nacional de Previdência Complementar	Concluída
21)	CNPC nº 3 - Prorroga, em caráter exclusivo e excepcional, o atendimento aos prazos relativos ao envio do relatório anual de informações aos participantes e assistidos, previsto na Resolução CGPC nº 23, de 6/12/2006, e ao registro do Livro Diário, fixado na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, relativos ao exercício de 2010.	Conselho Nacional de Previdência Complementar	Concluída – Revogada pela Resolução CNPC nº 4

- | | | |
|---|---|-----------|
| 22) CNPC nº 4 - Prorroga, em caráter exclusivo e excepcional, o atendimento aos prazos relativos ao envio do relatório anual de informações aos participantes e assistidos, previsto na Resolução CGPC nº 23, de 6/12/2006, e ao registro do Livro Diário, fixado na Resolução CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, relativos ao exercício de 2010. | Conselho Nacional de Previdência Complementar | Concluída |
| 23) CNPC nº 5 - Altera a Resolução CGPC nº 8, de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações, e a Resolução CGPC nº 24, de 2007, que estabelece parâmetros para a remuneração dos administradores especiais, interventores e liquidantes nomeados pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dá outras providências. | Conselho Nacional de Previdência Complementar | Concluída |
| 24) CNPC nº 6 - Altera a Resolução CGPC nº 8, de 2004, que dispõe sobre normas procedimentais para a formalização de processos de estatutos, regulamentos de plano de benefícios, convênios de adesão e suas alterações. | Conselho Nacional de Previdência Complementar | Concluída |
| 25) CNPC nº 7 - Revoga a Resolução CGPC nº 01, de 20/12/2000 que determinava a observância pelas entidades fechadas de previdência privada, patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas, ao disposto nos art. 5º e 6º da Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/1998, e dava outras providências. | Conselho Nacional de Previdência Complementar | Concluída |
-

2.1.4 - Coordenação-Geral de Políticas Públicas

(Coordenadora-Geral responsável: Marisa Socorro Dias Durães)

a) Formulação de diretrizes de políticas públicas, de natureza microeconômica, em consonância com a orientação estratégica da política econômica.

Objetivo Geral: Formular diretrizes de Política Econômica

Objetivos específicos: (i) propor medidas microeconômicas que contribuam para promover a sustentabilidade do crescimento e melhorar o perfil de distribuição de renda; (ii) dimensionar o impacto fiscal das medidas propostas; (iii) identificar os aspectos técnicos pertinentes às diferentes alternativas de prescrição de políticas públicas; (iv) examinar a literatura especializada e as lições da experiência internacional; (v) avaliar os impactos setoriais da proposição; (vi) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Beneficiários: Ministro da Fazenda e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de nota técnica e arcabouço normativo para implementação da proposição de política microeconômica.

a.1 – Análise dos programas de incentivo fiscal, no âmbito do ICMS, às importações

Objetivo Geral: Analisar os incentivos tributários à Importação para fundamentar proposta de alteração da gestão financeira das transferências voluntárias da União a Estados e Municípios.

Objetivos específicos: (i) identificar, por Estado, os programas que contemplam benefícios tributários à importação; (ii) avaliar a reação à guerra fiscal, em função dos incentivos à importação, e as medidas legais já adotadas; (iii) analisar a evolução e os critérios para as transferências voluntárias da União; (iv) elaborar proposição normativa para contemplar, no rol de critérios para a concessão de transferências voluntárias, vedação à realização de transferências dessa natureza, pela administração pública federal, com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios que concedam incentivos, de qualquer natureza, para privilegiar a importação de bens e serviços, em detrimento de similar nacional.

Beneficiários: setores produtivos nacionais, governo e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de arcabouço normativo para implementação da proposição de política microeconômica (Nota Técnica, Exposição de Motivos e minuta de Decreto).

a.2 – Análise dos impactos dos benefícios fiscais e financeiros às importações sobre a competitividade da indústria doméstica

Objetivo Geral: Analisar os incentivos tributários à Importação e os impactos sobre a competitividade da produção doméstica

Objetivos específicos: (i) avaliar a estrutura impositiva de tributos sobre a importação e identificar os benefícios fiscais e financeiros adotados pelos entes federativos; (ii) analisar a evolução das importações estaduais, com o objetivo de examinar a representatividade dos

benefícios fiscais e financeiros às importações vis-à-vis à evolução do nível de atividade econômica espacial; (iii) estimar o impacto dos benefícios fiscais e financeiros às importações sobre a competitividade de similar nacional; (iv) analisar a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na forma de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI); e demais instrumentos normativos adotados pelas administrações tributárias; (v) elaborar proposta(s) normativa(s) para promover a equidade da tributação doméstica sobre as importações e a competitividade dos produtos nacionais; (vi) proceder à revisão do arcabouço institucional pertinente aos mecanismos de controle, divulgação e aferição da incidência tributária sobre as importações e à identificação de similar nacional, quando cabível.

Beneficiários: setores produtivos nacionais, governo e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de Minuta de Portaria Interministerial – que Institui Grupo de Trabalho Interministerial para analisar os impactos dos benefícios fiscais e financeiros às importações sobre a competitividade da indústria doméstica e propor diretrizes normativas pertinentes à matéria..

a.3 – Desoneração Tributária da Folha de Pagamentos

Objetivo Geral: Implementar diretrizes de políticas tributária que contribuam para ampliar a competitividade da produção nacional e estimular o crescimento econômico.

Objetivos específicos: (i) concatenar a desoneração tributária da folha às diretrizes da política fiscal; (ii) incentivar a formalização laboral (iii) estimular a geração de emprego e renda; (iv) mitigar impactos negativos sobre a estrutura de financiamento da previdência social; (v) dimensionar efeitos de curto e médio-longo prazo sobre a arrecadação; (vi) avaliar os impactos setoriais da proposição; (vi) elaborar proposta de normativo para a implementação da proposição.

Beneficiários: setores produtivos e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Elaboração de apresentação, revisão de Nota Técnica precedente, simulações, apresentação e do arcabouço normativo para implementação da proposição (Minuta de Medida Provisória e Exposição de Motivos).

b) Análise do impacto econômico-fiscal de políticas públicas, postuladas em proposições legislativas, conforme demandas da Assessoria Parlamentar, do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva/MF.

Objetivo Geral: Elaborar análise econômica das proposições e correlata adequação às normas que pautam a gestão das finanças públicas.

Objetivos específicos: (i) analisar os impactos econômicos das proposições normativas; (ii) avaliar a adequação das proposições legislativas às diretrizes que regem o processo orçamentário – PPA, LDO e LOA; (iii) examinar a observância das diretrizes consubstanciadas na Lei de Responsabilidade Fiscal; (iv) analisar a execução orçamentário-financeira de ações do governo federal com escopo similar, consubstanciadas no PPA e na LOA; (v) sugerir aperfeiçoamentos que possam propiciar a adequação da proposição às diretrizes da política fiscal e à orientação estratégica da política econômica.

Beneficiários: Assessoria Parlamentar/MF; Secretaria Executiva/MF; Gabinete do Ministro/MF; Congresso Nacional; e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Elaboração de pareceres com análise econômico-fiscal das diretrizes de políticas públicas (Quadro I).

Quadro I - Proposições analisadas no âmbito da CGPP/SPE

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
1 Parecer nº 005, de 06.01.2010	Minuta de Decreto s/nº - Acresce dispositivos ao Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior	Secretaria Executiva/MF
2 Parecer nº 010, de 03.02.2011	Projeto de Lei de Conversão s/nº, de 2010 (Medida Provisória nº 503, de 2010) – Ratifica, com ressalva, o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, destinado à constituição de consórcio público interfederativo, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO, institui regime diferenciado de licitações e contratos na execução de obras, compras, serviços, alienação de bens e concursos relacionados à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
3 Parecer nº 011, de 07.02.2011	Projeto de Lei de Conversão nº 502, de 2010 - Dá nova redação às Leis nºs. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976 e dá outras providências	Assessoria para Assuntos Parlamentares
4 Parecer nº 012, de 22.02.2011	Projeto de Lei de Conversão nº 15, de 2010 - Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nºs 12.087, de 11 de novembro de 2009, 10.260, de 12 de julho de 2001, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil Brasileiro, 8.685, de 20 de julho de 1993, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 3.890-A, de 25 de abril de 1961, 10.848, de 15 de março de 2004, e 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009; revoga dispositivos das Leis nºs 8.162, de 8 de janeiro de 1991, e 12.096, de 24 de novembro de 2009; e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
5 Parecer nº 018, de 03.03.2011	Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2011 - Altera as Leis nos. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto; e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui o Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, revoga a Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976 e dá outras providências	Assessoria para Assuntos Parlamentares
6 Parecer nº 022, de 15.03.2011	Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2011 - Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.	Assessoria para Assuntos Parlamentares

Relatório de Gestão - 2011

7	Parecer nº 029, de 01.04.2011	Projeto de Lei s/nº - Dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e à Copa do Mundo de 2014, que serão realizadas no Brasil e EM nº 0003/ME/MRE/TEM/MJ/MF/MD/MDIC/MC/MCT.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
8	Parecer nº 036, de 13.04.2011	Projeto de Decreto s/nº, de 2010 e EMI s/nº SDH/PR/MEC/MJ/MPS/MS/MCID/MDA/MDS/MESP/MPOG/TEM/MTUR/MinC/SPM/MinCom/MTRANSP, de 27 de julho de 2010 – Institui o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável voltado à implementação de ações de valorização da pessoa idosa, promoção e defesa dos seus direitos, institui a Comissão Interministerial para articulação dos órgãos e entidades envolvidos na implementação, monitoramento e avaliação das ações que integram o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, e dá outras providências.	Secretaria Executiva
9	Parecer nº 038, de 18.04.2011	Projeto de Lei nº 7.445, de 2010 – Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único da Saúde – SUS.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
10	Parecer nº 099, de 15.06.2011	Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga, altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
11	Parecer nº. 120, de 13.07.2011	Portaria Interministerial s/nº - Estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências da União mediante Convênios relativos ao programa de proteção a pessoas ameaçadas.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
12	Parecer nº. 149, de 16.08.2011	Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2011 - Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física e altera as Leis nºs 11.482, de 31 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.656, de 3 de junho de 1998, e 10.480, de 2 de julho de 2002	Assessoria para Assuntos Parlamentares
13	Parecer nº 159, de 01.09.2011	Projeto de Lei da Câmara nº 116 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
14	Parecer nº 167, de 21.09.2011	Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
15	Parecer nº 173, de 26.09.2011	Projeto de Decreto s/nº - Regulamenta o regime diferenciado de contratações públicas – RDC de que trata a Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011.	Secretaria Executiva
16	Parecer nº 176, de 28.09.2011	Proposta de Medida Provisória(MP) – Dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à atenção oncológica, seus incentivos e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
17	Parecer nº 196, de 13.10.2011	Auditagem da fórmula de cálculo das Bolsas do PROUNI – 1º semestre de 2012.	Secretaria Executiva

18	Parecer nº 203, de 18.10.2011	Projeto de Lei da Câmara nº 166, de 2010 - Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.	Secretaria Executiva
19	Parecer nº 204, de 18.10.2011	Projeto de Lei de Conversão nº 25, de 2011 - Dá nova redação ao artigo 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente; e trata das contribuições sociais devidas aos conselhos profissionais em geral.	Secretaria Executiva
20	Parecer nº 211, de 26.10.2011	Projeto de Decreto s/nº, de 2011 e EMI nº 0036, de 20 de julho de 2011 – Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da SUDENE.	Secretaria Executiva
21	Parecer nº 212, de 26.10.2011	Projeto de Decreto s/nº, de 2011 e EMI nº 0039, de 26 de abril de 2011 – Dá nova redação ao artigo 2º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, que define os setores da economia prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da SUDAM.	Secretaria Executiva
22	Parecer nº 220, de 03.11.2011	Projeto de Lei do Senado nº 372, de 2008 (Projeto de Lei nº 5030, de 2009) –Reabre o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências.	Assessoria para Assuntos Parlamentares
23	Parecer nº 229, de 17.11.2011	Projeto de Lei nº 3.937, de 2004 (PLC nº 6/2009) - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências	Assessoria para Assuntos Parlamentares
24	Parecer nº 246 de 30.11.2011	Projeto de Decreto s/nº e Exposição de Motivos MinC/MF nº 00023, de 27 de outubro de 2011 - Regulamenta as disposições da Medida Provisória nº 545, de 2011, relativas ao Programa Cinema Perto de Você, estabelece normas para o credenciamento e habilitação de projetos para o Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica – RECINE e dá outras providências.	Secretaria Executiva
25	Parecer nº 259, de 21.12.2011	Minuta de Medida Provisória e Exposição de Motivos Interministerial nº 0059 MS/MP/MF, de 15 de dezembro de 2011 - Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, autoriza a União a conceder benefício financeiro, altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999.	Secretaria Executiva

Análise econômico-fiscal de diretrizes de políticas públicas

Objetivo Geral: Analisar os fundamentos econômico-fiscais de políticas públicas passíveis de implementação pelo governo e propor diretrizes para subsidiar decisões da Secretaria-Adjunta de Políticas Microeconômicas.

Objetivos específicos: (i) Analisar aspectos técnicos com base em fundamentos econômicos e normativos que regem as finanças públicas; (ii) examinar, quando aplicável, as necessidades de financiamento da(s) política(s) à luz das diretrizes do processo

orçamentário; (iii) analisar as prescrições da literatura econômica e as lições da experiência internacional; (v) propor diretrizes para subsidiar decisões de política.

Beneficiários: SPE/MF e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

Notas técnicas encaminhadas ao Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas(Quadro III)

Quadro III – Notas elaboradas pela CGPP/SPE

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento
1 Nota Técnica nº 52, 12.09.2011	Propostas de Alteração das condições financeiras dos contratos de refinanciamento de dívidas estaduais, estabelecidas pela Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997.	Secretário-Adjunto de Política Fiscal e Tributária
2 Nota Técnica nº 71, 19.12.2011	Políticas, Planos, Programas e Ações, direcionadas para a região Centro-Oeste	Ministério da Integração Nacional
3 Nota Técnica nº 73, 23.12.2011	Propostas contempladas na Agenda Igualdade de Gênero, no âmbito do Fórum de Direitos e Cidadania, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República	Secretário-Adjunto de Políticas Microeconômicas da SPE.
4 Nota Informativa	Propostas de Alteração das condições financeiras dos contratos de refinanciamento de dívidas estaduais, estabelecidas pela Lei nº 9496, de 11 de setembro de 1997.	Secretário-Adjunto de Política Fiscal e Tributária
5 Nota Informativa	Proposta de desoneração tributária da folha de pagamentos e migração da base de contribuição patronal à Previdência Social para a receita bruta ou faturamento.	Secretário-Adjunto de Política Fiscal e Tributária

d) Outras atividades da CGPP/SPE

Quadro V - Participação em Congressos, Seminários e demais eventos

Produto	Palestrante	Data
----------------	--------------------	-------------

1. Fóruns

Representação da SPE no Fórum de Direitos e Cidadania, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República

2. Organização do Ciclo de Seminários da SPE

(i) Marco regulatório das Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: Fundos de Desenvolvimento e Fundos Constitucionais de Financiamento	Márcio de Oliveira Junior - Consultor Legislativo do Senado Federal	26.8.2011
(ii) Transferências Intergovernamentais no Brasil: Diagnóstico e proposta de reforma (arcabouço ideal e alternativas factíveis)	Marcos Mendes - Consultor Legislativo do Senado Federal	2.9.2011
(iii) Government Finance Statistics Manual 2001 (GFSM 2001) – Proposta de implementação no Brasil (estágio atual de adequação das finanças públicas em âmbito federal, estadual e municipal; principais conceitos e óbices às diretrizes do GFSM)	STN- Equipe Cesef e SPE	16.9.2011
(iv) Benefícios sociais regionais – impacto regional das políticas de desoneração (benefícios tributários, creditícios e financeiros)	Sergio Duarte de Castro – Secretário de Desenvolvimento Regional	11.11.2011
(v) Uniformização e aprimoramento das metodologias de cálculo da carga tributária, incluindo a difusão de estimativas trimestrais para o indicador e líquidas de transferências de renda	IBGE/ SOF e STN	2.12.2011

2.1.5 – Coordenação-Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária
(Coordenador-Geral responsável: Mônica Avelar Antunes Netto)

A - Acompanhar a Produção Agropecuária

Objetivo geral: Subsidiar a política de garantia de preços.

Objetivo específico: Definir preços de garantia e critérios para a concessão de subvenção aos produtores rurais.

Beneficiários: Produtores rurais e suas cooperativas

Resultados alcançados: Garantia de renda aos produtores rurais e suas cooperativas.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Preços mínimos e preços de garantia dos produtos constantes da pauta da Política de Garantia de Preço Mínimo - PGPM e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar - PGPAF			
	Análise do comportamento de mercado dos produtos a serem amparados na PGPM e PGPAF	Notas técnicas com análises das propostas apresentadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA dos preços mínimos dos produtos da PGPM e pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA dos preços de referências dos produtos amparados pela PGPAF.	Redução do preço mínimo do trigo da safra 2010, sugerido pelo MF e a manutenção dos preços dos demais produtos da PGPM e alteração do preço de referência dos produtos amparados pelo PGPAF. Proposta aprovada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.
2. Portarias interministeriais para a concessão de subvenção econômica para os produtos da PGPM			
	Participação conjunta do Ministério da Fazenda - MF, MAPA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP na definição dos limites, condições e critérios para a concessão de subvenção econômica para os produtos constantes da PGPM, cujo o preço de mercado está abaixo do preço mínimo.	Elaboração de nota técnica e da minuta de portaria interministerial.	Publicação das portarias interministeriais de arroz, milho, feijão, trigo, uva e sisal.
3. Sumário dos produtos da PGPM e acompanhamento da Safra Brasileira e Evolução do Crédito Rural			
	Atualização dos dados mensalmente para subsidiar a elaboração de estudos e análises agropecuárias.	Elaboração de nota técnica e conjuntura.	Disponibilização de conjuntura de diversos produtos agrícolas.

4. Crescer - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

Operações direcionadas a empreendedores pessoas físicas informais, empreendedores individuais (EI), e microempresas com faturamento de até R\$ 120 mil anuais, com valor máximo de financiamento de R\$ 15 mil, destinado a capital de giro ou investimento, taxa de juros 8% ao ano mais Taxa de Abertura de Crédito (TAC) de 1%.

Acompanhamento, análise e revisão do Programa.

Programa em operação. Foram contratadas mais de 600 mil operações, com valor médio de R\$ 1,2 mil, gerando um desembolso total de R\$ 745 milhões. Aproximadamente 80% do valor aplicado nas operações de microcrédito produtivo orientado foram contratadas na região Nordeste do país e 68% dos beneficiários são mulheres.

2.1.6 – Coordenação-Geral de Meio-Ambiente e Mudanças Climáticas

(Coordenador-Geral responsável: Aloísio Lopes Pereira de Melo)

A – Política Nacional sobre Mudança do Clima -(PNMC)

Objetivo geral: contribuir para a compatibilização das políticas econômicas com as políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Objetivo específico: analisar e propor instrumentos econômicos e mecanismos de financiamento da PNMC e dos seus planos, programas e demais atividades, adequando-os às estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Beneficiários: órgãos do Governo Federal responsáveis pelas políticas de desenvolvimento sustentável; agentes financeiros; entes da Federação; agentes privados; organizações não-governamentais

Resultados alcançados: estudo e elaboração de propostas para instrumentos econômicos para políticas de mitigação e adaptação, com destaque para mercado de carbono e florestas; formalização de parcerias e realização de intercâmbios sobre esses instrumentos

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Análise sobre viabilidade e oportunidade de implementação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE)			
	Coordenação elaboração interministerial de análise sobre o MBRE; participação do programa PMR (Partnership for Market Readiness), do Banco Mundial	Elaboração de análise preliminar e apresentação para GEX e CIM; criação do GTI e GT-MF pela Portaria MF de 1/12/11; Brasil aprovado com participante da PMR; participação em seminário internacional sobre metodologias de mercado de carbono.	GTI e GT-MF instituídos; trabalhos iniciados; projeto do governo brasileiro à PMR com elaboração iniciada
2. Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando a Consolidação da Agricultura de Baixo Carbono no Brasil (Plano ABC)			
	Adequação de condições e recursos da linha de crédito intitulada Programa ABC às necessidades dos produtores rurais	Revisão das condições de financiamento (Resolução CMN nº 4.008, de 14/9/2011); Disponibilização de R\$3,15 bilhões para aplicação na safra 2011/2012, com equalização da taxa de juros pelo TN	Linha de crédito em operação (BB e BNDES), com cerca de R\$ 400 milhões aplicados de junho a dezembro de 2011

3. Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas na Amazônia (PPCDAM) e Cerrado (PPCerrado)

<p>Informações para compor o relatório do PPCerrado enviadas; participação no processo de revisão do PPCDAM; ajustes na regulamentação sobre condições para a concessão de crédito rural no Bioma Amazônia</p>	<p>Acompanhamento periódico da implementação do PPCDAM e PPCerrado; Prorrogação das condições diferenciadas de acesso ao crédito rural pela agricultura familiar; flexibilização da exigência de comprovante de regularidade fundiária (Resol. CMN nº 4006, de 24/08/2011)</p>	<p>Informações para compor o relatório do PPCerrado enviadas; participação no processo de revisão do PPCDAM (em andamento)</p>
--	--	--

4. Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FMNC

<p>Início das operações do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FMNC, mediante regulamentação e aprovação dos primeiros projetos</p>	<p>R\$ 30 milhões aplicados em projetos não reembolsáveis. Resolução 4.008, de 14/9/2011, regulamentando os financiamentos ao amparo dos recursos do Fundo Clima</p>	<p>Recursos reembolsáveis: aguardando regulamentação interna do BNDES; recursos não reembolsáveis: projetos contratados e em execução</p>
---	--	---

5. Sistema Nacional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, Conservação, Manejo Florestal Sustentável e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal (REDD+)

<p>Contribuição para a formulação de propostas de instrumentos econômicos para florestas e possíveis fontes de financiamento do Sistema Nacional de REDD+</p>	<p>Apresentação de análise e propostas ao GT; realização de seminário internacional sobre instrumentos econômicos para florestas e REDD+</p>	<p>Seminário realizado, com propostas de instrumentos econômicos identificadas e analisadas. Proposta preliminar de título florestal elaborada.</p>
---	--	---

6. Projeto de Cooperação BID/MF - "Programa de fortalecimento do planejamento orçamentário e administrativo fiscal de mudança climática no Brasil"

<p>Programa voltado à capacitação de técnicos e dirigentes do MF, MP e secretarias estaduais de fazenda e planejamento sobre os impactos das mudanças climáticas sobre as finanças públicas</p>	<p>Formalização do termo de cooperação e preparação do Workshop sobre Adaptação a Mudanças Climáticas</p>	<p>Organização do Workshop e contratação de consultores para elaborar programa de capacitação em andamento</p>
---	---	--

B – Meio Ambiente

Objetivo geral: contribuir para a compatibilização das políticas econômicas com as políticas ambientais.

Objetivo específico: elaborar propostas para definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável.

Beneficiários: órgãos do Governo Federal responsáveis pelas políticas de desenvolvimento sustentável; agentes financeiros; entes da Federação; agentes privados; organizações não-governamentais.

Resultados alcançados: incorporação de aspectos econômicos na definição de políticas ambientais e nos posicionamentos do MF sobre economia verde.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
Rio +20	Participação na Secretaria Executiva e no Comitê de Infraestrutura; elaboração, em conjunto com outras Secretarias do MF, de texto base das discussões no evento	Subsídio à elaboração de visão e propostas do MF sobre Economia Verde, com vistas ao documento brasileiro para a Conferência Rio+20	Documento-base do Governo Brasileiro encaminhado à ONU, contendo proposições do MF; organização da Conferência em andamento
Protocolo Verde	Coordenação das atividades no âmbito do Protocolo Verde, juntamente com MMA e Bacen, com o objetivo de aprimorar práticas bancárias de responsabilidade socioambiental e de promoção do desenvolvimento sustentável.	Participação em reunião do Fórum dos Bancos; participação em curso de capacitação e workshop em riscos socioambientais em SP	Equipe capacitada em gestão de riscos socioambientais
Pagamento por Serviços Ambientais/ Código Florestal/ Plano Nacional de Irrigação	Acompanhamento da tramitação dos projetos e elaboração de pareceres	Participação de audiências públicas no Senado sobre os temas; participação em reuniões para discutir a posição do Governo a respeito das diversas propostas	Projetos ainda em tramitação

Acordo TFCA (Tropical Forests Conservation Act)

Implementação do Acordo de conversão de dívida do Governo Brasileiro com os EUA em projetos ambientais

Instalação do Comitê Gestor da Conta do Acordo TFCA e participação em 7 reuniões; Aprovação do Regimento Interno do Comitê; Publicação da 1ª chamada de projetos / Edital 01/2011

47 projetos aprovados, no total de R\$ 20 milhões, aguardando contratação

Cooperação MMA/MF

Subsídio ao MMA em relação a aspectos econômicos da política ambiental, conforme demandas do órgão.

Análise das fontes e fundos da política ambiental;

Análise da SPE concluída. Aguardando conclusão da análise sobre fundos ambientais pela STN

Brasil Sem Miséria - público rural

Elaboração dos programas Bolsa Verde, Fomento, Inclusão Produtiva e Água para Todos, integrantes da estratégia de erradicação da pobreza extrema no meio rural, em seus aspectos financeiros, operacionais e legais

Plano Brasil Sem Miséria e Programas Bolsa Verde e Fomento criados e regulamentados (MP nº 535, de 02/06/2011 e Decretos nº 7.492, de 02/06/2011, nº 7.644 de 16/12/2011 e nº 7.572, de 28/9/11) e programas em início de implementação

Bolsa Verde implementado, com cerca de 16 mil famílias beneficiadas em 2011; Inclusão Produtiva e Água para todos em início de implementação; Fomento em fase de preparação da implementação;

Estudo TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity) e legislação sobre Biodiversidade

Participação na coordenação dos estudos sobre valoração ambiental realizados por outros órgãos do Governo Federal; contribuição para a elaboração do marco legal e plano nacional de biodiversidade, em seus aspectos econômicos

Definição dos estudos a serem realizados; análise e apresentação de propostas para lei e plano nacional de biodiversidade

Estudos em andamento; lei e plano nacional em elaboração

2.1.7 – Coordenação-Geral de Crédito Rural e Normas

(Coordenador-Geral responsável: Francisco Erismá Oliveira Albuquerque)

A - Política de Crédito Rural

Objetivo Geral: Aprimorar a Política de crédito Rural

Objetivo específico: Reformular e melhorar as informações referentes ao Crédito Rural, com vistas a inclusão social e eficácia dos gastos públicos

Beneficiários: Produtores Rurais suas Cooperativas ou Associações

Resultados alcançados: Aumento dos recursos aplicados e simplificações operacionais.

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Recor	Reestruturação do sistema de Registro Comum de Operações Rurais-Recor, com o objetivo de incorporar informações necessárias ao acompanhamento da política de crédito rural, seguro agrícola e garantia da atividade agropecuária.	Criação de Grupo de trabalho através de portaria Interministerial nº 1 BC/MF/MDA/MAPA com o propósito de apresentar proposta de reestruturação do Recor.	Em fase final para implantação do sistema
2. Inclusão Financeira	Participação de discussões para fomentar a inclusão financeira no Brasil e no Mundo.	Participação no II fórum Banco Central do Brasil sobre inclusão financeira.	Continuidade de discussões: proposta de dialogar com os diversos setores em 2012.
3. Revisão do Manual de Crédito Rural (MCR)	Revisão das normas referentes ao Crédito Rural para simplificação operacional das diversas linhas de crédito, tanto para as instituições financeira quanto para os mutuários.	Revisão dos capítulos do MCR e elaboração de nova proposta.	Proposta sob análise da PGFN/MF e Banco Central.
4. Plano Safra da Agricultura Familiar e Empresarial.	Discussão com diversos órgão governamentais e Instituições Financeiras para definição de taxas de juros, montante de recursos destinados para cada linha de crédito, período de contratação, definição de preços de referência e Preços Mínimos.	Elaboração de Votos ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Plano Safra aprovado pelo CMN no 1º semestre.

5. Renegociação de dívidas de operações ao amparo do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana

<p>Foram feitas alterações na Lei nº 11.775, de 17.9.2008, para permitir que um maior número de operações pudessem ser enquadradas no processo de renegociação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana.</p>	<p>Elaboração de Voto ao CMN, com base nas alterações feitas na Lei nº 11.775, de 2008, com posterior publicação de Resolução do CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 3.944, de 27.1.2011.</p>
---	---	--

6. Linha emergencial de crédito de custeio, autorizando a contração de operação de investimento ao amparo do Pronaf Mais Alimentos, em favor dos agricultores familiares atingidos pelo excesso de chuvas no estado do Rio de Janeiro.

<p>Amenizar os prejuízos sofridos pelos agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro, oferecendo-lhes condições para a reestruturação das atividades produtivas. Operações contratadas com prazo de reembolso de 2 anos e taxa de juros de 0,5% a.a.</p>	<p>Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 3.948, de 11.2.2011.</p>
---	---	--

7. Linha extraordinária de crédito destinada à composição de dívidas de produtores rurais decorrentes de financiamentos à produção de café, no âmbito do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

<p>Viabilizar o pagamento de dívidas rurais dos cafeicultores por meio da composição de saldos devedores de financiamentos contraídos em instituições financeiras, inclusive os efetuados por meio de suas cooperativas, e cujos recursos tenham sido utilizados na produção de café.</p>	<p>Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 3.966, de 31.3.2011.</p>
---	---	--

8. Concessão de crédito ao amparo de recursos do Funcafé, destinado ao financiamento da recuperação de lavouras de café afetadas por chuva de granizo entre 1º.10.2010 e 31.5.2011.

<p>Financiar a recuperação das lavouras de café atingidas por chuva de granizo</p>	<p>Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 3.975, de 25.5.2011</p>
--	---	---

9. Renegociação das operações de investimento rural, contratadas por orizicultores e suinocultores ao amparo de recursos administrados pelo BNDES, no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

<p>Recuperar a capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos para condução da atividade agrícola dos orizicultores.</p>	<p>Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 4.041, de 15.12.2011.</p>
--	---	---

10. Renegociação de operações de investimento, de custeio e de Empréstimo do Governo Federal (EGF) contratadas por orizicultores e suinocultores e a concessão da Linha Especial de Crédito (LEC) para suínos.

<p>Renegociar as parcelas devidas dos mutuários que, em decorrência de problemas na comercialização de arroz ou de suínos, estejam com dificuldade de efetuar o pagamento.</p>	<p>Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 3.992, de 14.7.2011.</p>
--	---	--

11. Instituir linha de financiamento de capital de giro para indústrias de café solúvel.

<p>Acompanhar a expansão dos países concorrentes.</p>	<p>Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 3.995, de 28.7.2011.</p>
---	---	--

12. Renegociação de operações de custeio e de investimento, com vencimento em 2011, contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

<p>Recuperar a capacidade de pagamentos dos mutuários do Pronaf que estão com dificuldades para saldar o conjunto das prestações de crédito rural com vencimento em 2011.</p>	<p>Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.</p>	<p>Publicação da Resolução CMN nº 3.999, de 11.8.2011.</p>
---	---	--

13. Composição de dívidas e a renegociação de operações de crédito rural âmbito do Pronaf.

Facilitar o pagamento das operações de crédito rural pelos agricultores familiares que mesmo com as operações de crédito em situação de inadimplência, têm passado por dificuldades para mantê-las nessa condição, e necessitam renegociar suas dívidas com prazos mais longos e prestações com valores mais baixos.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.028 , de 18.11.2011.
--	--	---

14. Renegociação de operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária,

Autorizar a renegociação de operações de crédito fundiário contratadas ao amparo do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) que estejam em situação de inadimplência, inclusive as operações do Programa Cédula da Terra formalizadas no âmbito do Acordo de Empréstimo 4.147- BR, e concede novo prazo para a individualização de dívidas grupais ou coletivas contraídas por beneficiários.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.029, de 18.11.2011.
---	--	--

15. Renegociação das operações contratadas ao amparo da Linha de Crédito para o Grupo “B” (Microcrédito Produtivo Rural) no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Regularizar os débitos dos produtores, cujo pagamento não foi realizado nas datas de reembolso contratadas.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.030 , de 18.11.2011.
---	--	---

16. Renegociação de operações contratadas ao amparo das linhas de crédito para os Grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Dar condições para regularização dos débitos em atraso.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.031, de 18.11.2011.
---	--	--

17. Critérios para remuneração das instituições financeiras e dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Propor nova metodologia de cálculo para a remuneração das instituições financeiras, com vistas a estabelecer tarifas diferenciadas por serviço prestado em função da quantidade e do tipo de contrato em carteira.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.038, de 15.12.2011.
--	--	--

18. Crédito agroindustrial destinado à industrialização da cana-de-açúcar nos Biomas Amazônia e Pantanal e Bacia do Alto Paraguai, entre outras áreas.

Permitir a concessão do crédito agroindustrial também ao financiamento de projetos para implantação de novas usinas, mantendo-se a exigência de que o licenciamento deve ser concedido até 28 de outubro de 2009.	Elaboração de Voto ao Conselho Monetário Nacional - CMN.	Publicação da Resolução CMN nº 4.044 , de 15.12.2011.
---	--	---

2.1.8 - Coordenação-Geral de Modelagem Econômica

(Coordenador-Geral responsável: Enrico Bezerra de Vasconcelos)

A – Elaboração da Grade de Parâmetros

Objetivo geral: Elaborar a grade de parâmetros para o processo orçamentário.

Objetivo específico: gerar projeções, cenários simples, cenários de stress e cenários de choques de variáveis macroeconômicas exógenas (ou parcialmente controladas) sobre variáveis macroeconômicas relevantes.

Beneficiários: instituições do Governo Federal envolvidas na elaboração no processo orçamentário.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Grade de Parâmetros			
	Atualização bimestral das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros	Processo Orçamentário	Concluído.
2. Grade de Parâmetros			
	Melhorias de eficiência (tempo de atualização) e qualidade (precisão da projeção).	Processo Orçamentário	Concluído.

B - Produção de cenários macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar os cenários mais prováveis para o crescimento da atividade econômica, para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas.

Objetivo específico: Construção de cenários para o comportamento da atividade econômica, da inflação e das contas externas através do uso de hipóteses claras e das técnicas econométricas mais apropriadas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Cenário para o PIB para o período entre 2011 e 2015.
- Cenário para inflação entre 2011 e 2015.
- Cenário para os exercícios de Consistência Macro para o período 2010-2014.

C – Produção de Estudos Macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.

Objetivo específico: Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas ou apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Melhor conhecimento por parte do Ministério da Fazenda de fenômenos específicos do quadro macroeconômico.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
1. Estudo sobre aspectos operacionais e qualitativos das surveys junto aos analistas de mercado		
	Descrição detalhada da metodologia usada pelas principais surveys americanas e as conseqüências das escolhas metodológicas na qualidade de previsão dessas pesquisas.	Concluído.
2. Estudo sobre as características da operacionalização da política monetária do FED		
	Apresenta as principais características do arcabouço institucional que envolve política monetária executada pelo FED e esclarece como se dá a formação das diversas taxas de juros na economia americana a partir do estabelecimento da fed funds rate.	Concluído.
3. Avaliação do impacto dos preços do petróleo e seus derivados no IPCA		
	Descrição da conjuntura internacional para a demanda e a oferta de petróleo e derivados no início de 2011 e os possíveis impactos sobre o IPCA	Concluído.
4. Análise de Consistência Macroeconômica para os cenários da SPE		
	Apresentação com a integração dos cenários para crescimento, inflação, contas externas e quadro fiscal.	Concluído.
5. Perspectivas da Política Monetária Brasileira		
	Texto para a PREVIC analisando as perspectivas futuras das taxas de juros do Brasil	Concluído.
6. Estudo sobre os impactos da desvalorização da taxa de câmbio nominal entre ago/11 e set/11 na economia brasileira		
	Apresentação avaliando a natureza da desvalorização do real e suas conseqüências na inflação e no crescimento de 2011 e 2012.	Concluído.

7. Análise sobre a formação de preço de diversos subitens da cesta que compõe o IPCA e indicações de possíveis políticas em relação a cada um deles.

Apresentação com informações sobre os determinantes na formação de preço de cada subitem, sobre as perspectivas desses preços em 2011 e indicações de política para reduzir a inflação dos subitens mais problemáticos. Concluído.

8. Avaliação do capítulo do Going for Growth com análise da economia brasileira para posterior debate com representante da OECD.

Texto apontando argumentos sobre o contexto macroeconômico brasileiro com os quais não concordávamos e contra-argumentando. Concluído.

9. Nota técnica sobre a metodologia dos Indicadores Coincidentes de Atividade Econômica da SPE

Texto descrevendo a metodologia usada para a construção dos indicadores. Em andamento

10. Revisão da literatura sobre política macroprudencial

Texto descrevendo os objetivos e a natureza da política macroprudencial e analisando a efetividade dos instrumentos comumente utilizados. Em andamento

11. Endogeneização das variáveis impactadas pelo ambiente externo no modelo para previsão da inflação

Construção de um modelo que estabeleça uma relação estável entre o PIB internacional e os preços internacionais das commodities com a taxa de câmbio nominal R\$/US\$ e o PIB doméstico. Em andamento

D – Assessoria à SAIN em temas econômicos

Objetivo geral: Assessorar a Secretaria de Assuntos Internacionais do MF em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.

Objetivo específico: Subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o MAP do G-20 e o *Going for Growth* da OCDE.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Construção de cenários para o MAP – *Mutual Assessment Process*.
- Participação da confecção de diversos textos que subsidiaram os Comunicados do MAP.
- Participação na construção de apresentações para grupo de investidores internacionais.
- Subsídio à SAIN com cenários macroeconômicos na discussão sobre o artigo IV do FMI

E – Apoio à produção do caderno Economia Brasileira em Perspectiva

Objetivo geral: apoiar a produção do caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*.

Objetivo específico: fornecer idéias e informações para os slides produzidos para o caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*. Numa segunda etapa, revisar os slides.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: os cadernos.

F – Participação em Reuniões de Conjuntura

Objetivo geral: Disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.

Objetivo específico: Apresentar as últimas informações sobre atividade econômica, cenários prospectivos, estudos divulgados recentemente e apontar a relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira. Defender as decisões de política econômica perante o questionamento de investidores, internos e externos, e de autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados:

- Reuniões de conjuntura internas semanais.
- Reuniões periódicas com investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.

2.1.9 - Coordenação-Geral de Política Fiscal

(Coordenador-Geral responsável: Jefferson Luis Bittencourt)

A – Reuniões de Conjuntura da SPE

Objetivo geral: apresentação e discussão dos principais eventos semanais da conjuntura econômica com vistas ao monitoramento macroeconômico pelo Ministério da Fazenda

Objetivo específico: disseminação de informações fiscais de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda

Beneficiários: Assessoria Especial do Ministro da Fazenda, Secretaria Executiva, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica

Resultados alcançados: institucionalização das informações e análises de conjuntura no âmbito do Ministério da Fazenda

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Reuniões, em geral semanais, de discussão de conjuntura	Participam das reuniões, além de diversas coordenações-gerais da SPE, o Gabinete do Ministro da Fazenda, a Secretaria Executiva e a Secretaria do Tesouro Nacional. À Coordenação-Geral de Política Fiscal cabe a apresentação dos informes de política fiscal	Reuniões ordinárias em andamento semanalmente.

B – Convênio SPE e Fundação Getúlio Vargas (FGV), termos de referências

Objetivo geral: elaboração de estudos voltados às necessidades do Ministério da Fazenda

Objetivo específico: quantificação dos efeitos da política fiscal sobre a produção e emprego.

Beneficiários: Ministério da Fazenda, Secretaria de Política Econômica, TCU, prestação de contas à sociedade

Resultados alcançados: capacitação do corpo técnico da SPE, Relatórios Parcial e Final

Produto	Breve Descrição	Encaminhamento	Situação em dezembro de 2011
1. Termo de Referência SPE-FGV, agosto de 2010	“Limites da Política Fiscal Anticíclica no Brasil”	Proposta de quantificação dos efeitos sobre produto e emprego dos diferentes instrumentos de política fiscal no Brasil; proposta de mensuração do impacto de diferentes instrumentos fiscais sobre as contas externas nacionais	concluído
2. Reunião sobre SPE-FGV 17/06/2012	“Multiplicadores Fiscais”	Formatação de curso de econometria avançado para equipe da SPE a fim de aproveitar melhor os resultados do trabalho dos pesquisadores da FGV.	Curso a ser ministrado em 2012.

C – Produção de textos, tabelas, gráficos e apresentações para os Balanços do PAC divulgados à sociedade pela Casa Civil da Presidência da República

Objetivo geral: os Balanços do PAC 2 com periodicidade quadrimestral constituem prestação de contas à sociedade do principal programa do Governo Federal

Objetivo específico: elaboração de textos sobre a conjuntura econômica, de tabelas e gráficos com indicadores de conjuntura; apresentações do Ministro da Fazenda nas cerimônias de lançamento dos Balanços

Beneficiários: prestação de contas à sociedade, órgãos de controle externo e interno, Presidência da República, Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Balanços do PAC 2, ns. 1 e 2.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
1. Quadro Macroeconômico dos Balanços do PAC 2		
	Descrição da evolução dos principais indicadores econômicos influenciados pelo PAC	concluído
2. Apresentações do Ministro da Fazenda e do Secretário Executivo		
	Panorama da economia brasileira apresentado no lançamento dos Balanços do PAC 2	concluído

D – Assessoria na elaboração de textos, gráficos e tabelas para Apresentações diversas do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: divulgação dos principais aspectos da política fiscal brasileira pelo Ministério da Fazenda em fóruns diversos da sociedade

Objetivo específico: produção de *slides* para discursos e apresentações dos dirigentes do Ministério da Fazenda

Beneficiários: audiência das palestras dos dirigentes do Ministério da Fazenda e sociedade em geral.

Resultados alcançados: apresentações diversas

Produto	Posição	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
1. Apresentação do Ministro da Fazenda			
	Brasília janeiro de 2011	“Consolidando o Desenvolvimento”, Perspectivas da Economia Brasileira 2011-2014	concluído
	Brasília 28 de fevereiro de 2011	“Reprogramação Orçamentária 2011”	concluído
	São Paulo 8 de abril de 2011	“Perspectivas da Economia Brasileira para 2011” no seminário Rumos da Economia Brasileira	concluído
	Nova Iorque 18 de abril de 2011	“Brazilian Economic Outlook for 2011”, 2011 Brazil Summit	concluído
	Brasília 26 de abril de 2011	“Perspectivas da Economia Brasileira e Mundial”, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	concluído
	Brasília 03 de maio de 2011	“Perspectivas da Economia Brasileira e Mundial”, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado	concluído

Londres 05 de julho de 2011	“Brazilian Economic Outlook”, Brazil Investment Opportunities	concluído
Paris 07 de julho de 2011	“Brazilian Economic Outlook”, The 2ndBrazil Business Summit	concluído
Brasília 26 de julho de 2011	“Perspectivas da Economia Brasileira”, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social	concluído
Washington DC 23 de setembro de 2011	“World Crisis and Its Impacts on Brazil”, Brazilian-American Chamber of Commerce	concluído
São Paulo 30 de setembro de 2011	“A estratégia para enfrentar o aprofundamento da crise mundial”, Exame Forum.	concluído
Brasília 23 de novembro de 2011	“A estratégia para enfrentar o aprofundamento da crise mundial”, Câmara dos Deputados.	concluído

2. Outras apresentações

1. Apresentação do Secretário de Política Econômica Washington DC 15 de abril de 2011	“Fiscal policy in Brazil” IMF Fiscal Forum	concluído
2. Apresentação do Secretário Adjunto de Políticas Macroeconômicas da SPE Brasília 21 de outubro de 2011	“A sustentabilidade fiscal dos orçamentos públicos – o financiamento das políticas públicas” Seminário ASSECOR	concluído
3. Apresentação da Arrecadação Federal Periodicidade mensal	Monitoramento da evolução da arrecadação federal previdenciária e não-previdenciária	concluído
4. Apresentação da Política Fiscal Periodicidade mensal	Monitoramento das principais variáveis de política fiscal ou por ela afetada. Destacam-se: resultado primário e nominal acima e abaixo da linha; previdência; composição dos gastos e detalhamento de rubricas e programas específicas; dívida pública; juros.	concluído
5. Apresentação do RGPS - Regime Geral de Previdência Social Periodicidade mensal	Monitoramento do resultado, receitas e despesas do RGPS, assim como da evolução dos benefícios por grupos de espécie, natureza, clientela e faixa de valor.	concluído
6. Apresentação sobre o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social	Panorama geral do RPPS: necessidade de financiamento; quantidade e gastos com benefícios; comparativo com o RGPS.	concluído
7. Anuário Estatístico Fiscal Periodicidade mensal	Arquivo com estatísticas fiscais consolidadas acima da linha, abaixo da linha, previdência, investimentos e carga tributária.	concluído

E – elaboração da publicação “Economia Brasileira em Perspectiva” do Ministério da Fazenda

Objetivo geral: “Economia Brasileira em Perspectiva” é uma publicação bimestral do Ministério da Fazenda voltada ao público em geral que visa consolidar e atualizar a evolução das principais variáveis macroeconômicas

Objetivo específico: elaboração dos textos, gráficos e tabelas relacionados à política fiscal
Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Cadernos “*Economia Brasileira em Perspectiva*”, edições nº 10, 11, 12, 13

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Economia Brasileira em Perspectiva, nºs 10, 11, 12, 13.	Informativo bimestral elaborado pelo Ministério da Fazenda com a participação de diferentes Secretarias e que visa consolidar e atualizar informações relativas às principais variáveis macroeconômicas	Concluído

F – Analisar o documento “Country Partnership Strategy For The Federative Republic Of Brazil”

Objetivo geral: Analisar a minuta da estratégia de parceria do Banco Mundial com o Brasil

Objetivo específico: Analisar, revisar e comentar o documento “Country Partnership Strategy For The Federative Republic Of Brazil”, visando subsidiar as discussões na qual a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda esteve envolvida.

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: publicação do “Country Partnership Strategy For The Federative Republic Of Brazil” em 21 de setembro de 2011

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Country Partnership Strategy For The Federative Republic of Brazil	Avaliação dos temas fiscais constantes na minuta disponibilizada do documento a fim de subsidiar as discussões do MF sobre o mesmo.	concluído

G – Elaboração de Notas Técnicas diversas

Objetivo geral: assessoria ao Secretário de Política Econômica e ao Ministro da Fazenda

Objetivo específico: estudo de temas de interesse do Ministério da Fazenda, em geral associados a estatísticas fiscais ou impactos fiscais de medidas de política econômica

Beneficiários: Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: Notas Técnicas

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Nota Técnica		
maio de 2011	Acórdão 1.690/2007 do TCU – Recalcula os subsídios financeiros de 2009 do PAC a partir de nova base de dados.	concluído
maio de 2011	Relatório Preliminar de Fiscalização do TCU – Processo TC n.º 022.684/2010-7	concluído
abril de 2011	Ofício n.º 007/2010 – DEAEEX-CGU de 23/11/2010 – Processo Declarado de Interesse da União – Comitê Interministerial TCU – correta interpretação a ser dada ao art. 14 da LRF.	concluído
fevereiro de 2011	MPV 523/2011 – Concede subvenção econômica às empresas do Rio de Janeiro afetadas pelas chuvas	concluído
abril de 2011	Projeto de Lei 6824/2006 (PLS 173/2004 na origem) que isenta da cobrança de tarifas bancárias aposentados que recebam até um salário mínimo	concluído
maio de 2011	Emendas ao PLS 02/2010 que institui o “royalty-criança” e o Fundo Nacional da Educação Básica (FNEB).	concluído
maio de 2011	PLS 233/2003 que dispõe sobre a garantia de aposentadoria especial para trabalhadores que exercem atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física	concluído
julho de 2011	Projeto de Lei que regulamenta o inciso I do parágrafo 4º do art. 40 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo com deficiência	concluído
agosto de 2011	PLV 19/2011 (MPV 529/2011 na origem) – altera a contribuição previdenciária do microempreendedor individual e dá outras providências.	concluído
fevereiro de 2011	MPV 523/2011 – Concede subvenção econômica às empresas do Rio de Janeiro afetadas pelas chuvas	concluído
abril de 2011	Projeto de Lei 6824/2006 (PLS 173/2004 na origem) que isenta da cobrança de tarifas bancárias aposentados que recebam até um salário mínimo	concluído

maio de 2011	Emendas ao PLS 02/2010 que institui o “royalty-criança” e o Fundo Nacional da Educação Básica (FNEB).	concluído
maio de 2011	PLS 233/2003 que dispõe sobre a garantia de aposentadoria especial para trabalhadores que exercem atividades que prejudiquem a saúde ou a integridade física	concluído
julho de 2011	Projeto de Lei que regulamenta o inciso I do parágrafo 4º do art. 40 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo com deficiência	concluído

H – Atualização de Base de Dados referente à execução orçamentária

Objetivo geral: acompanhamento e monitoramento da despesa pública federal

Objetivo específico: banco de dados da execução orçamentário-financeira federal com os dados disponibilizados pelo SIAFI.

Beneficiários: SPE e Ministério da Fazenda

Resultados alcançados: relatórios mensais de acompanhamento orçamentário-financeiro sinalizando o resultado primário acima de linha que será apresentado no final do mês.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Base de Dados da despesa pública federal atualizada periodicamente		
	Acompanhamento da execução orçamentário-financeira	Base de dados sendo atualizada mensalmente.

I – Elaboração de pareceres técnicos diversos

Objetivo geral: atendimento a demandas diversas do Ministério da Fazenda, incluindo a Assessoria Parlamentar

Objetivo específico: produção de Pareceres diversos

Beneficiários: Ministério da Fazenda, Governo Federal

Resultados alcançados: Pareceres técnicos diversos

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Parecer		
Emendas Parlamentares à MP nº 526/2011, a qual constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.	Análise de mérito das Emendas Parlamentares ao à MP 526/2011.	concluído
PLV n. 17/2011, conversão da MP 527/20110 em Lei	O PLV trata Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, entre outros.	concluído
Projeto de Lei n.º 841/2011	Trata da obrigatoriedade da destinação do percentual de 1.5% sobre o valor bruto da Compensação Financeira - CFEM para os estados da federação e municípios impactados no processo de mineração.	concluído
setembro de 2011	Avalia proposta de medida provisória que objetiva consignar recursos ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO, e dá outras providências.	concluído
Projeto de Lei do Senado Federal nº 161/2009	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, institui o Plano de Custeio e dá outras providências, para dispor sobre a contribuição do empregador e do empregado doméstico.	concluído
novembro de 2011	Avalia proposta de medida provisória que altera a Lei 11.079/2004 que trata do Fundo Garantidora das Parcerias Público-Privadas (FGP).	concluído
novembro de 2011	Avalia proposta de projeto de lei que altera a Lei 10.893/2004 que trata do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).	concluído
fevereiro de 2011	Avalia a proposta de projeto de lei que trata do uso do seguro garantia na cobrança judicial da Dívida Ativa e utilização do acordo e transação como modalidade de conciliação	concluído
PLV nº. 03/2011	Trata de PLV sobre a constituição fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e altera a Relação Descritiva constante do Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.	concluído
PL n.º 6.824/2006	“Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 10.741/2003 - para isentar do pagamento de taxas bancárias as contas mantidas em instituições financeiras públicas ou privadas por cidadãos que se encontrem nas condições que especifica.”	concluído

PL n.º 222/2011	“Altera o art. 13, da Lei 8.036/1990, que dispõe sobre o Fundo de garantia do Tempo de Serviço – FGTS, com vistas ao estabelecimento de nova taxa de juros de remuneração dos depósitos vinculados.”	concluído
Emendas Parlamentares à MP n.º 523/2011.	Análise de mérito das Emendas Parlamentares à MP 523/2011 que autoriza a concessão de subvenção econômica ao BNDES, em financiamento para capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro.	concluído
Emendas Parlamentares ao PLS n.º 02/2010	Análise de mérito das Emendas Parlamentares à MP PLS n.º 02/2010 que institui o “royalty-criança” e o Fundo Nacional de Educação Básica (FNEB)	concluído
julho de 2010	Avalia a proposta de projeto de lei regulamenta o inciso I do parágrafo 4º do art. 40 da Constituição Federal.	concluído
julho de 2011	Projeto de Lei que regulamenta o inciso I do parágrafo 4º do art. 40 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo com deficiência	concluído

J – Representação da SPE no Grupo Técnico da COFIEIX - GTEC

Objetivo geral: representar a SPE no GTEC

Objetivo específico: (i) subsidiar com análises técnicas os membros titulares da COFIEIX, com relação aos pleitos de órgãos e entidades do setor público, interessados em obter, dos organismos internacionais, apoio financeiro – reembolsável ou não – para implementação de Projetos. (ii) examinar e avaliar pleitos relativos a alterações de aspectos técnicos e financeiros de projetos ou programas em execução, com apoio externo de natureza financeira, nos casos em que requeiram modificações nos respectivos instrumentos contratuais que resultem em assinatura de aditivo, especialmente prorrogações de prazo de desembolso, cancelamentos de saldos, expansões e reduções de metas, inclusão de novos componentes e reformulações dos Projetos.

Beneficiários: Governo Federal

Resultados alcançados: houve 13 reuniões do GTEC ao longo do ano.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
	Reuniões da 208ª a 220ª , entre 09.02.11 e 07.02.2011	
	Avaliação de 70 solicitações, com aprovação de 55 projetos.	concluído

L – Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União.

Objetivo geral: Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Objetivo específico: Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros com valores realizados referentes aos exercícios de 2009 e 2010. A SPE/STN também calculou as estimativas dos benefícios para os anos de 2011 e 2012. Além disso, calculou-se o efeito das referidas estimativas diante da variação de um ponto percentual no custo de oportunidade do Tesouro Nacional.

Beneficiários: Secretaria do Orçamento Federal – SOF

Resultados alcançados: demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União com os valores realizados e estimados

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
	Ofício nº 187, 06 de setembro de 2011	
	Elaboração do demonstrativo de benefícios creditícios e financeiros da União para compor as Informações Complementares ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.	

M – Representação do Ministério da Fazenda no Conselho Nacional de Previdência Social - CNPS

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda no CNPS

Objetivo específico: (i) deliberar sobre política de previdência social e (ii) deliberar sobre a gestão do sistema previdenciário (iii) acompanhar as questões relativas à política e ao sistema previdenciário a fim de propor/elaborar melhorias.

Beneficiários: Governo Federal

Resultados alcançados: houve oito reuniões do CNPS ao longo do ano

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Resolução MPS/CNPS N° 1.319, de 14 de dezembro de 2011	Recomenda a retomada das discussões sobre Crédito Consignado assim como o reestabelecimento do Grupo de Trabalho relacionado ao tema mencionado	

N– Missões e Representação do Ministério da Fazenda em Fóruns Nacionais e Internacionais

Objetivo geral: representar o Ministério da Fazenda em Fóruns de seu interesse.

Objetivo específico: (i) acompanhar as discussões econômicas e apresentar o encaminhamento dado pelo Ministério da Fazenda.

Beneficiários: Governo Federal e a sociedade em geral

Resultados alcançados:

Produto	Posição	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
	Centro de Estudos Fiscais – CEFIS da Fundação Getúlio Vargas - RJ 25/3/2011	Discutir com os técnicos do CEFIS mudanças estruturais e conjunturais da gestão da política fiscal.	concluído
	Seminário Internacional da Associação de Orçamento Público, Manágua, 18/05/2011	Apresentar a experiência brasileira no painel “Consolidação Fiscal e Ajuste Orçamentário Depois da Crise Financeira Internacional”	concluído
	Sub-Sovereign Finance Forum, organized by the World Bank 20/06/2010.	Apresentar a experiência brasileira no painel “Subnational Insolvency and Debt Restructuring – Experience of Brazil, India, and Mexico”	concluído

O – Capacitação

Objetivo geral: Desenvolver novas capacidades que possam aperfeiçoar as rotinas de trabalho existente no Ministério da Fazenda bem como desenvolver outras novas.

Objetivo específico: (i) O desenvolvimento de melhores rotinas de trabalho.

Beneficiários: Governo Federal.

Resultados alcançados:

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Seminário Internacional sobre Justiça Fiscal – Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social 10/08/2011	Acompanhar as discussões sobre a questão fiscal do ponto de vista do desenvolvimento regional, da produtividade e competitividade nacional.	Concluído
II Workshop – Gastos Tributários da União (Renúncia Fiscal) – COGET/RFB 06 e 07/10/2011	Acompanhar as discussões sobre o Manual de apuração de gastos tributários, controle externo dos gastos tributários, padronização de relatórios e experiências setoriais no tema.	concluído.
Seminário "O Futuro da Previdência no Brasil". Ministério da Previdência e IPEA. Brasília, 16 a 17 de março de 2011.	Apresentação de trabalhos sobre a situação da Previdência no Brasil, com especial ênfase nas tendências de longo prazo e comparações internacionais.	Concluído
23º Seminário Regional de Política Fiscal. CEPAL, ONU. Santiago, 18 a 21 de janeiro de 2011.	Apresentação de trabalhos sobre os desafios da política fiscal na América Latina, sua interação com políticas cambial e monetária e os efeitos da crise dos países desenvolvidos	Concluído
Curso de Gestão Macroeconômica e Política Fiscal. FMI e ESAF. Brasília, 25/04/11 a 06/05/11	Estudo dos principais modelos, controvérsias e estudos de caso da gestão macroeconômica, com ênfase na política fiscal.	Concluído
Curso de SIAFI Gerencial. CENTRESAF. Brasília, 16/08/11 a 19/08/2011	Operacionalização de consultas ao SIAFI Gerencial.	Concluído
Seminário “Desembrulhando o ajuste fiscal”. BACEN. Brasília, 06/11.	Discussão dos efeitos da reprogramação orçamentária da Lei Orçamentária de 2011 e do efetivo espaço para ajustes fiscais.	Concluído

2.1.10 - Coordenação-Geral de Análise Macroeconômica

(Coordenador-Geral responsável: Danniell Lafetá Machado)

A – Disseminação de informativos sobre o quadro macroeconômico

Objetivo geral: organizar informações de conhecimento público para ampliar o entendimento sobre a economia brasileira e sobre a economia internacional.

Objetivo específico: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, a dinâmica inflacionária, o comportamento das contas externas e da atividade econômica, e da economia internacional para produzir informativos e estudos tempestivos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: administração pública e a sociedade em geral.

Resultados alcançados:

- Políticas públicas subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
- Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
- Amplo banco de dados contendo informações detalhadas sobre inflação doméstica, contas externas, atividade econômica e dados internacionais.
- Produção de 521 informativos por ano.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Resumo do Relatório de Inflação – BC	Informativo sobre as questões centrais abordadas no Relatório trimestral do BC, tais como: levantamento dos principais riscos internos e externos à consecução da meta para a inflação, apresentação dos cenários prospectivos de inflação e resumo dos boxes.	Todos os quatro informativos trimestrais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo: diversos tipos de decomposições da trajetória do IPCA, indicadores de tendência e indicador de difusão.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA-15	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo: diversos tipos de decomposições da trajetória do IPCA-15 e contribuições de alta para a inflação.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Geral – 10 IGP-10	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC e indicação das principais contribuições de alta da inflação.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.
Informativo Econômico do Índice de Preços Geral – DI IGP-DI	Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC, decomposição do IPA pela ótica dos estágios de produção e pela origem da produção e indicação das principais contribuições de alta da inflação.	Todos os doze informativos mensais foram concluídos.

<p>Informativo Econômico do Balanço de Pagamentos</p>	<p>Informativo sobre o comportamento das contas externas brasileiras com exposição da trajetória dos componentes das Transações Correntes e das contas Capital e Financeira e de indicadores de dívida externa e de vulnerabilidade externa da economia brasileira.</p>	<p>Todos os doze informativos mensais foram concluídos.</p>
<p>Informativo Econômico sobre o mercado de câmbio</p>	<p>Informativo sobre o comportamento da taxa de câmbio do real e comparação com as taxas de câmbio de outros países e sobre o comportamento do mercado futuro de câmbio contendo as posições dos agentes econômicos nos diversos segmentos desse mercado e no mercado spot.</p>	<p>Todos os quarenta e oito informativos quinzenais foram concluídos.</p>
<p>Informativo Econômico do Índice de Preços Geral – M IGP-M</p>	<p>Informativo sobre o comportamento da inflação contendo as trajetórias para o IPA, IPC e INCC, decomposição do IPA pela ótica dos estágios de produção e pela origem da produção e indicação das principais contribuições de alta da inflação.</p>	<p>Todos os trinta e seis informativos decenais foram concluídos.</p>
<p>Informativo Econômico do Índice de Preços Semanal – IPC-S</p>	<p>Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-S, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.</p>	<p>Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.</p>
<p>Informativo Econômico do Índice de Preços da Fipe – IPC-Fipe</p>	<p>Informativo sobre o comportamento da inflação do IPC-FIPE, contendo a trajetória da inflação das principais classes de despesas.</p>	<p>Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.</p>
<p>Informativo Econômico sobre as expectativas do mercado</p>	<p>Informativo sobre o comportamento das expectativas dos analistas de mercado coletadas pelo BC e divulgadas no Boletim Focus. Expõe a trajetória das expectativas sobre inflação, produção, câmbio, crescimento e contas externas.</p>	<p>Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.</p>
<p>Informativo Econômico sobre o fluxo cambial</p>	<p>Informativo sobre os fluxos de moeda estrangeira que entram e saem do país por meio do mercado de câmbio contratado nos segmentos comercial e financeiro. Além disso, apresenta as atuações do Banco Central no mercado pronto de câmbio.</p>	<p>Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.</p>
<p>Indicadores de Conjuntura - Preços</p>	<p>Informe contendo diversos indicadores sobre os vários índices de inflação.</p>	<p>Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.</p>
<p>Indicadores de Conjuntura – Setor Externo</p>	<p>Informe contendo diversos indicadores sobre câmbio, contas externas e de vulnerabilidade às flutuações da taxa de câmbio.</p>	<p>Todos os quarenta e oito informativos semanais foram concluídos.</p>
<p>Indicadores de Conjuntura – Economia Internacional</p>	<p>Informe contendo diversos indicadores de produção, de emprego, de finanças públicas, dos mercados de ações e conta corrente, de países selecionados, além do comportamento dos preços de commodities.</p>	<p>Em fase de elaboração</p>
<p>Informativo Econômico sobre commodities</p>	<p>Informe contendo as cotações em US\$ e em R\$ dos preços de diversos produtos negociados no mercado de commodities, com destaque para alimentos, metais e petróleo. Análise dos impactos dos preços internacionais sobre os preços internos.</p>	<p>Todos os trinta e um informativos semanais foram concluídos.</p>
<p>Informe sobre Mercado Financeiro Internacional</p>	<p>Informe contendo informações do mercado financeiro, como retornos de títulos, bolsas de valores, mercado de câmbio, volatilidade do mercado, variação das commodities, e valorização das ações de bancos americanos e europeus</p>	<p>Todos os cinquenta e dois informativos semanais foram concluídos.</p>

Relatório de Gestão - 2011

Acompanhamento da Conjuntura Internacional	Diariamente há acompanhamento de sites de economia e do mercado financeiro, como Bloomberg, Wall Street Journal, The Telegraph, e informes recebidos de bancos, para discussão interna.	Concluído
Acompanhamento de relatórios externos	Resumo dos cenários e projeções do World Economic Outlook (WEO-FMI) de abril e setembro.	Concluídos os dois resumos

B – Produção de Estudos Macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar conclusões sobre questões macroeconômicas específicas.

Objetivo específico: Avaliar a exequibilidade das políticas econômicas assim como os impactos sobre as diversas variáveis macroeconômicas ou apresentar explicações para diversos fenômenos econômicos baseando-se na teoria econômica ou em técnicas econométricas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Melhor conhecimento por parte do Ministério da Fazenda de fenômenos específicos do quadro macroeconômico.

Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Atualização do estudo para desonerar os preços dos combustíveis via modificação da CIDE	Cálculos de impacto na inflação e na arrecadação em vários cenários de alteração da CIDE.	Concluído.
Estudo sobre o impacto do item algodão sobre os preços do grupo vestuário tanto no IPA quanto no IPCA	Correlação entre o preço do algodão e do vestuário. Conclusão: baixa correlação. O preço do algodão é um determinante fraco dos preços dos vestuários, afetados por razões sazonais e de demanda.	Concluído.

Estudo Diagnóstico da Inflação: análise por componentes da inflação, com ênfase em preços administrados, serviços e alimentos.	Determinantes da inflação: inércia e atividade econômica com efeitos defasados. Levantamento dos principais indexadores da economia e seu peso na determinação da inflação, principalmente dos preços administrados e dos alugueis. Avaliação de possíveis medidas administrativas para conter os efeitos da indexação. Conclusão: os contratos que regem os preços administrados não atribuem peso demasiado aos índices gerais com forte presença da variável câmbio; preços de serviços possuem grande inércia; as ações administrativas sobre os preços não devem ir além das que estão em vigor e a cargo das agências reguladoras e da SEAE.	Concluído.
Estudo sobre o comportamento dos preços das passagens aéreas.	Comparação entre as metodologias de cálculo dos índices de preços das passagens aéreas aplicadas pelo IBGE e pela ANAC. Correlação entre os preços dos combustíveis de aviação e os preços das passagens.	Concluído.
Nova Estrutura de Ponderação para o IPCA e para o INPC	Avaliação das alterações introduzidas e análise dos impactos para a dinâmica futura do IPCA.	Concluído.
Avaliação de diversos papers do FMI sobre a economia brasileira no sentido de fornecer aos autores críticas para melhorar o estudo.	Críticas e sugestões para papers do FMI sobre temas como política fiscal, política monetária e política cambial.	Concluído.
Acompanhamento das medidas de controle cambial adotadas pelo Brasil em 2011.	Slides elencando as medidas de controle de capital e o comportamento dos fluxos de capitais estrangeiros.	Concluído.
Estudo sobre os efeitos da piora na safra de cana-de-açúcar sobre a inflação.	Simulações dos efeitos de altas nos preços do etanol hidratado e do etanol anidro, com impactos nos preços da gasolina e sobre o IPCA de 2011. Seleção de ações (alteração da CIDE e da composição da gasolina C) para amortecer tais impactos.	Concluído.

C - Produção de cenários macroeconômicos

Objetivo geral: Apresentar os cenários mais prováveis para a dinâmica inflacionária e para o comportamento das contas externas.

Objetivo específico: Construção de cenários para o comportamento da inflação e das contas externas através do uso de hipóteses claras e das técnicas econométricas mais apropriadas.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Cenário para inflação em 2011.
- Cenário para o Balanço de Pagamentos para o período 2011-2014.

Relatório de Gestão - 2011

D – Assessoria à SAIN em temas econômicos

Objetivo geral: Assessorar a SAIN em temas macroeconômicos de forma a subsidiar os argumentos utilizados nos debates que ocorrem nos diversos fóruns internacionais.

Objetivo específico: Subsidiar a SAIN de argumentação favorável aos objetivos brasileiros para serem utilizados em diversos fóruns internacionais de discussão e de decisão, entre eles, o MAP do G-20 e o *Going for Growth* da OCDE.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados Alcançados:

- Construção de cenários para o MAP – *Mutual Assessment Process*.
- Participação da confecção de diversos textos que subsidiaram os Comunicados do MAP.
- Construção de apresentação das principais oportunidades de investimento no Brasil para grupo de investidores internacionais.

E – Desenvolvimento do Projeto Data Warehouse

Objetivo geral: prover maior rapidez e flexibilidade na construção da análise macroeconômica.

Objetivo específico: desenvolvimento em parceria com o SERPRO de um sistema na tecnologia DW contendo as principais bases de dados macroeconômicos para que os formuladores de política possam criar análises personalizadas e de forma ágil.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: conclusão do protótipo DW para o conjunto de índices de preços ao consumidor do IBGE (IPCA, IPCA-15 e INPC) e análise do produto final. Mini curso em parceria com o SERPRO para disseminação do projeto DW na SPE.

F – Apoio à produção do caderno Economia Brasileira em Perspectiva

Objetivo geral: apoiar a produção do caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*.

Objetivo específico: fornecer ideias e informações para os slides produzidos para o caderno *Economia Brasileira em Perspectiva*. Numa segunda etapa, revisar os slides.

Beneficiários: Ministério da Fazenda.

Resultados alcançados: os cadernos.

G – Apoio à produção da Mensagem Presidencial

Objetivo geral: elaborar parte do documento Mensagem Presidencial, que apresentou ao Congresso Nacional as principais iniciativas do Executivo em 2011 e as expectativas para 2012.

Objetivo específico: elaborar o texto do capítulo I e consolidar os textos elaborados por outras Secretarias Adjuntas da SPE.

Beneficiários: Presidência da República.

Resultados alcançados: Capítulo I - Desenvolvimento com Expansão do Emprego e Distribuição de Renda; e consolidação dos textos da Seção 5 do Capítulo II – Inclusão Bancária e Microcrédito, Desenvolvimento Inclusivo e Erradicação da Pobreza Extrema.

G – Apoio à produção da Prestação de Contas da Presidência da República

Objetivo geral: elaborar o documento Prestação de Contas da Presidência da República – Parte I Política Econômica, que prestou ao Congresso Nacional as contas referentes ao exercício de 2011.

Objetivo específico: elaborar as seguintes partes do capítulo I: 1) Desempenho da economia brasileira em 2011 e do capítulo 2) Panorama econômico de 2011 itens B) Inflação; C) Política Monetária, Crédito e Mercado de Capitais; e E) Balanço de Pagamentos; e consolidar os demais itens da parte 2, A) PIB; D) Mercado de Trabalho, Nível de Empregos e Salários; e F) Desempenho Fiscal, com a parte 1 e a parte 3) Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios, situação geral (Acórdão no 1718/2005-TCU-Plenário) e do PAC (Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário).

Beneficiários: Presidência da República, Controladoria Geral da União.

Resultados alcançados: Capítulo I: 1) Desempenho da economia brasileira em 2011 e capítulo 2) Panorama econômico de 2011 itens B) Inflação; C) Política Monetária, Crédito e Mercado de Capitais; e E) Balanço de Pagamentos. Consolidação dos itens da parte 2, A) PIB; D) Mercado de Trabalho, Nível de Empregos e Salários; e F) Desempenho Fiscal, com a parte 1 e a parte 3) Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios, situação geral (Acórdão no 1718/2005-TCU-Plenário) e do PAC (Acórdão no 1690/2007-TCU-Plenário).

H – Apoio à produção do 3º Balanço Geral do PAC 2011/14

Objetivo geral: Elaborar o documento Balanço Geral do PAC, que informou à Sociedade sobre o andamento dos projetos de investimentos sociais e em infraestrutura do 2º Programa de Aceleração do Crescimento em 2011.

Objetivo específico: Elaborar o capítulo Quadro Macroeconômico do 3º Balanço Geral do PAC 2011/14.

Beneficiários: Comitê Gestor do PAC.

Resultados alcançados: Capítulo Quadro Macroeconômico do 3º Balanço Geral do PAC 2011/14.

I – Tarefa Aperfeiçoamento de Instrumentos de Análise dos Dados Econômicos

Objetivo geral: Aprimoramento de instrumentos para acompanhamento e análise de variáveis macroeconômicas

Objetivo específico: Desenvolver planilhas e apresentações PowerPoint acerca dos índices IPCA, IPCA-15, IPC-Fipe e dos dados de Fluxo Cambial

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados: Planilhas e apresentações foram elaboradas e otimizadas, com redução significativa do tempo de processamento e de riscos operacionais.

J – Participação em Reuniões de Conjuntura

Objetivo geral: Disseminar as informações contemporâneas e estimular o debate sobre os principais aspectos da economia brasileira.

Objetivo específico: Apresentar as últimas informações sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional e apontar a relevância dos acontecimentos recentes para o futuro próximo da economia brasileira. Defender as decisões de política econômica perante o questionamento de investidores, internos e externos, e de autoridades externas, representantes de outros países e de organismos multilaterais.

Beneficiários: Ministério da Fazenda e público em geral.

Resultados alcançados:

- Reuniões de conjuntura internas semanais.
- Resumos semanais de conjuntura contendo os principais dados divulgados ao longo da última semana sobre inflação, política monetária, setor externo e economia internacional.
- Reuniões periódicas com investidores e representantes de outros países e de organismos multilaterais.

2.1.11 - Coordenação-Geral de Políticas Sociais

(Coordenador-Geral responsável: Arnaldo Barbosa de Lima Junior)

A – Elaboração da Grade de Parâmetros

Objetivo geral: Elaborar conjunto de parâmetros macroeconômicos utilizados no processo orçamentário, em particular, as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho.

Objetivo específico: Gerar projeções e cenários de indicadores econômicos, tais quais:

- a) População em Idade Ativa;
- b) População Economicamente Ativa;
- c) População não Economicamente Ativa;
- d) População Ocupada;
- e) População Ocupada Com Carteira;
- f) População Desocupada;
- g) Taxa de Atividade;
- h) Taxa de Desocupação; e
- i) Taxa de Formalização.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos que participam do processo orçamentário.

Resultados alcançados: Elaboração de 12 demonstrativos:

- a) Atualização mensal das projeções necessárias à elaboração da grade de parâmetros.
- b) Aprimoramento do processo de estimação através de métodos econométricos e de análises de séries temporais por meio de pacotes estatísticos.

B – Disseminação de Informativos sobre o Quadro Macroeconômico

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar os indicadores econômicos do País, elaborando relatórios sobre a evolução da economia através de análises gráficas e quantitativas.

Objetivos específicos: Acompanhar os desdobramentos conjunturais da economia brasileira, em particular, indicadores de bem-estar, desigualdade, emprego, renda e pobreza para produzir informativos que subsidiem a formulação e o acompanhamento de políticas.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica, diretamente, e órgãos estatais e agentes privados nacionais, indiretamente.

Resultados alcançados:

- a) Políticas sociais subsidiadas por informações tempestivas, seguras e claras.
- b) Manutenção de importantes canais de informação entre o Ministério da Fazenda e outros organismos estatais e instituições privadas.
- c) Produção de 50 informativos e 48 indicadores econômicos.
- d) Participação na elaboração de 4 cadernos de “Economia Brasileira em Perspectiva” e apresentações do Secretário de Política Econômica.

C – Elaboração do Anuário Estatístico

Objetivo geral: Proceder ao levantamento dos principais dados do mercado de trabalho.

Objetivos específicos: Consolidar as estatísticas do mercado de trabalho.

Beneficiários: Ministro da Fazenda, Secretário de Política Econômica e outros órgãos.

Resultados alcançados: Atualização mensal do Anuário no site da SPE.

D – Elaboração de Estudos Diversos

Objetivo geral: Acompanhar e analisar, em articulação com os demais órgãos envolvidos, o impacto das políticas governamentais sobre os indicadores sociais e contribuir para a formulação de diretrizes voltadas à melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.

Objetivo específico: Elaborar estudos com vistas à formulação de políticas sociais voltadas para o fortalecimento da rede de proteção social e do mercado de consumo doméstico, capazes de dar sustentação ao novo ciclo de crescimento.

Beneficiários: Secretaria de Política Econômica.

Resultados alcançados: Elaboração de 22 estudos.

Produto	Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Avaliação econômica do FMM, que tem como foco abordar o papel do Fundo na geração de emprego diretamente no setor naval.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Avaliação PAC-Saneamento	Do convênio entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) resultou, entre outros, o trabalho “Em Busca da Mensuração dos Impactos Sociais do PAC: Saneamento Básico e o Luz para Todos”.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Seguro Desemprego	Avaliação das condicionalidades, quantidade de parcelas, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
Abono Salarial	Avaliação das condicionalidades, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
CODEFAT	Avaliar a composição do CODEFAT, suas atribuições legais e resoluções.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.

Educação Profissional	Mapear a demanda e oferta por cursos de educação profissional, assim como estimar a demanda potencial, que foi definida como as pessoas de 10 ou mais anos de idade que estavam interessadas em frequentar curso de educação profissional, mas nunca frequentaram por motivo de: falta escola com curso de educação profissional na região; falta de vaga no curso; não havia o curso desejado; falta de recursos, pois a escola era paga; e outros.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e SE/MEC.	Concluído.
Empregados Domésticos	Avaliar as propostas legislativas, abordar a experiência internacional, traçar um panorama do mercado laboral para domésticos, destacar as ações governamentais, estimar os impactos de aumento de custos para o empregador e mensurar o impacto fiscal da proposta de supressão do parágrafo único do art. 7º da CF/88.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Congresso Nacional.	Concluído.
Erradicação da Extrema Pobreza	Avaliar os principais conceitos de extrema pobreza com vistas a subsidiar a definição da linha oficial	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e MDS.	Concluído.
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	O Brasil está passando por uma transformação estrutural do mercado de trabalho onde ocorre um processo de aumento contínuo na formalização que, combinada a uma diretriz governamental de elevação real do salário mínimo, têm elevado o custo das políticas de emprego.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
MEI e Super Simples	Avaliar as principais características desses regimes de tributação simplificada	Secretário de Política Econômica e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído.
Plano Nacional de Educação (PNE)	Comparação internacional dos investimentos em educação (em % do PIB).	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Liderança do PT na Câmara.	Concluído.
Sistema S	Avaliar a fonte de recursos, arrecadação e aplicação em programas de educação profissional.	Secretário de Política Econômica e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Pessoas com Deficiência (PCD)	Avaliar o cumprimento da lei de quotas (art. 93 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
BPC – princípio da isonomia com o estatuto do idoso	Acórdão da Turma Recursal do JEF/PR que concedeu BPC mesmo tendo sido apurada renda familiar per capita superior a ¼ do salário mínimo, fruto do recebimento de benefício previdenciário.	Casa Civil, MDS, SE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.

Trabalhadores Estrangeiros	Avaliar as autorizações trabalhistas concedidas a estrangeiros. Em 2011, foram concedidas 70.524 autorizações, sendo a maioria classificada como temporárias.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Perda de arrecadação do MCT devido à criação do Fundo Social.	Avaliar os impactos do novo marco regulatório sobre a arrecadação do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO), vinculado ao MCT e gerido pela FINEP.	SE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Salário de contribuição	Avaliar a possibilidade caracterizar a educação, cursos de capacitação e qualificação profissionais como de natureza jurídica não-salarial, e, portanto, não integrativa do salário-de-contribuição.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Impacto do salário mínimo na massa salarial ampliada e desta sobre o consumo das famílias	O salário mínimo influencia pouco o rendimento do trabalho. Nas regiões metropolitanas essa influência é ainda menor. Os benefícios, por outro lado, correspondem a 50% da massa e grande parte deles são influenciados pelo salário mínimo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Trabalhadores Conta-Própria	perfil dos trabalhadores conta-própria para subsidiar a elaboração do CRESCER - Programa Nacional de Microcrédito	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Política Agrícola.	Concluído.
Tributação sobre a folha	A dinamização do mercado trabalho bem como o aumento da formalização são apontados como fatores explicativos dos bons resultados da arrecadação previdenciária.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
O papel do Fundo Soberano do Brasil e do Fundo Social	Explicitar de forma simplificada as principais diferenças entre o Fundo Soberano do Brasil (FSB), instituído pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009 e o Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010	SE/MF	Concluído.
Implicações econômicas das mudanças na demografia brasileira	Esta nota abordou os seguintes temas: (a) Bônus demográfico; (b) Previdência social; (c) Evolução da produtividade do trabalho; e (d) Efeito sobre o PIB per capita	SE/MF	Concluído.

E – Elaboração de Pareceres Diversos e Notas Técnicas

Objetivo geral: Acompanhar e avaliar as proposições legislativas no que tange às questões relacionadas às políticas sociais, de emprego e renda visando à sua compatibilização com a política macroeconômica.

Objetivos específicos: Apreciar, sob a ótica da eficiência econômica, proposições legislativas, emitindo pareceres técnicos quando solicitados pela Assessoria do Ministro de Estado da Fazenda.

Beneficiários: Parlamentares e Comissões Temáticas do Congresso Nacional.

Resultados alcançados: Expedição de 16 pareceres e 2 notas técnicas.

Produto	Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Avaliação econômica do FMM, que tem como foco abordar o papel do Fundo na geração de emprego diretamente no setor naval.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Avaliação PAC-Saneamento	Do convênio entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) resultou, entre outros, o trabalho “Em Busca da Mensuração dos Impactos Sociais do PAC: Saneamento Básico e o Luz para Todos”.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Seguro Desemprego	Avaliação das condicionalidades, quantidade de parcelas, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
Abono Salarial	Avaliação das condicionalidades, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
CODEFAT	Avaliar a composição do CODEFAT, suas atribuições legais e resoluções.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
Educação Profissional	Mapear a demanda e oferta por cursos de educação profissional, assim como estimar a demanda potencial, que foi definida como as pessoas de 10 ou mais anos de idade que estavam interessadas em frequentar curso de educação profissional, mas nunca frequentaram por motivo de: falta escola com curso de educação profissional na região; falta de vaga no curso; não havia o curso desejado; falta de recursos, pois a escola era paga; e outros.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e SE/MEC.	Concluído.
Empregados Domésticos	Avaliar as propostas legislativas, abordar a experiência internacional, traçar um panorama do mercado laboral para domésticos, destacar as ações governamentais, estimar os impactos de aumento de custos para o empregador e mensurar o impacto fiscal da proposta de supressão do parágrafo único do art. 7º da CF/88.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Congresso Nacional.	Concluído.
Erradicação da Extrema Pobreza	Avaliar os principais conceitos de extrema pobreza com vistas a subsidiar a definição da linha oficial	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e	Concluído.

MDS.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	O Brasil está passando por uma transformação estrutural do mercado de trabalho onde ocorre um processo de aumento contínuo na formalização que, combinada a uma diretriz governamental de elevação real do salário mínimo, têm elevado o custo das políticas de emprego.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
MEI e Super Simples	Avaliar as principais características desses regimes de tributação simplificada	Secretário de Política Econômica e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído.
Plano Nacional de Educação (PNE)	Comparação internacional dos investimentos em educação (em % do PIB).	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Liderança do PT na Câmara.	Concluído.
Sistema S	Avaliar a fonte de recursos, arrecadação e aplicação em programas de educação profissional.	Secretário de Política Econômica e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Pessoas com Deficiência (PCD)	Avaliar o cumprimento da lei de quotas (art. 93 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
BPC – princípio da isonomia com o estatuto do idoso	Acórdão da Turma Recursal do JEF/PR que concedeu BPC mesmo tendo sido apurada renda familiar per capita superior a ¼ do salário mínimo, fruto do recebimento de benefício previdenciário.	Casa Civil, MDS, SE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Trabalhadores Estrangeiros	Avaliar as autorizações trabalhistas concedidas a estrangeiros. Em 2011, foram concedidas 70.524 autorizações, sendo a maioria classificada como temporárias.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Perda de arrecadação do MCT devido à criação do Fundo Social.	Avaliar os impactos do novo marco regulatório sobre a arrecadação do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO), vinculado ao MCT e gerido pela FINEP.	SE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Salário de contribuição	Avaliar a possibilidade caracterizar a educação, cursos de capacitação e qualificação profissionais como de natureza jurídica não-salarial, e, portanto, não integrativa do salário-de-contribuição.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Impacto do salário mínimo na massa salarial ampliada e desta sobre o consumo das famílias	O salário mínimo influencia pouco o rendimento do trabalho. Nas regiões metropolitanas essa influência é ainda menor. Os benefícios, por outro lado, correspondem a 50% da massa e grande parte deles são influenciados pelo salário mínimo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.

F – Medidas de incentivo ao crescimento inclusivo e sustentável

Objetivo geral: formulação de diretrizes voltadas à erradicação da extrema pobreza, melhoria da distribuição de renda e à promoção da inclusão social.

Produto	Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Avaliação econômica do FMM, que tem como foco abordar o papel do Fundo na geração de emprego diretamente no setor naval.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Avaliação PAC-Saneamento	Do convênio entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) resultou, entre outros, o trabalho “Em Busca da Mensuração dos Impactos Sociais do PAC: Saneamento Básico e o Luz para Todos”.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Seguro Desemprego	Avaliação das condicionalidades, quantidade de parcelas, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
Abono Salarial	Avaliação das condicionalidades, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
CODEFAT	Avaliar a composição do CODEFAT, suas atribuições legais e resoluções.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
Educação Profissional	Mapear a demanda e oferta por cursos de educação profissional, assim como estimar a demanda potencial, que foi definida como as pessoas de 10 ou mais anos de idade que estavam interessadas em frequentar curso de educação profissional, mas nunca frequentaram por motivo de: falta escola com curso de educação profissional na região; falta de vaga no curso; não havia o curso desejado; falta de recursos, pois a escola era paga; e outros.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e SE/MEC.	Concluído.
Empregados Domésticos	Avaliar as propostas legislativas, abordar a experiência internacional, traçar um panorama do mercado laboral para domésticos, destacar as ações governamentais, estimar os impactos de aumento de custos para o empregador e mensurar o impacto fiscal da proposta de supressão do parágrafo único do art. 7º da CF/88.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Congresso Nacional.	Concluído.

Erradicação da Extrema Pobreza	Avaliar os principais conceitos de extrema pobreza com vistas a subsidiar a definição da linha oficial	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e MDS.	Concluído.
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	O Brasil está passando por uma transformação estrutural do mercado de trabalho onde ocorre um processo de aumento contínuo na formalização que, combinada a uma diretriz governamental de elevação real do salário mínimo, têm elevado o custo das políticas de emprego.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
MEI e Super Simples	Avaliar as principais características desses regimes de tributação simplificada	Secretário de Política Econômica e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído.
Plano Nacional de Educação (PNE)	Comparação internacional dos investimentos em educação (em % do PIB).	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Liderança do PT na Câmara.	Concluído.

G – Comissão Temática – Nova Classe Média

Objetivo geral: formular uma definição da nova classe média brasileira, de maneira a abranger sua identificação, tamanho e heterogeneidade, necessidades e aspirações como parâmetros para desenho, implantação, operação, avaliação e monitoramento de políticas públicas.

Objetivos específicos: identificação das diversas definições de classe média disponíveis, devendo propor alternativas conceituais sólidas.

Beneficiários: sociedade brasileira

Resultados alcançados: 1 reunião.

H – Subcomitê de Assessoramento Técnico do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente

Objetivo geral: O Programa Nacional de Trabalho Decente foi criado a partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente com o objetivo de estabelecer, além das prioridades, os resultados esperados e as estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação. Esse Programa é incluído no PPA (Plano Pluri Anual), monitorado e periodicamente avaliado, consultando as organizações de empregadores e de trabalhadores.

Objetivos específicos: As prioridades estabelecidas foram:

- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades de tratamento;
- Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial suas piores formas; e
- Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

Resultados alcançados: Realização de diversas conferências estaduais e lançamento do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente.

I – Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis(CIISC)

Objetivo geral: coordenar a execução e realizará o monitoramento do Programa Pró-Catador.

Objetivos específicos: Compete ao Comitê Interministerial:

- a) apoiar ações de inclusão social e econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- b) articular as políticas setoriais e acompanhar a implementação de ações voltadas à população de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- c) definir mecanismos de monitoramento e avaliação da implantação das ações integradas a serem executadas nas municipalidades.

J – Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE

Objetivo geral: A CONATRAE se constitui em um espaço integrado por representantes do governo, de trabalhadores, de empregadores e da sociedade. Sua missão é a de coordenar a implementação das ações previstas no Plano Nacional, acompanhar a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional e avaliar a proposição de estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país, entre outras atribuições.

Objetivos específicos: Compete à CONATRAE:

- a) acompanhar o cumprimento das ações constantes do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, propondo as adaptações que se fizerem necessárias;
- b) acompanhar a tramitação de projetos de lei relacionados com o combate e erradicação do trabalho escravo no Congresso Nacional, bem como propor atos normativos que se fizerem necessários à implementação do Plano de que trata o inciso I;
- c) acompanhar e avaliar os projetos de cooperação técnica firmados entre o Governo brasileiro e os organismos internacionais;
- d) propor a elaboração de estudos e pesquisas e incentivar a realização de campanhas relacionadas à erradicação do trabalho escravo; e
- e) elaborar e aprovar seu regimento interno.

L – Revisão de publicações de organismos internacionais e de outros órgãos governamentais federais

Produto	Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Avaliação econômica do FMM, que tem como foco abordar o papel do Fundo na geração de emprego diretamente no setor naval.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Avaliação PAC-Saneamento	Do convênio entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) resultou, entre outros, o trabalho “Em Busca da Mensuração dos Impactos Sociais do PAC: Saneamento Básico e o Luz para Todos”.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.

Seguro Desemprego	Avaliação das condicionalidades, quantidade de parcelas, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
Abono Salarial	Avaliação das condicionalidades, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
CODEFAT	Avaliar a composição do CODEFAT, suas atribuições legais e resoluções.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.

M – Participação em Seminários e Audiências Públicas

Produto	Produto	Breve Descrição	Situação em dezembro de 2011
Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Avaliação econômica do FMM, que tem como foco abordar o papel do Fundo na geração de emprego diretamente no setor naval.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Avaliação PAC-Saneamento	Do convênio entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) resultou, entre outros, o trabalho “Em Busca da Mensuração dos Impactos Sociais do PAC: Saneamento Básico e o Luz para Todos”.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Seguro Desemprego	Avaliação das condicionalidades, quantidade de parcelas, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
Abono Salarial	Avaliação das condicionalidades, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
CODEFAT	Avaliar a composição do CODEFAT, suas atribuições legais e resoluções.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.

Educação Profissional	Mapear a demanda e oferta por cursos de educação profissional, assim como estimar a demanda potencial, que foi definida como as pessoas de 10 ou mais anos de idade que estavam interessadas em frequentar curso de educação profissional, mas nunca frequentaram por motivo de: falta escola com curso de educação profissional na região; falta de vaga no curso; não havia o curso desejado; falta de recursos, pois a escola era paga; e outros.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e SE/MEC.	Concluído.
Empregados Domésticos	Avaliar as propostas legislativas, abordar a experiência internacional, traçar um panorama do mercado laboral para domésticos, destacar as ações governamentais, estimar os impactos de aumento de custos para o empregador e mensurar o impacto fiscal da proposta de supressão do parágrafo único do art. 7º da CF/88.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Congresso Nacional.	Concluído.
Erradicação da Extrema Pobreza	Avaliar os principais conceitos de extrema pobreza com vistas a subsidiar a definição da linha oficial	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e MDS.	Concluído.
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	O Brasil está passando por uma transformação estrutural do mercado de trabalho onde ocorre um processo de aumento contínuo na formalização que, combinada a uma diretriz governamental de elevação real do salário mínimo, têm elevado o custo das políticas de emprego.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
MEI e Super Simples	Avaliar as principais características desses regimes de tributação simplificada	Secretário de Política Econômica e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas	Concluído.
Plano Nacional de Educação (PNE)	Comparação internacional dos investimentos em educação (em % do PIB).	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e Liderança do PT na Câmara.	Concluído.
Sistema S	Avaliar a fonte de recursos, arrecadação e aplicação em programas de educação profissional.	Secretário de Política Econômica e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Pessoas com Deficiência (PCD)	Avaliar o cumprimento da lei de quotas (art. 93 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991).	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
BPC – princípio da isonomia com o estatuto do idoso	Acórdão da Turma Recursal do JEF/PR que concedeu BPC mesmo tendo sido apurada renda familiar per capita superior a ¼ do salário mínimo, fruto do recebimento de benefício previdenciário.	Casa Civil, MDS, SE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Trabalhadores Estrangeiros	Avaliar as autorizações trabalhistas concedidas a estrangeiros. Em 2011, foram concedidas 70.524 autorizações, sendo a maioria classificada como temporárias.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.

Perda de arrecadação do MCT devido à criação do Fundo Social.	Avaliar os impactos do novo marco regulatório sobre a arrecadação do Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural (CT-PETRO), vinculado ao MCT e gerido pela FINEP.	SE/MF e Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas.	Concluído.
Salário de contribuição	Avaliar a possibilidade caracterizar a educação, cursos de capacitação e qualificação profissionais como de natureza jurídica não-salarial, e, portanto, não integrativa do salário-de-contribuição.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Impacto do salário mínimo na massa salarial ampliada e desta sobre o consumo das famílias	O salário mínimo influencia pouco o rendimento do trabalho. Nas regiões metropolitanas essa influência é ainda menor. Os benefícios, por outro lado, correspondem a 50% da massa e grande parte deles são influenciados pelo salário mínimo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
Trabalhadores Conta-Própria	perfil dos trabalhadores conta-própria para subsidiar a elaboração do CRESCER - Programa Nacional de Microcrédito	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Política Agrícola.	Concluído.
Tributação sobre a folha	A dinamização do mercado trabalho bem como o aumento da formalização são apontados como fatores explicativos dos bons resultados da arrecadação previdenciária.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas e SE/MF.	Concluído.
O papel do Fundo Soberano do Brasil e do Fundo Social	Explicitar de forma simplificada as principais diferenças entre o Fundo Soberano do Brasil (FSB), instituído pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.055, de 28 de dezembro de 2009 e o Fundo Social, criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010	SE/MF	Concluído.
Implicações econômicas das mudanças na demografia brasileira	Esta nota abordou os seguintes temas: (a) Bônus demográfico; (b) Previdência social; (c) Evolução da produtividade do trabalho; e (d) Efeito sobre o PIB per capita	SE/MF	Concluído.
Avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM)	Avaliação econômica do FMM, que tem como foco abordar o papel do Fundo na geração de emprego diretamente no setor naval.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Avaliação PAC-Saneamento	Do convênio entre o Ministério da Fazenda e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) resultou, entre outros, o trabalho “Em Busca da Mensuração dos Impactos Sociais do PAC: Saneamento Básico e o Luz para Todos”.	Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tribunal de Contas da União	Concluído.
Seguro Desemprego	Avaliação das condicionalidades, quantidade de parcelas, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.



Relatório de Gestão - 2011

Abono Salarial	Avaliação das condicionalidades, valor do benefício e público-alvo.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.
CODEFAT	Avaliar a composição do CODEFAT, suas atribuições legais e resoluções.	Secretário de Política Econômica, Secretário-Adjunto de Políticas Macroeconômicas, SE/MF e STN/MF.	Concluído.

3 - Programas de Governo sob a responsabilidade da unidade

3.1 – Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1266		Denominação: Gestão da Política Econômica				
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Promover o acompanhamento e análise dos indicadores econômicos, bem como, dos agregados monetários e financeiros das contas do setor interno e externo e dos diversos setores produtivos da economia.						
Objetivos Específicos: Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda.						
Gerente: Lígia Helena da Cruz Ourives				Responsável: Márcio Holland de Brito		
Público Alvo: Governo e sociedade						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa*						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados**	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.766.336		1.106.441	1.051.230	-	1.051.230	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Texto ...						
Análise do Resultado Alcançado						
Texto						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
N	Texto	99/99/99	99,99	99,99	99,99	99,99
Fórmula de Cálculo do Índice						
Análise do Resultado Alcançado						

* Não existe indicador no Programa 1266.

** RP inscrito e não processado pela Unidade 170016 – COGRL, de responsabilidade da Unidade 170250

Fonte: SIGPLAN

3.2 – Execução física das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ									
Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
04	123	1266	2066	Atividade	3	Unidade	150	150	200

Fonte: SIGPLAN

4 - Gestão Administrativa

A Secretaria de Política Econômica conta com cinco áreas responsáveis por atividades-meio: Gestão de Patrimônio e Logística, Gestão Documental e Protocolo, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Orçamentária e Financeira e Tecnologia da Informação.

Apesar do apoio administrativo da SPE ter a composição descrita acima, na estrutura formal constam apenas as áreas de Patrimônio e Logística, Recursos Humanos e Orçamentária Financeira, vinculadas à Coordenação de Gestão Administrativa. Quanto às atividades de Protocolo e de Tecnologia da Informação estas são exercidas sem a destinação de cargos em comissão.

4.1 - Gestão de Patrimônio e Logística 30

Em relação à gestão de patrimônio e logística, a rotina da área concentra-se nas atividades relacionadas à administração e controle de material e patrimônio, de forma a proceder à conferência periódica dos mesmos e, ainda, com a logística concernente a serviços de telefonia, de reprografia, de recepção, de copeiragem, de limpeza e de transporte oficial a serviço.

A gestão do Patrimônio da SPE é conduzida com todo zelo que a atividade requer, observando-se os critérios de controle interno, segregação de função e práticas de inventários periódicos. Com isso, a Secretaria garante a conformidade do seu patrimônio com os registros contábeis dos bens.

Ao contrário do que ocorreu nos exercícios de 2009 e 2010, o patrimônio da SPE não teve variação significativa em seu valor (decréscimo de 1,5%). No que tange à quantidade de bens houve um acréscimo de 13%. Estas variações são resultantes de movimentações de bens de valor unitário relativamente alto, mas sem utilidade para a Secretaria e, por isso foram transferidos para a SAMF-DF. Ainda, somaram-se ao patrimônio da SPE bens com valores discretos, como é o caso da incorporação de 30 microcomputadores.

Variação Patrimonial da SPE

	2009	2010	2011
Quantidade de bens	682	619	712
Valor Total	R\$ 879.506,43	R\$ 1.220.890,63	R\$ 1.202.812,05
Variação Patrimonial	45%	38%	(1,5%)

4.2 – Gestão Documental e Protocolo da SPE

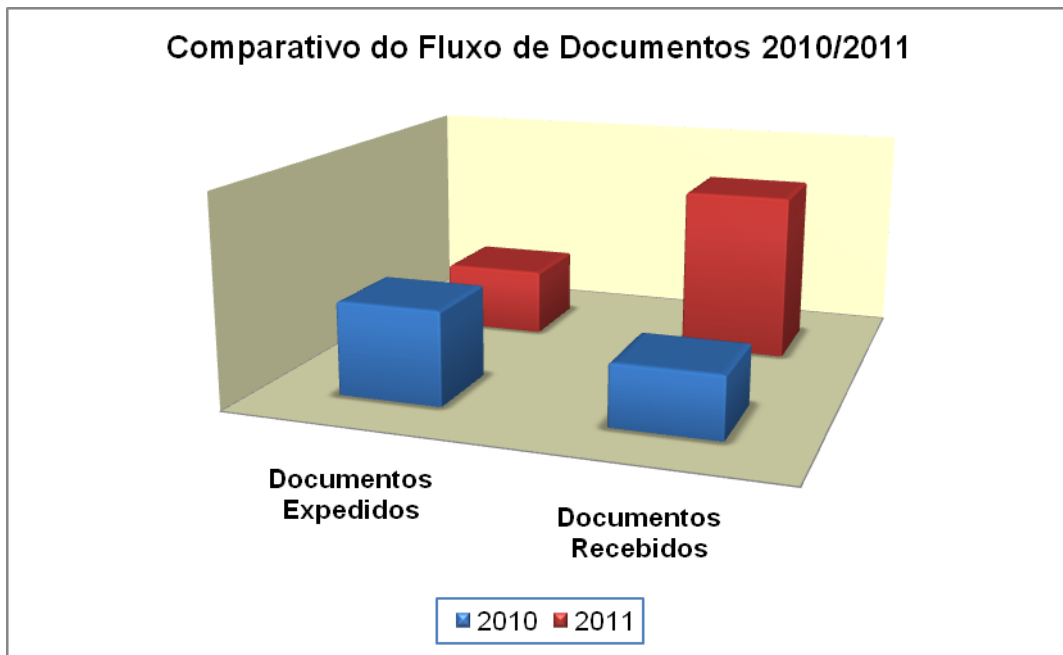
Para a execução das atividades pertinentes à comunicação administrativa, tramitação, distribuição e arquivo de documentos na sua fase corrente, a Secretaria conta com uma equipe de quatro servidores estáveis.

O levantamento da totalidade de documentos recebidos e expedidos na secretaria encontra-se na tabela abaixo:

Fluxo de Documentos na SPE 2010/2011

	2010	2011	Variação (%)
Documentos Expedidos	1424	1362	4,55%
Documentos Recebidos	1347	1602	15,92%

A diferença apurada entre os documentos recebidos e os expedidos foi de 240. Numa análise superficial, a diferença deve-se ao registro de convites ou de correspondências enviadas por engano (matéria não pertencente ao rol de atribuições institucionais da SPE). A estas correspondências, a SPE deu o tratamento de arquivamento simples, com o devido registro do despacho da autoridade competente no sistema COMPROT, para fins de auditorias futuras.



4.3 - Gestão de Recursos Humanos

A SPE não possui quadro próprio de servidores e seu corpo funcional é formado por servidores de diversas carreiras da administração pública federal. A falta de carreira própria tem um aspecto positivo quando promove uma contínua renovação de idéias e posições, fator que amplia a qualidade dos debates, com reflexos evidentes nos produtos gerados pela Secretaria. Contudo, a inexistência de quadro próprio de servidores acarreta escassez e alta rotatividade de pessoal. Estas questões constituíram uma das principais dificuldades de gestão da SPE no ano de 2011.

A Secretaria, em dezembro de 2011, contava uma força de trabalho de 94 pessoas, com a seguinte composição:

Força de Trabalho na SPE		
Efetivos MF (ATA/PGPE)	13	14%
Efetivos Cedidos	53	56%
Sem vínculo	9	10%
Estagiários	6	6%
*Terceirizados	13	14%
TOTAL	94	

**Serviços de recepcionista, apoio administrativo, copa e informática.*

Servidores Cedidos		
Banco do Brasil	1	2%
Banco Central	6	11%
Caixa Econômica Federal	4	8%
Eletronorte	2	4%
SERPRO	2	4%
Universidade Federal de Uberlândia	1	2%
IPEA	1	2%
Ministério do Planejamento (Gestor)	8	15%
CONAB	2	4%
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	26	49%
TOTAL	53	

Cargos em Comissão	Atividade	Quantidade (Decreto nº7482/2011)	Quantidade (Decreto nº7696/2012)
DAS 101.6	Secretário	1	1
Das 101.5	Secretário-Adjunto	3	4
DAS 101.4	Chefe de Gabinete	1	1
DAS 101.4	Coordenador-Geral	10	10
DAS 102.4	Assessor	1	1
DAS 102.3	Assessor Técnico	1	0
DAS 101.3	Coordenador	9	10
DAS 102.1	Assistente Técnico	6	4
DAS 101.2	Chefe de Divisão	5	5
DAS 101.1	Chefe de Serviço	2	4
Total dos Cargos em Comissão		39	40

Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	0	5	20	2	19	7
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	3	17	1	13	5
2.3. Funções gratificadas	0	0	3	0	3	2	0	1	0
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Cabe registrar que o permanente processo de transição do quadro de pessoal da SPE implica, inevitavelmente, na perda de informações, principalmente nos casos em que a força de trabalho não recebe pronta reposição quando do desligamento de um servidor. Esta rotatividade dos servidores na SPE compromete a continuidade dos trabalhos afetos à formulação, proposição, acompanhamento e coordenação da política econômica e apresenta um risco potencial da SPE não criar uma cultura institucional própria.

A seguir, para melhor percepção da dimensão da rotatividade de servidores, apresentamos o levantamento das movimentações de pessoal das carreiras que compõem o quadro da SPE, no período de 2008 a 2011:

	AFC E TFC		EPPGG - MP		BACEN		ATA e PGPE	
2008	Entrada	3	Entrada	3	Entrada	3	Entrada	0
	Saída	1	Saída	1	Saída	2	Saída	0
	Total Carreira	15	Total Carreira	6	Total Carreira	7	Total Carreira	9
	Total SPE	77	Total SPE	77	Total SPE	77	Total SPE	77
	Rotatividade em relação ao total Carreira	13%	Rotatividade em relação ao total Carreira	33%	Rotatividade em relação ao total Carreira	36%	Rotatividade em relação ao total Carreira	0%

	Rotatividade em relação ao total SPE	5%	Rotatividade em relação ao total SPE	5%	Rotatividade em relação ao total SPE	5%	Rotatividade em relação ao total SPE	0%
	AFC E TFC		EPPGG - MP		BACEN		ATA e PGPE	
2009	Entrada	17	Entrada	2	Entrada	1	Entrada	0
	Saída	5	Saída	0	Saída	1	Saída	1
	Total Carreira	27	Total Carreira	8	Total Carreira	7	Total Carreira	8
	Total SPE	95	Total SPE	95	Total SPE	95	Total SPE	95
	Rotatividade em relação ao total Carreira	41%	Rotatividade em relação ao total Carreira	13%	Rotatividade em relação ao total Carreira	14%	Rotatividade em relação ao total Carreira	6%
	Rotatividade em relação ao total SPE	21%	Rotatividade em relação ao total SPE	2%	Rotatividade em relação ao total SPE	2%	Rotatividade em relação ao total SPE	1%
	AFC E TFC		EPPGG - MP		BACEN		ATA e PGPE	
2010	Entrada	0	Entrada	4	Entrada	0	Entrada	10
	Saída	3	Saída	3	Saída	1	Saída	3
	Total Carreira	24	Total Carreira	8	Total Carreira	6	Total Carreira	15
	Total SPE	88	Total SPE	88	Total SPE	88	Total SPE	88
	Rotatividade em relação ao total Carreira	6%	Rotatividade em relação ao total Carreira	44%	Rotatividade em relação ao total Carreira	8%	Rotatividade em relação ao total Carreira	43%
	Rotatividade em relação ao total SPE	2%	Rotatividade em relação ao total SPE	6%	Rotatividade em relação ao total SPE	1%	Rotatividade em relação ao total SPE	13%
	AFC E TFC		EPPGG - MP		BACEN		ATA e PGPE	
2011	Entrada	10	Entrada	3	Entrada	2	Entrada	1
	Saída	8	Saída	1	Saída	2	Saída	3
	Total Carreira	26	Total Carreira	10	Total Carreira	6	Total Carreira	13
	Total SPE	94	Total SPE	94	Total SPE	94	Total SPE	94
	Rotatividade em relação ao total Carreira	35%	Rotatividade em relação ao total Carreira	20%	Rotatividade em relação ao total Carreira	33%	Rotatividade em relação ao total Carreira	15%
	Rotatividade em relação ao total SPE	15%	Rotatividade em relação ao total SPE	4%	Rotatividade em relação ao total SPE	3%	Rotatividade em relação ao total SPE	3%

Outro ponto relevante refere-se ao quadro de funcionários terceirizados que, inevitavelmente, a SPE não pode prescindir, uma vez que é grande a dificuldade de manutenção de um quadro de pessoal estável para apoio administrativo.

No início de 2010, para dar cumprimento ao Termo de Conciliação Judicial do Ministério Público do Trabalho e tendo em vista a nomeação de servidores da carreira de Apoio Técnico Administrativo – ATA, a SPE manteve apenas funcionários terceirizados nos serviços de copa e de apoio em tecnologia da informação.

Muito embora todos os funcionários terceirizados tenham sido substituídos por servidores concursados, a expectativa de renovação da área meio da SPE foi frustrada pela imediata evasão desses servidores recém-empossados para outras carreiras ou ocupação de cargos em comissão em outras Secretarias do MF.

Em 2011, em função dessa instabilidade no corpo funcional da área meio e da crescente demanda de um apoio administrativo para a área técnica e Gabinete, a mão-de-obra terceirizada foi gradativamente reincorporada.

Essa decisão impactou consideravelmente o orçamento da Secretaria, pois o custo da contratação de funcionários terceirizados é muito alto, como fica evidente a seguir:

Função	Qtde.	Valor do Posto	Valor Total
Apoio Logístico	2	6.982,38	13.964,76
Apoio Administrativo	1	3.986,90	3.986,90
Assistente Administrativo	2	2.682,36	5.364,72
Recepcionista	4	2.262,83	9.051,32
Garçom	2	2.273,96	4.547,92
Copeira	2	1.719,86	3.439,72
Total (despesa mensal)			40.355,34
Despesa anual prevista			484.264,08

Por fim, é importante registrar que a falta de servidores de carreira destinados para a área de TIC compromete atividades de planejamento, coordenação e avaliação da área e expõe a Secretaria a uma série de riscos, tais como: i) prejuízo financeiro decorrente do insucesso em projetos de TIC; ii) perda do conhecimento técnico sobre soluções existentes; iii) fragilidade na segurança da informação; etc

4.4 – Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

A despeito do serviço de suporte técnico operacional de tecnologia da informação ser essencial ao funcionamento da Secretaria de Política Econômica, esta não conta com quadro próprio de servidores na área. O Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO limita-se à parte de infraestrutura e suporte técnico dos sistemas por ele fornecidos e disponibiliza poucos servidores para todo o edifício sede do Ministério da Fazenda (precário para o pronto atendimento).

Para melhor compreensão dos serviços executados no âmbito da TIC e da vulnerabilidade em que a Secretaria está exposta pela falta de servidor efetivo na área, apresentamos o quadro a seguir:

Serviço	Contextualização	Consequências da Ausência do Serviço
Gestão de Recursos de TIC	A SPE trabalha com grandes limitações de recursos, sobretudo na área de TI e, para prover uma melhor infraestrutura física e de serviços para os servidores busca uma constante adequação da estrutura tecnológica.	a) falta de mensuração das necessidades tecnológicas; b) racionalização do recurso público; c) sucateamento da estrutura tecnológica.
Elaboração e implementação das estratégias e diretrizes de TIC	A área finalística da SPE, para cumprir suas atribuições regimentais, necessita de meios tecnológicos para que os técnicos possam se dedicar ao processo de formulação e análise de políticas econômicas.	a) fracasso na execução de projetos de sistemas estratégicos; b) risco de uso de sistemas inadequados ou defasados;
Apoio na Elaboração do Plano de Ação e Proposta de Programação Anual de Recursos	Os órgãos de controle (CGU e TCU) exigem que a atuação do MF, no campo de tecnologia da informação e comunicação, seja planejada e documentada em um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC	a) falta de contemplação da SPE no diagnóstico de TI do MF; b) fragilidade no planejamento.
Articulação com as demais unidades de TIC do MF	É característica do MF a diversidade dos órgãos e, conseqüentemente, as configurações tecnológicas existentes e, por isso, é cultura do órgão a troca de experiências e seu compartilhamento.	a) falta de participação da SPE nos fóruns internos sobre TIC;
Prospecção Tecnológica	A Secretaria iniciou, em 2012, uma fase de melhoria organizacional e, no tocante ao planejamento de serviços de TI, vários problemas foram diagnosticados. Diversas ações serão empreendidas para solução destes problemas.	a) falta de recursos humanos para empreender soluções tecnológicas; b) perda do conhecimento técnico sobre as soluções traçadas; c) risco de permanência de um ambiente já diagnosticado como precário.
Execução de serviços de suporte técnico	O serviço de suporte técnico da SPE é responsabilidade do SERPRO. Porém, o usuário da Secretaria necessita de solução imediata para os problemas que, na maioria das vezes, o SERPRO solicita um prazo maior do que o alcançado internamente.	a) indisponibilidade de estações de trabalho; b) queda do nível de serviço; c) aumento do tempo de espera do usuário para a solução de problemas.
Implantação/instalação e manutenção de sistemas de informação	Na área de TIC da Secretaria também são executadas atividades operacionais e de grande relevância, como a instalação e configuração de estações de trabalho e disponibilização de softwares homologados.	a) impacto no desenvolvimento de trabalho finalístico; b) falta de atualização de serviços;
Acompanhamento da política de segurança da rede de comunicação do MF	Muitos trabalhos da SPE possuem o caráter sigiloso e demanda uma política de segurança da rede que é feito pelo controle de acessos empreendido pela área de TIC.	a) falta de controle dos acessos; b) risco de exposição de informações sigilosas.

<p>Manutenção dos cadastros de recursos de TIC e usuários atualizados</p>	<p>A Secretaria conta com diferentes recursos de TIC: hardwares, softwares, serviços de agências de notícias, serviços de telefonia móvel, sistemas corporativos. Estes recursos são distribuídos de acordo com a demanda da atividade a ser desenvolvida por, aproximadamente, 100 usuários.</p>	<p>a) a falta de controle das ferramentas de TIC implica no desperdício de recurso público; b) risco de direcionamento inadequado das ferramentas de TIC.</p>
<p>Implantação, homologação, atualização de conteúdo e manutenção do sítio.</p>	<p>O sítio da SPE é tratado como ponto estratégico e de grande relevância para o cidadão e, atualmente, está em fase de reformulação que depende dos funcionários terceirizados.</p>	<p>a) conteúdo do site sem atualizações periódicas; b) suspensão do canal de comunicação com o cidadão; c) descontinuidade do processo de reformulação do site da SPE; d) risco do projeto da nova página da SPE ficar mais oneroso.</p>
<p>Implantação, homologação, atualização de conteúdo e manutenção da intranet.</p>	<p>A intranet da SPE é a melhor forma de instituir uma dinâmica de comunicação entre as áreas e outras unidades do MF, facilitando a disseminação dos trabalhos realizados nas áreas e as diretrizes da alta gerência. Em fase de reformulação na SPE</p>	<p>a) conteúdo do site sem atualizações periódicas; b) suspensão do canal de comunicação interna; c) descontinuidade do processo de reformulação; d) risco do projeto de reformulação ficar mais oneroso.</p>

Tendo conhecimento das dificuldades enfrentadas, foi apresentado, em maio do exercício de 2011, o seguinte diagnóstico à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – COGTI/SPOA/MF:

**Diagnóstico de Necessidades
TIC**

Necessidade	Solução Atual	Situação Desejada	Criticidade
Aumento no parque tecnológico - desktops	Hoje temos usuários utilizando notebooks por falta de máquinas desktops.	Adequação de todos os servidores com máquina desktop.	5
Continuidade do projeto SINAPSE	O projeto SINAPSE foi descontinuado por falta de orçamento.	Continuidade do projeto para atender as necessidades da área técnica.	5
Substituição de impressoras obsoletas			

<p>As impressoras todas estão com algum defeito. Todas obsoletas e em más condições de uso.</p>	<p>Troca por impressoras mais modernas, que atendam às necessidades da secretaria.</p>	<p>4</p>
<p>Desenvolvimento de um novo sítio de intranet</p>		
<p>A intranet tem um layout desatualizado e uma plataforma ultrapassada de desenvolvimento.</p>	<p>Novo sítio de intranet para substituir o obsoleto que está em produção hoje.</p>	<p>4</p>
<p>Desenvolvimento de um novo sítio de internet</p>		
<p>Site da internet hoje tem um layout fora dos padrões do governo, além de não ter uma plataforma de desenvolvimento que auxilie na publicação do material produzido.</p>	<p>Novo sítio de internet para substituir o obsoleto que está em produção hoje.</p>	<p>4</p>
<p>Aumento no parque tecnológico - notebooks</p>		
<p>Hoje temos notebooks que estão com defeito e obsoletos. A SPE não tem nenhum notebook que pudesse atender uma demanda do gabinete por exemplo.</p>	<p>Substituição dos que estão hoje, obsoletos, no parque e aumento da quantidade para atender a demanda do gabinete e coordenadores.</p>	<p>3</p>
<p>Aumento dos pontos lógicos para suprir a demanda da SPE</p>		
<p>Hoje a SPE arca com os pontos adicionais que precisaram ser colocados para atender o aumento da equipe.</p>	<p>A SPOA forneça o número suficiente de pontos lógicos necessários para o trabalho da equipe da secretaria.</p>	<p>3</p>
<p>Compra dos softwares econométricos</p>		
<p>Os técnicos necessitam de determinados softwares para desenvolver os produtos da SPE.</p>	<p>Compra dos softwares necessários para auxiliar os técnicos no desenvolvimento dos produtos da SPE.</p>	<p>3</p>

Criticidade: 5 – muito alta, 4 – alta, 3 – média, 2 – baixa, 1 – muito baixa

Cabe registrar que, existe uma demanda da Secretaria, reprimida há três exercícios, referente à aquisição de softwares, conforme o quadro abaixo:

Demandas não atendidas
Adobe Acrobat Professional 8.1
CATS RATS 7.0
SPSS 17.0
SAS (Analytic PRO+ETS)

Oxmetrics STAMP e PC-GETS (PC-GIVE)
Matlab Econometrics Toolbos 1.1
Microsoft Access 2007
SQL Server 2008

4.4.1 - Infraestrutura tecnológica

Microcomputador		
Item	Modelo	Quantidade
01	HP DC 5800	48
02	HP DC 5750	4
03	HP DC 6005	39
TOTAL:		91

Notebook		
Item	Modelo	Quantidade
01	Acer	6
02	Toshiba	4
03	Sony	5
04	HP	2
TOTAL:		17

Scanner		
Item	Modelo	Quantidade
01	HP Scanjet 8250	1
01	HP Scanjet G2410	1
TOTAL:		2

HD Externo		
Item	Modelo	Quantidade
01	Iomega 80 GB	4
01	Simple Tech 1 TB	1
TOTAL:		5

Impressora (Locadas)		
Item	Modelo	Quantidade

01	Lexmark X460	2
02	Xerox WorkCentre 5755	1
03	Lexmark E460	22
04	Kyocera FS5100	2
TOTAL:		25

Serviços de Informação		
Item	Modelo	Quant. de Acessos
01	Reuters	2
02	Reuters Datastream	6
03	BROADCAST (Agência Estado)	22
04	CMA	1
05	Bloomberg	01
05	EVIIEWS 7.1	20
TOTAL		52

Custos de Tecnologia da Informação		
Item	Especificação	Custo (R\$)
01	Aquisições diversas	2.721,00
TOTAL		2.721,00

4.4.2 – Gestão da Tecnologia da Informação

GESTÃO DE TI DA UJ					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor	X				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI	2 terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	X				
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida	X				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	18,9% bens 100% serviços de TI				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	X				
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
<p>Considerações Gerais:</p> <p>1 - Existe área que faz o planejamento da UJ como um todo, nesse caso, fica sob a responsabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA</p> <p>2 - O Planejamento Estratégico na área de TI fica sob a responsabilidade da SPOA.</p> <p>3 - Item sob a responsabilidade da SPOA</p> <p>6 – Quem é o responsável pela segurança da informação na UJ é o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO</p> <p>7 – Item sob responsabilidade do SERPRO</p> <p>9 – A unidade de TI da UJ não desenvolve sistemas</p> <p>14 – O Órgão/Entidade possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI, sob a responsabilidade da SPOA.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p>					

4.5 – Gestão Orçamentária e Financeira

4.5.1 – Desempenho Orçamentário e Financeiro

O recurso vinculado ao Programa 1266 “Gestão da Política Econômica” (constituído pela Ação: 2066 - Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas) foi de R\$ 1.766.336,00 (um milhão setecentos e sessenta e seis mil e trezentos e trinta e seis reais), na fonte de recurso Tesouro – 0100, conforme consta na Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011.

Após a edição dos regulamentos que tratam da programação orçamentária e financeira e estabelecem o detalhamento e o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011, o valor dos limites para movimentação, empenho e pagamento, relativos aos grupos de despesas “3 – Outras Despesas Correntes” e “4 – Investimentos”, foi reduzido ao valor total de R\$ 1.557.385,60 (um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme o Decreto nº 7.094, de 03 de fevereiro de 2010 informando a redistribuição dos valores autorizados para movimentação e empenho e para pagamento a serem utilizados no exercício de 2011.

4.5.2 – Programação Orçamentária das Despesas

4.5.2.1 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	170250	0412212662066			1.106.441
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	170250	0412212662066	56.000		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: As Despesas de Capital (Investimento) de responsabilidade da Unidade Jurisdicionada 170250 são executadas pela Unidade Jurisdicionada 170531 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda

4.5.3 - Execução Orçamentária das Despesas

Ação	Físico Previsto	Físico Realizado	% Realizado/Previsto	Financeiro Previsto	Financeiro Realizado	% Realizado/Previsto
2066 – Formulação e Coordenação de Políticas Econômicas	150	150	100	1.766.336	1.051.230	59,51

Fonte: Dados extraídos do SIGPLAN em março de 2011.

Orçamento e finanças

Objetivo: O objetivo deste índice é demonstrar o percentual da execução orçamentária no ano.

$$\text{Índice: } \frac{\text{execução total da despesa} \times 100}{\text{total da despesa autorizada}} = \frac{\text{R\$ 1.051.230} \times 100}{\text{R\$ 1.766.336}} = 59,51\%$$

Comentário: O total da despesa fixada na LOA foi de R\$ 1.766.336. Entretanto, com o contingenciamento determinado no Decreto de Programação Financeira, a SPE recebeu autorização para executar o montante de R\$ 1.557.386. O corte mencionado representou uma redução de 12% do orçamento autorizado pelo Congresso Nacional.

4.5.3.1 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada			
	Despesa paga			
	2010	2011	2010	2011
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão (passagens aéreas)	217.218	77.581	217.218	77.581
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	-	6.449	-	6.449
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos**	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	145.775	53.904	145.775	53.904
Outras				

Fonte: 1 – Pregão – Os valores informados referem-se à execução na Unidade Jurisdicionada 170250 referente ao Pregão 022/2011.

2 – Diárias: Valores executados pela Unidade Jurisdicionada

*Outras modalidades de contratação foram executadas pela Unidade 170531 – SAMF/DF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda.

** A Unidade Jurisdicionada não efetuou gastos por meio do cartão corporativo do governo federal, tampouco utilizou a modalidade “conta tipo B” de suprimento de fundos. A SPE encaminhou em 09/04/2008, Ofício nº 078/SPE/MF ao Sr. Gerente da Agência Governo solicitando o cancelamento do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal e destruição do mesmo.

4.5.3.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados* Valores Pagos			
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
33.90.14	145.775	52.445	145.775	52.445			145.775	52.445
33.90.33	217.218	77.581	217.218	77.581			217.218	77.581
33.90.36	2.010	1.460	2.010	1.460			2.010	1.460
33.90.93	925	2.295	925	2.295			925	2.295
33.91.39	151	304	151	304			151	304

* A Inscrição e a execução dos valores em Restos a Pagar Processados e Não Processados do exercício de 2010 e 2011 ficaram a cargo da Unidade Gestora 170531 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda - SAMF/DF, tendo em vista que os recursos foram descentralizados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise.

4.5.4 – Indicadores Institucionais

As atividades da SPE se caracterizam como atividade meio (formulação e coordenação de políticas econômicas) e o programa gerenciado pela Secretaria no âmbito do PPA 2007-2011, classifica-se como Programa de Gestão de Políticas Públicas, devendo-se considerar que seus efeitos são diluídos no tempo, com resultados dispersos e não necessariamente simultâneos às ações executadas. Desse modo, torna-se difícil elaborar um indicador capaz de mensurar os resultados alcançados com a execução do programa.

Sendo assim, não é possível definir um indicador apropriado às atividades desenvolvidas no âmbito da SPE. Contudo, são apresentados no item 2.7 deste relatório, os resultados alcançados pela Secretaria durante o ano de 2011, além de quadro-resumo das ações da SPE planejadas para o mesmo exercício, o produto esperado e os resultados efetivamente alcançados.

4.5.5 – Considerações Gerais

A Secretaria de Política Econômica priorizou os serviços relevantes a custos economicamente viáveis, especialmente no que tange às despesas com deslocamento a serviço de servidores, diárias nacionais e internacionais. As despesas executadas na fonte 0100, pela UG 170250, foram de R\$ 138.534,77 (cento e trinta e oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos). Foram descentralizados R\$ 1.122.145,48 (um milhão, cento e vinte e dois mil, cento e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) para a UG 170531 – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda – SAMF/DF; R\$ 113.134,06 (cento e treze mil, cento e

trinta e quatro reais e seis centavos) a ESAF/MF; R\$ 69.881,98 (sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e noventa e oito centavos) à COGEP/MF para a execução de ações de competência daqueles órgãos, porém, em benefício do plano de trabalho anual da SPE.

5 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.		X			
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

6 – Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

A Secretaria de Política Econômica através do Memorando nº 509/SPE-MF, de 30 de setembro de 2011 encaminhou à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas/COGEP/SPOA/MF cópia das Declarações de Renda dos servidores da Secretaria, em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 8.730, de 10/11/1993.

ANEXO I – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Política Econômica (SPE)					1987
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	015.409/2003-9	1.718/2005	9.1 e 9.3.2		Ofício
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Ministério da Fazenda/Secretaria de Política Econômica(SPE)					1929/1987
Descrição da Deliberação:					
<p>O Acórdão nº 1.718/2005 do Tribunal de Contas da União (TCU), em seu item 9.1, determina que esta Secretaria de Política Econômica (SPE) calcule os valores efetivamente renunciados por meio dos benefícios financeiros e creditícios e encaminhe ao TCU, até o final do mês de março do ano subsequente, o Demonstrativo anual para compor o Relatório sobre as Contas do Governo da República.</p> <p>Em seu item 9.3.2, o referido Acórdão determina que esta Secretaria elabore metodologia de avaliação quanto à eficiência, eficácia e efetividade dos programas ou projetos que utilizam recursos renunciados em decorrência de benefícios financeiros e creditícios, haja vista o disposto nos artigos 84, inciso XXIV, 74, incisos I e II, e 165, § 6º, da Constituição Federal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenação-Geral de Política Fiscal e Tributária					13597
Síntese da providência adotada:					
<p>O demonstrativo elaborado anualmente pela SPE é composto por uma lista de 34 Programas e Fundos que oferecem diferentes benefícios para os setores agropecuário, produtivo e social. Após o fechamento dos balancetes patrimoniais dos Fundos e Programas, a SPE consolidou as informações financeiras para elaborar o Demonstrativo de benefícios financeiros e creditícios.</p> <p>Esta Secretaria realizou uma avaliação preliminar sobre o Fundo da Marinha Mercante – FMM, concentrada nos principais tópicos referentes à indústria naval, ao funcionamento do FMM e aos impactos econômicos gerados em função dos financiamentos concedidos pelo FMM.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Por meio do Ofício nº 57/SPE-MF, de 30 de março de 2011, a SPE encaminhou ao TCU o Demonstrativo dos Benefícios Financeiros e Creditícios em relação ao exercício de 2009;</p> <p>Por meio do Ofício nº 270/ SPE-MF, de 28 de dezembro de 2011, com a Nota Técnica nº 75/SPE-MF de 28 de dezembro de 2011, foi apresentada a segunda parte da avaliação do Fundo da Marinha Mercante (FMM), que é um fundo orçamentário destinado a prover recursos para o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de construção e reparação naval brasileira.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
<p>- Na segunda parte da avaliação do FMM não foi possível aprofundar em algumas questões relevantes, como o impacto indireto à rede global da indústria no fornecimento de navieças. Além disso, não foi possível captar os efeitos existentes do grupo de tratamento (empresas que receberam diretamente recursos do FMM) sobre as demais empresas analisadas. O que dificultou sobremaneira o trabalho foi a impossibilidade de se obter informações sobre o uso dos recursos provenientes do AFRMM das contas vinculadas pelas respectivas empresas. Sem a possibilidade de se ter acesso ao volume de recursos utilizados das contas vinculadas, ou mesmo ao CNPJ das empresas que utilizaram estes recursos, muito provavelmente o grupo de controle ficou contaminado pela presença de empresas que se valeram de recursos do FMM, via conta vinculada, para fazerem seus investimentos. Com estas informações teria sido possível controlar o volume total de recursos aplicado no setor e, assim, realizar avaliações mais contundentes sobre o papel do FMM na evolução do emprego no setor naval. Ainda sobre os dados, a base utilizada da RAIS-Estabelecimento não possui variáveis de controle, como dados de faturamento, tempo de existência da empresa e outras variáveis que poderiam ser utilizadas em uma análise de regressão mais consistente para avaliar os impactos econômicos gerados em função dos financiamentos concedidos pelo FMM.</p>					

ANEXO II – DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO ÓRGÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação completa (UJ):		Código da UG :	
Secretaria de Política Econômica		170250	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	10 de fevereiro de 2012
Contador Responsável	 Paulo Roberto Campos Moreira Setorial Contábil do MF CRC-DF nº 011634/0-9	CRC nº	011634/0-9 CRC - DF



Brasília – DF, 30 de março de 2012.

Ao Senhor Secretário de Política Econômica, para aprovação e providências.

Lígia Helena da Cruz Ourives
Chefe de Gabinete

De acordo, encaminhe-se ao Tribunal de Contas e à Controladoria Geral da União, nesta data.

Márcio Holland de Brito
Secretário de Política Econômica



RECIBO DE ENVIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

UNIDADE JURISDICIONADA:	SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA - MF
RESPONSÁVEL PELO ENVIO:	Lígia Helena da Cruz Ourives
DATA/HORA DO ENVIO:	30/03/2012 23:52:46
EXERCÍCIO:	2011

Recibo gerado em 30/03/2012 23:53:51